



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXX Nº 103, TERÇA-FEIRA, 1º DE JULHO DE 2025

BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)

Presidente

Senador Eduardo Gomes (PL-TO)

1º Vice-Presidente

Senador Humberto Costa (PT-PE)

2º Vice-Presidente

Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)

1ª Secretária

Senador Confúcio Moura (MDB-RO)

2º Secretário

Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)

3ª Secretária

Senador Laércio Oliveira (PP-SE)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Chico Rodrigues (PSB-RR)

2º - Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR)

3º - Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN)

4ª - Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS)

Danilo Augusto Barboza de Aguiar
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Patricia Gomes de Carvalho Carneiro
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Atas, Diários e Suplementos

Gabriel Rodrigues da Cunha Coelho
Coordenador de Acompanhamento de Plenário, Registros e Textos Legislativos de
Plenários

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Quésia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Gleison Carneiro Gomes
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodasen

Celso Dias dos Santos
Diretor da Secretaria de Expediente



SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 70ª SESSÃO, NÃO DELIBERATIVA, EM 30 DE JUNHO DE 2025

1.1 – ABERTURA	7
1.2 – PERÍODO DO EXPEDIENTE	
1.2.1 – Oradores	
Senador Paulo Paim – Celebração pelos 10 anos da Lei nº 13146/2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, com destaque para os avanços conquistados em direitos e inclusão. Defesa da avaliação biopsicossocial como critério para a caracterização da deficiência.	7
Senador Eduardo Girão – Satisfação com a participação de S. Exa. em manifestação política na Avenida Paulista, no último domingo. Preocupação com o avanço do crime organizado no Ceará. Comentários sobre a designação do Ministro do STF Alexandre de Moraes para a relatoria da ação sobre a inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 176/2025, que susta os efeitos de decretos do Governo Federal sobre o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Anúncio da formalização de pedido de <i>impeachment</i> contra o Ministro do STF Gilmar Mendes por possível conflito de interesses em ação envolvendo a Confederação Brasileira de Futebol (CBF). Comemoração pela instalação da CPI destinada a investigar organizações criminosas no país.	9
Senador Izalci Lucas – Apelo à imparcialidade do Ministro do STF Alexandre de Moraes na análise da inconstitucionalidade do Decreto Legislativo nº 176/2025, que susta os efeitos de decretos do Governo Federal sobre o aumento das alíquotas do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF). Contestação à decisão do STF sobre o Marco Civil da Internet, por supostamente ameaçar a liberdade de expressão.	14
1.2.2 – Convocação de Sessões	
Convocação de sessão de premiações e condecorações para 1º de julho, às 10 horas, destinada à concessão da Comenda de Incentivo à Caridade Chico Xavier.	19
Convocação de sessão deliberativa ordinária para 1º de julho, às 14 horas.	20
1.3 – ENCERRAMENTO	20

PARTE II

? – MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS



2.1 – EXPEDIENTE

2.1.1 – Encaminhamento de matérias

Encaminhamento dos Ofícios nºs 141 a 178 e 244 a 247/2025, da Câmara dos Deputados, e s/nº/2025, da Editora Meio e Mensagem LTDA., à Comissão de Comunicação e Direito Digital e do Aviso nº 727/2025, do Tribunal de Contas da União, e do Ofícios nºs 4/2025, da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (CODEVASF), e 203/2025, do Serviço Geológico do Brasil (SGB/CPRM), à Comissão de Transparência, Governança, Fiscalização e Controle e Defesa do Consumidor. 22

2.1.2 – Matéria recebida da Câmara dos Deputados

Projeto de Lei nº 4035/2023, que institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza. 30

2.1.3 – Mensagens do Presidente da República

Nº 668/2025, na origem, que restitui o autógrafo do Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, sancionado e convertido na Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025. 34

Nº 810/2025, na origem (**Mensagem nº 28/2025, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda. 36

Nº 811/2025, na origem (**Mensagem nº 29/2025, no Senado Federal**), que submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti. 60

2.1.4 – Ofícios da Câmara dos Deputados

Nº 265/2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 2.291, de 2023. 88

Nº 269/2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024. 89

2.1.5 – Projeto de Lei

Nº 3113/2025, do Senador Carlos Portinho, que recategoriza área específica da porção sul do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, e ampliado pelo Decreto nº 87.856, de 20 de setembro de 1982, para Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo. 92

2.1.6 – Requerimentos

Nº 497/2025, do Senador Carlos Portinho, requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 3.045/2025. 109

Deferimento do Requerimento nº 497/2025. 111

Nº 498/2025, do Senador Eduardo Girão, requer informações ao Senhor André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais. 112



PARTE III

3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	119
4 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA	122
5 – LIDERANÇAS	123
6 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	126
7 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	131
8 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	133
9 – CONSELHOS E ÓRGÃOS	177



Ata da 70ª Sessão, Não Deliberativa,
em 30 de junho de 2025

3ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura

Presidência dos Srs. Paulo Paim, Izalci Lucas e Eduardo Girão.

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 32 minutos e encerra-se às 15 horas e 41 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Fala da Presidência.)

– Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão não deliberativa destina-se a discursos, comunicações e outros assuntos de interesse partidário e parlamentar.

As Senadoras e os Senadores poderão se inscrever para o uso da palavra por meio do aplicativo Senado Digital, por lista de inscrição que se encontra sobre a mesa ou por intermédio dos totens disponibilizados na Casa.

Passamos à lista de oradores. Como sou o primeiro inscrito, vou passar para o Izalci a Presidência e vou à tribuna.

(O Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Izalci Lucas.)

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Com a palavra o Senador Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco Parlamentar Pelo Brasil/PT - RS. Para discursar.) – Presidente Izalci Lucas, Senador Girão, Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, no próximo domingo, dia 6 de julho, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, Lei Brasileira de Inclusão (LBI), vai completar 10 anos de existência. Foram 15 anos de muito suor, lágrimas, muita luta, por fim, de um longo ciclo de debates, centenas de audiências públicas, e conseguimos aprovar o Estatuto da Pessoa com Deficiência. Foram muitas conferências regionais, conferência nacional, consultas públicas e seminários.

Nessa longa caminhada, foi envolvido todo o movimento das pessoas com deficiência, suas famílias, seus amigos, as pessoas com deficiência, entidades representativas. Especialistas de várias áreas deram uma importante contribuição; muitos militantes, outros não, advogados, professores, médicos, pesquisadores, juízes, Ministério Público, Defensoria. Enfim, eu recebia, em meu gabinete, as pessoas em bloco, que vinham apresentar, colocando demandas, e me lembrava até do tempo em que fui Constituinte, suas soluções para que todas as deficiências fossem contempladas no documento, mostravam sua alma, seu coração e sua visão de políticas humanitárias.

Sr. Presidente, faço questão de registrar o nome dos Relatores: Senador Flávio Arns, que se encontra adoentado, esperamos que ele volte logo ao nosso convívio; Senadora Mara Gabrilli; Senador Romário Faria; e o Deputado Federal Celso Russomanno. Eu fui o autor do projeto e esses companheiros que aqui citei foram os Relatores. Cumprimento também a Presidenta Dilma Rousseff, que sancionou a lei numa tarde histórica. Nosso agradecimento a todos.

Esse projeto nasceu dos anseios das pessoas com deficiência, pois o estatuto trouxe para o arcabouço legal as conquistas da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência. A entrada em vigor do estatuto, entretanto, não encerrou o diálogo entre a lei e as pessoas com deficiência, pelo contrário, a pauta, a partir de então, passou a ser a sua aplicação e muito da sua regulamentação. Ali estava a bússola, o farol a guiar os nossos passos. A efetivação dos direitos na prática, a diminuição das desigualdades e a melhoria da qualidade de vida das pessoas estavam encaminhadas. Agora, teremos que avançar em tudo aquilo que tiver que ser regulamentado.

De acordo com os dados de 2022 do IBGE, no Brasil, temos cerca de 18 milhões de pessoas com os mais variados impedimentos corporais: com dificuldades físicas e motoras, com dificuldade para ouvir, enxergar, com dificuldade de comunicação. O estatuto é um instrumento de combate ao capacitismo e ganhou o seu mais forte impulso com previsão de multa e reclusão pelo seu descumprimento.

Com o estatuto, os gestores escolares não podem mais recusar matrículas de estudantes com base na deficiência. A educação inclusiva foi mais um ganho, o entendimento de que o ensino deve ser oferecido



a todos os estudantes, em todos os níveis e modalidades, em escola regular. Crianças estudando juntas, crescendo juntas, todos aprendendo e transformando uma realidade de exclusão e separação.

A acessibilidade foi outro avanço significativo trazido pelo estatuto. Em todo o Brasil, nos seminários, nos simpósios, nos congressos, nas conferências voltadas à pessoa com deficiência, notamos a presença da autodescrição e das libras para uma melhor comunicação com as pessoas cegas e surdas, por exemplo.

Agora, precisamos tornar cada vez mais comum também a linguagem simples. O estatuto tem pautado todas as conversas sobre a legislação e a conquista de direitos nessa parcela tão importante da população. Assim, ele demonstra a sua atualidade e a sua adequação às demandas das pessoas com deficiência.

Senhores e senhoras, como não falar também do Auxílio-Inclusão? Com esse auxílio, a pessoa com deficiência que recebe o BPC e passa a trabalhar com carteira assinada receberá, por um período, um auxílio que tem por objetivo fazer com que a pessoa se sinta estimulada a deixar a condição de beneficiária de assistência social e passe a ser um contribuinte do Regime Geral de Previdência, valorizando assim a sua carteira de trabalho.

Eu aponto, todavia, que a mudança mais impactante aconteceu na classificação de deficiência, ou seja, na avaliação biopsicossocial. De acordo com esse modo de ver, a deficiência não é apenas o resultado de um corpo com lesões, mas é a soma desse corpo com uma ou mais barreiras, o que dificulta ou até impede a sua participação na vida social em condições de igualdade com as demais pessoas.

O modelo biopsicossocial da deficiência é uma forma mais justa, equilibrada e de maior conformidade com uma realidade que ali se encontra que é a da exclusão social. Diferentemente do ultrapassado modelo que atribuiu à pessoa com impedimentos a causa das desvantagens experimentadas, a avaliação biopsicossocial atribui essa causa às barreiras. A partir da regulamentação desse dispositivo, a deficiência será medida não pelo grau da lesão, mas pelo nível de suporte de que o indivíduo necessita. É urgente a regulamentação, repito, da avaliação biopsicossocial. Afinal, mais de 30 políticas públicas serão impactadas.

Precisamos avançar, entretanto, no combate ao capacitismo, no estímulo ao trabalho. Em nosso país, o percentual de pessoas com deficiência no mercado informal de trabalho é de 55% entre aqueles que estão na força de trabalho. Os menores rendimentos entre os trabalhadores ficam também para os trabalhadores com deficiência: em média R\$1.860, enquanto para as pessoas sem deficiência, R\$2.690. O índice de participação no trabalho das pessoas sem deficiências era de 66,4%; já entre as pessoas com deficiência, esse índice era de apenas 29,2%. Mesmo entre as pessoas com nível superior, essa desigualdade se manteve: o índice era de 54,7% para pessoas com deficiência e de 84,2% para as sem deficiência.

O que está faltando, então, para melhorar o nível de emprego das pessoas com deficiência? Essa é a pergunta que fica no ar. Falta um pouco mais de humanidade, falta um pouco mais de políticas humanitárias. A exclusão social é causada pelo preconceito, pela falta de empatia, porque conviver com a diferença humana é dar-se conta da diferença da nossa própria humanidade.

Olhar para a deficiência do outro é assumir que ela faz parte da condição humana. Todos nós somos perfeitos na nossa imperfeição. O ser humano ideal, padronizado não existe. Precisamos estar abertos à fragilidade, ao incompleto, ao diferente. Assim, aceitando as diferenças dos outros, estamos trabalhando para aceitar nossas próprias fragilidades, incompletudes e diferenças. Nisso certamente estaria a cura para todos nós.

Necessitamos não apenas de mudanças estruturais, mas de mudanças culturais, de quebra de paradigmas. Precisamos sair da noção ultrapassada do binômio deficiência-limitação para deficiência, sim, com diversidade. A desigualdade vivenciada por uma pessoa com deficiência não é devida às características de seu corpo, e sim às barreiras artificialmente construídas pela nossa própria sociedade.



O que as coloca em desvantagem em relação às demais pessoas é a falta de acessibilidade arquitetônica, comunicacional ou atitudinal.

Sr. Presidente, o Estatuto da Pessoa com Deficiência, em seus 127 artigos, é um marco, é uma bússola. Ele traz para dentro do nosso ordenamento jurídico as mais atuais conquistas em educação, trabalho, esporte, transporte. O uso das tecnologias assistivas e as formas alternativas de comunicação e acesso à informação são fundamentais para dar autonomia e garantir que ninguém fique para trás, que ninguém seja excluído por conta das barreiras erguidas por uma sociedade pouco sensível às diferenças.

Garantir a acessibilidade universal é planejar e construir os espaços, os produtos e os serviços pensando em todas as pessoas, tendo elas um impedimento corporal ou não. A acessibilidade deve fazer parte da vida de todos, fazer parte do dia a dia de todas as pessoas. A tecnologia assistiva de fazer parte das atividades das pessoas com deficiência e facilitar o acesso a essas tecnologias é obrigação de todos nós, é obrigação do Estado. Antes de se negar emprego a uma pessoa com deficiência, imaginando que essa pessoa é incapaz para uma vida produtiva, devemos dar oportunidade, oportunizar que elas demonstrem sua força, sua criatividade e vontade de crescer.

Eu tenho no meu gabinete duas pessoas totalmente cegas, uma é chefe de gabinete no Rio Grande do Sul e o outro escreve o meu discurso, como este aqui, aqui no meu gabinete, no anexo, no 22º andar. São dois meninos, mas tive, já, uma menina, que era cadeirante, que trabalhou um tempo comigo, fez concurso depois e foi para um cargo no Judiciário. Nem todas as pessoas realizam suas tarefas do mesmo modo. Aquilo que todo ser humano traz por dentro é capaz de surpreender e apresentar as mais belas soluções. Esses dois meninos já são casados, começaram comigo 20 anos atrás, fizeram faculdade, inclusive, e hoje eles ilustram com muita competência, pelo conhecimento, o nosso gabinete.

Estejamos sempre abertos às diferenças! O estatuto que nasceu nos anseios do movimento das pessoas com deficiência destaca a importância da participação dessas pessoas na construção das leis e na elaboração das políticas públicas.

Só como exemplo, Senador Girão, eu vou terminar em seguida: um desses meninos – são homens, pais, têm filhos e filhas – me representava nos encontros estaduais, por exemplo, no último eu lembro que ele saiu do Rio Grande do Sul, chegou em São Paulo para me representar na universidade e ele não sabia qual era o lado a que ele iria. Daí um senhor chegou perto dele, malvestido – e naturalmente ele não viu se estava malvestido ou não –, e disse: “Não, eu o levo lá, vamos pegar um carro, eu levo”. Levou no carro, não o deixou pagar e voltou para o carro. Até hoje ele não sabe quem é. São essas coisas da vida que são do espírito, da alma, do coração.

Enfim, na elaboração das políticas públicas, ele é uma clara consolidação do “nada sobre nós sem nós”. Vida longa ao Estatuto da Pessoa com Deficiência, que agora completa dez anos! Convido a todos para a sessão especial aqui no Senado que vai celebrar essa data no dia 14 de julho, às 10h da manhã, neste Plenário.

Era isso, Presidente Izalci. Muito obrigado pela gentileza de presidir para que eu pudesse fazer meu pronunciamento. E eu vou ter que me deslocar para almoçar.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Pois não, Senador Paim.

Passo a palavra ao nosso querido Senador Girão.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Para discursar.) – Paz e bem, meu querido irmão Senador Izalci Lucas.

Cumprimento o Senador Paim pelo seu discurso.

Agradeço ao Presidente desta Casa, o Senador Davi Alcolumbre, por, de uma forma extraordinária,



porque, no Regimento, que não... Sejam justos: não foi responsabilidade do Presidente Davi Alcolumbre mudar, dois anos atrás aqui, o Regimento para que só pudesse abrir sessão quem fosse membro da Mesa. E, hoje, extraordinariamente, a gente não tinha ninguém da Mesa – eu sei que os Senadores da Mesa sempre fazem o que podem para estar aqui –, mas eu liguei para o Senador Davi Alcolumbre, que prontamente atendeu.

Ivan, você que está aqui comandando a nossa mesa, transmita o agradecimento também ao nosso querido Danilo Aguiar, porque eu acho que isso, sim, traz um espírito democrático, não é? Quantas vezes nós chegamos aqui e não tínhamos a oportunidade de discursar, porque não tinha um Senador da Mesa? Nos 200 anos de Senado, isso nunca tinha ocorrido, porque qualquer um podia abrir – qualquer Senador. E tenho certeza de que o Senador Davi Alcolumbre vai rever essa política, porque, muitas vezes, o que sobra para uma oposição – no caso, eu sou oposição – é falar. O nome é Parlamento por causa disso, é um Parlamentar, é falar. Então, a gente tem muitos assuntos aqui, inclusive do estado, para denunciar.

E é isto que eu vou fazer: falar sobre o crime organizado no Estado do Ceará, além da CPI que esta Casa Revisora da República está abrindo. E eu quero fazer um histórico aqui. Desde que eu cheguei, eu sempre busquei também abrir uma CPI do crime organizado, para saber quem é que está por trás das facções, que levam o terror à nossa sociedade.

Antes, Presidente, eu não posso deixar de celebrar a manifestação que nós tivemos ontem na Avenida Paulista. Parabéns aos brasileiros, às brasileiras que não jogaram a toalha, porque, mesmo, às vezes, parecendo um showmício, as pessoas vão para as ruas com as suas pautas: de *impeachment*, de questão de CPMI do INSS, de anistia já, de justiça para todos, contra a ditadura estabelecida no Brasil... O povo foi ontem com as suas faixas, com os seus cartazes. E eu digo: independentemente de qualquer tipo de personalismo que o evento possa ter, é importante as pessoas irem para as ruas, porque tudo o que os poderosos de plantão não querem é que os brasileiros se manifestem, manifestem a sua indignação com a inversão de valores e de prioridades que está acontecendo no Brasil, puxada pelo alinhamento político ideológico do Governo Lula com alguns Ministros do Supremo Tribunal Federal. Então, tudo o que eles querem é que o brasileiro desista, que fique calado.

Está aí a censura, está aí tudo, e a gente está igual àquele sapo na panela quente, fritado, morrendo. Então, nós temos que gritar. Nós temos o dever de Parlamentares, junto com a sociedade, que não está satisfeita... Não temos democracia – a gente sabe –, mas pelo menos a gente vai mostrar, expor isso, porque só através de movimentos nas ruas de forma ordeira, pacífica, respeitosa nós vamos fazer as mudanças que este país merece.

Até porque vai ter eleição para o Senado no ano que vem, eleição para a Câmara dos Deputados, para Presidente da República. Com essas manifestações, as pessoas vão percebendo quem é quem também, quem está com as pautas que incomodam a sociedade e quem quer ficar calado.

Eu saúdo mais uma vez os brasileiros. Eu estive na Paulista, estive até mais na rua, com o povo, do que no trio e fiquei muito feliz em perceber que os brasileiros acompanham o nosso trabalho.

No dia seguinte ao da manifestação, Presidente Izalci... Eu soube hoje que o comunicador Alexandre Pittoli, que é um dos maiores comunicadores da direita do Brasil, conservador, da Rádio AuriVerde, recebeu hoje de manhã... Ele transmitiu, ao vivo, pela sua rádio, a manifestação, como deveria acontecer, naturalmente, num país democrático, mas já chegou, coincidentemente, hoje de manhã, uma notificação para ele se justificar – ele, que é da imprensa! – sobre algumas situações. Não é a primeira vez! Que fique claro para a população o que está acontecendo em termos de perseguição – é pelo menos intimidação! – a quem se manifesta.

Eu quero também dizer que, neste momento, acabou de sair uma matéria no *G1* – estava aqui me preparando –, e o Ministro Alexandre de Moraes será o Relator de ação no STF contra a derrubada do



decreto do IOF, aquela derrubada que nós fizemos aqui na semana passada, e a Câmara também. O Moraes será o Relator.

Agora, olhem o interessante dessa história toda, olhem os dois pesos e duas medidas! Inicialmente, o caso seria analisado por Gilmar Mendes, mas foi redistribuído, a pedido do Gilmar Mendes, a Moraes, que já examina outra ação sobre o tema. Ah, quando interessa passar para o Moraes, o.k... A gente sabe até... No meu modo de ver, isso é para limpar a barra do Moraes, isso aqui vai ser para ele manter a decisão do Congresso e dizer que nós estamos numa democracia, que foi uma coisa que o Congresso fez, para diminuir um pouco a carga negativa que a população brasileira tem... E saiu outra pesquisa agora mostrando que a maioria das pessoas do Brasil, da população, tem vergonha do STF – vergonha! Aqui, no meu modo de ver – vamos ver os próximos capítulos –, eu acredito que o Moraes vá devolver isso. Aí o Gilmar, decano – parece uma jogada combinada de um jogo de futebol, uma jogada ensaiada –, passa para ver se limpa a barra, depois de tantos abusos que têm acontecido no nosso Brasil, de violação de direitos humanos, de perseguição política, de censura, de desrespeito à Constituição brasileira... Em pleno século XXI, o Brasil tem preso político! Ah, é para limpar a barra! É engraçado, tudo isso que está acontecendo... É para dizer que estão soltando a mão do Lula. Vamos ver o resultado. Talvez estejam soltando mesmo, mas aí passa uma ação do PSOL... Vamos ver os dois pesos e duas medidas.

Agora, o Ministro Gilmar Mendes não teve essa mesma postura de desprendimento, de passar para quem já estava com algum assunto relacionado ao tema, quando recebeu a ADPF e concedeu a liminar para o Presidente da CBF, anterior, continuar no cargo – o Ednaldo Rodrigues. Lembram? Ele não teve... O Barroso deu para ele, quando era para ter ficado com André Mendonça, que já analisava assuntos relativos à CBF. Não é estranha essa seletividade na distribuição, se é que existe distribuição?! Eu não acredito nessa coisa de sorteio. É engraçado isso, não é? Já estava com André Mendonça, que, num bate-boca entre ministros, disse sabem o quê?! Disse: “Olhem, a CBF não resiste a uma investigação”. O Ministro André! Curiosamente, depois, num novo processo para afastar o Presidente da CBF, o processo vai para o Gilmar Mendes.

Eu estou entrando com um pedido de *impeachment* depois de amanhã, quarta-feira. Os Senadores estão convidados a assinar e estão convidados a assinar independentemente se são de oposição, se são do Governo, de que partido sejam, porque nós e nossa equipe jurídica – um grupo multidisciplinar – vimos um conflito de interesses de Gilmar Mendes, já que ele é sócio e o seu filho está à frente do IDP, que tem contrato com quem?! Um contrato de milhões de reais! Com a CBF. Então, ele tinha que ter se declarado suspeito, impedido, e não conceder uma liminar para ficar... Inclusive, um dos seus filhos – saiu na grande mídia também – indicou um dos Vice-Presidentes da CBF atual. Então, esse é o retrato do Brasil, da CBF também. E nós estamos entrando...

Sr. Presidente, o Governo do Canadá, através do seu departamento de assuntos globais, acabou de oficializar a seguinte recomendação ao seu cidadão em relação ao Brasil – sim, ao nosso país –, abro aspas: “É necessário um alto grau de cautela ao visitar o Brasil, devido aos elevados índices de criminalidade e frequentes incidentes com gangues, além de outros tipos de violência em áreas urbanas”.

Ontem, eu vi, na manchete de um tradicional veículo de comunicação do Brasil, que até com caipirinha estão dando golpe: vendendo por R\$20 mil no Rio de Janeiro. Está acontecendo todo tipo de pilantragem no Brasil de hoje, porque o exemplo não vem de cima. Claro, está liberado. Políticos que têm 400 anos de condenação, que roubaram o Brasil, estão aí nas suas coberturas, dando dica de cinema, enquanto promotores e juízes que cumpriram o seu dever e colocaram esses políticos – e outros – atrás das grades estão sendo cassados, estão sendo intimidados: o Juiz Marcelo Bretas, do Rio de Janeiro, há pouco tempo, há poucas semanas; o Deltan Dallagnol, da Lava Jato, maior operação de enfrentamento à impunidade e à corrupção no Brasil, está aí, perdeu o mandato em meses, cassado à velocidade da luz. É



vingança, é revanche, sem nenhum tipo de prova!

Sr. Presidente, o Canadá não é o primeiro país a tomar essa iniciativa de alertar sua população sobre os riscos de vir ao Brasil. Nos últimos anos, recomendações semelhantes foram dadas por Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha. Isso é uma vergonha internacional, que deveria ser levada em conta por aqueles que têm coragem de defender, por exemplo, a liberação de cassino, de bingo como forma de aumentar o turismo no país.

Antes tarde do que nunca: finalmente, o Senado Federal – e eu cumprimento a Casa, embora eu a critique muitas vezes, mas procuro ser justo parabenizando o Senado – resolveu fazer alguma coisa para enfrentar a explosão do crime organizado através da instalação de uma CPI específica.

Há anos, venho trabalhando nesse sentido. No dia 6 de julho de 2022, protocolamos um requerimento semelhante com o apoio de mais de 30 Senadores, mas ele foi arquivado pela Mesa Diretora da época, sumariamente. Em 2023, voltamos a insistir no assunto, dessa vez com um requerimento de CPMI. Nós mudamos a estratégia: uma CPMI, mista, Câmara e Senado, para investigar o crime organizado no país, numa articulação conjunta com o Deputado Federal Coronel Meira, de Pernambuco. Nós conseguimos, novamente, coletar assinaturas no Senado, conseguimos aqui – e eu fui de porta em porta –, mas esbarrou-se nas 171 assinaturas necessárias na Câmara, lá não se conseguiu.

De acordo com a Secretaria Nacional de Políticas Penais, órgão ligado ao Ministério da Justiça e Segurança Pública, existem atualmente 72 facções criminosas operando no Brasil. O início da organização do crime se deu a partir da década de 70, inicialmente com o principal objetivo de traficar drogas.

Mas olhem só: é a partir do ano 2000 que se ampliam muito os tentáculos do crime, com a junção do PCC, de São Paulo, com o Comando Vermelho, do Rio de Janeiro, que rapidamente passam a dominar dezenas de presídios em vários estados – e aí tem início a diversificação dos seus negócios criminosos.

Inicialmente, era lavagem de dinheiro sujo, oriundo do tráfico de drogas e de armas, ampliando muito o seu poderio econômico. Agora, segundo estudos realizados em 2022 pela Confederação Nacional da Indústria, pela Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e também pela Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro, o volume econômico movimentado pelo crime organizado já está estimado em mais de R\$400 bilhões – “b” de “bola”, “i” de “índio” – no Brasil.

Segundo relatórios do Fórum Brasileiro de Segurança Pública, o crime organizado já está faturando mais com atividades legais do que com tráfico de drogas: só no ano de 2022, as duas principais facções, PCC e Comando Vermelho, movimentaram R\$147 bilhões com a venda de bens lícitos, enquanto com o tráfico de cocaína o movimento foi de cerca de R\$15 bilhões.

Segundo o *Mapa da Segurança Pública*, divulgado pelo Ministério da Justiça, em 2024, os estados mais violentos do Brasil foram: a Bahia, com 4.205 mortes violentas; o Rio de Janeiro, com 3.231; Pernambuco, com 3,2 mil; e o Ceará, com 3.178 assassinatos, com um índice de 34,4 homicídios dolosos por 100 mil habitantes. Segundo padrões internacionais, índices superiores a dez já configuram uma pandemia de violência. Nós estamos com 34 – 3,4 vezes mais. Olhem a gravidade disso! É um câncer que está acontecendo no Brasil; não é só corrupção, não.

A gente vê hoje o crime entranhado até em licitações, o crime entranhado em postos de gasolina, em *bets*. Saíram manchetes, nos tradicionais veículos, mostrando que o crime nunca lavou tanto dinheiro, nunca aumentou tanto os seus lucros quanto a partir do advento das casas de apostas, e ainda tem gente querendo defender a liberação de cassino e de bingo no Senado Federal! É muita insensibilidade – ou conivência.

No Estado do Ceará, o meu estado, o caos na segurança pública, Sr. Presidente, está instalado há vários anos, em função da impotência do Governo estadual – comandado basicamente pelo PT –, que me levou a pedir uma intervenção federal meses atrás, engavetada pelo Presidente Lula. Engavetada! Podia



mandar a Força Nacional, as forças de segurança, para pelo menos dar uma tranquilidade um pouco maior com os homens qualificados que tem na Força de Segurança Nacional, mas não, engavetou. É para não dar o braço a torcer, não é isso? Enquanto isso, o povo, os pobres não têm o direito de ir e vir; empresas estão fugindo, deixando desempregados; pessoas são degoladas – crianças, mulheres –; o feminicídio está nas alturas... Disso não se fala!

No Estado do Ceará, tem bairros inteiros dominados pelo tráfico, em que você tem que pedir autorização para entrar à luz do dia, com famílias sendo expulsas de casa. É um poder paralelo, Presidente, é um poder paralelo o que nós temos.

São muitas cidades do interior e bairros de Fortaleza totalmente dominados por facções que atuam fortemente com tentáculos em atividades.

Chacinas já viraram rotina no noticiário. Só no último feriado de Corpus Christi foram assassinadas 24 pessoas entre quinta e domingo em Fortaleza e em mais 12 municípios do estado. São 24 famílias chorando, pai, mãe, filho, avô. Você imagina a tragédia que fica aqui!

Comerciantes e empresários são permanentemente extorquidos no centro de Fortaleza, e, em muitas comunidades, serviços como a internet já são prestados exclusivamente pelas facções criminosas, tornando-se até um empregador formal. E aí de quem for concorrer com eles. Começaram a tocar fogo nas estações, nos provedores de internet e nos carros dessas empresas.

Além disso, Sr. Presidente, para encerrar, é cada vez maior a participação do crime nos processos eleitorais. Tal situação foi reconhecida inclusive pelo próprio Presidente do TRE, o Tribunal Regional Eleitoral do Ceará, Desembargador Raimundo Nonato Silva, que esteve aqui nesta tribuna falando, em uma homenagem que a gente fez a um grande grupo do Estado do Ceará, um grande grupo empreendedor cujo fundador fez cem anos, o centenário de Edson Queiroz. O Desembargador Raimundo Nonato Silva declarou, abro aspas: “O estado legal foi engolido pelo estado marginal”. No Ceará, isso!

Por isso, reafirmo que, apesar de muita atrasada, essa CPI que o Senado deliberou para acontecer pode e deve servir como importante instrumento para devolver a ordem e a paz aos brasileiros. Já pedi ao PL, já pedi para participar dessa CPI, porque o nosso estado está de mal a pior, a gente precisa, pois é gravíssima a situação no Estado do Ceará. Se Deus quiser, eu vou participar para fazer o meu papel, algo que foi até um compromisso de campanha que a gente fez, essa CPI, e nós conseguimos, com a minha assinatura, uma das primeiras, depois de três tentativas desde que cheguei aqui.

Sr. Presidente, eu encerro com um pensamento do célebre escritor russo Leon Tolstói, que teve a sua obra literária proibida pelo regime da União Soviética por mais de 80 anos. Ele dizia que temos que viver construindo um caminho para um mundo melhor. Nosso objetivo deve ser o de deixar esse lugar melhor e mais alegre para se viver, tanto para aqueles que vieram conosco, como para aqueles que vierem depois de nós.

Então, muito obrigado pela sua tolerância.

Aproveito, neste dia 30 de junho, para dizer que a minha filha está fazendo 23 anos hoje e quero desejar-lhe muita saúde, paz e harmonia, Ana Cecília, que nasceu em 2002, no mesmo dia em que Chico Xavier – quando o Brasil estava ganhando a Copa do Mundo, o nosso penta, a minha filha estava nascendo –, que, de uma forma muito modesta, estava saindo à francesa, desencarnando. E hoje é um dia muito marcante para os espíritas também, pela passagem do Chico Xavier para o mundo espiritual, a volta dele.

Amanhã, o Senado Federal – de novo, parabéns ao Senado Federal – vai realizar algo histórico aqui: nós vamos ter, às 10h da manhã, uma reunião para a entrega da Comenda Chico Xavier, que foi instituída pela Presidência desta Casa, foi instituída pelo Senado, a partir de um requerimento meu, que os colegas aprovaram.

Eu quero agradecer também à Mesa Diretora e a toda a equipe da Secretaria-Geral da Mesa por essa



iniciativa, que vai ficar para a história, porque nós vamos sair daqui – inclusive, acaba o meu mandato no ano que vem, e eu não sou candidato à reeleição, sempre deixei isso muito claro –, e isso vai ficar por mais 10, 20, 30, 40, 100, 200 anos em que o nosso querido Senado Federal vai continuar. Esse é o resgate da caridade, porque o Chico Xavier – por meio do trabalho dele e das obras – sempre foi um homem caridoso... Ele tinha condição de ser um dos mais ricos do país e doou tudo para entidades filantrópicas. Eu tive a oportunidade não de conhecê-lo pessoalmente, mas de estudar sobre a vida dele, sobre as obras dele, e visitar depois a casa em que ele viveu em Uberaba. Ele nasceu em Pedro Leopoldo, mas passou boa parte da sua vida em Uberaba. Na casinha dele, nem banheiro tinha no quarto, para você ter uma ideia. Um cara que psicografou mais de 420 livros, traduzidos para mais de 12 línguas, milhões e milhões de exemplares, e tudo doado para a caridade. Chico Xavier...

Amanhã teremos uma sessão que vai colocar em ação, o amor em ação, que é reconhecer as entidades que fazem caridade no Brasil.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Que Deus abençoe esta semana de todos nós.

O SR. PRESIDENTE (Izalci Lucas. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF) – Senador Girão, convido V. Exa. para assumir aqui, para que eu possa também fazer o meu pronunciamento.

O SR. EDUARDO GIRÃO (Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. *Fora do microfone.*) – Claro.

(O Sr. Izalci Lucas deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Eduardo Girão.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Imediatamente, já passo a palavra...

Fazendo uma saudação aos visitantes que aqui estão nas galerias do Senado, sejam muito bem-vindos. Estamos tendo uma sessão não deliberativa na Casa, nesta segunda-feira. Amanhã, teremos votações.

E aproveito para dizer para vocês, que querem fazer igual a esses brasileiros que vêm conhecer a história, que aqui nós temos museus, temos muita coisa interessante. Essa proximidade com o Parlamento brasileiro é importante para todos nós.

Para visitar o Congresso Nacional – já faço aqui um convite a quem está nos assistindo –, basta acessar o *site* www.congressonacional.leg.br/visite. Nossa equipe sempre atenciosa da TV Senado, se puder colocar também, em algum momento desta sessão, para que as pessoas possam tentar acessar: www.congressonacional.leg.br/visite.

A visitação pode ser realizada em dias úteis, exceto terças e quartas, em que a gente tem muita votação aqui nas Comissões; e, nos finais de semanas e feriados, também está aberto, das 9h às 17h.

Senador Izalci, mais uma vez, sempre muito presente aqui na Casa, o senhor tem a palavra por 20 minutos, com a tolerância também aqui da Presidência.

O SR. IZALCI LUCAS (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - DF. Para discursar.) – Serei breve, Presidente.

Primeiro, quero cumprimentá-lo.

Da mesma forma como V. Exa. se pronunciou aqui sobre o evento de ontem – estivemos lá juntos –, é incrível você ver os jornais de hoje – o UOL e o Correio de hoje também – dizerem que tinha 12 mil pessoas. Não sei como essa mídia trabalha com estatística, porque quem estava em cima do trio lá, de um lado, perdia de vista; do outro lado, no final também, estava bastante cheio. Então, é incrível como eles tentam, de qualquer forma, diminuir o impacto da presença popular nessas manifestações. E olha que praticamente não houve muita mobilização. Nessa última, eu fiquei preocupado realmente de ter pouca gente, exatamente porque poucos fizeram *lives* e pedidos para que comparecessem lá na Avenida Paulista,



mas realmente o público compareceu, e a gente percebe que a população não desistiu – e espero que não desista.

Eu quero aproveitar, Presidente, primeiro, para falar da questão agora, como V. Exa. anunciou, da relatoria para o Alexandre de Moraes do IOF. E eu tive aqui o privilégio de dar o parecer do PDL que derrubou o IOF tanto na Câmara quanto, depois, aqui no Senado. É evidente que o Governo, a todo momento, coloca que vai buscar uma alternativa no Supremo Tribunal Federal, que talvez seja o maior parceiro dele dos últimos tempos. Agora, eu vi o próprio Líder do Governo dizer que a tendência seria de o Governo buscar, junto ao Supremo, uma solução para essa questão do decreto, alegando inclusive a inconstitucionalidade do PDL. Só que eles esquecem – e está no nosso voto, quando a gente fez aqui o relatório – que, na prática, o que é inconstitucional é o decreto, porque, de fato, o IOF é um imposto regulatório, não é arrecadatório, e o Governo, a todo momento, anunciou realmente o decreto no sentido de arrecadar. Em todas as declarações do Ministro Haddad e do próprio Governo, ficou claro que a arrecadação do IOF era para cobrir realmente o déficit. Então, é claramente arrecadatório.

Quando se trata de imposto arrecadatório, existem vários princípios. Tem o Código Tributário Nacional, que é muito claro: você tem que obedecer o princípio da anterioridade. Você não pode surpreender as pessoas e as empresas de um hora para outra: “Olha, a partir de agora, você vai pagar x”. Não, você só pode implementar qualquer imposto mediante aprovação no ano anterior, para que as empresas possam projetar, fazer o seu planejamento. Acho que o Governo se esquece disso. Como ele não faz, não existe planejamento no Governo, eles acham que as empresas também não fazem. E o mais grave: as empresas normalmente fazem para dez anos, para vinte anos, mas, no Brasil, não, não é? Existe o princípio da anualidade. E o Governo, você viu? São 37 aumentos; aliás, há um aumento de imposto a cada 37 dias neste Governo. A cada 37 dias, o Governo implementou uma medida de aumento de imposto.

Então, é evidente que tem o puxadinho lá do PT, o Psol, que normalmente entra com ação no Supremo, como entrou agora já com o IOF. Óbvio que ele entrou, e o Governo fica esperando um pouquinho para depois dizer que não entrou, que foi o Psol, não é? Então, todo mundo sabe disso, que essa iniciativa do Psol, tem a concordância do próprio Governo.

Bem, caiu na mão do Ministro Alexandre de Moraes. Espero que ele realmente possa se debruçar sobre isso e decidir tecnicamente, porque está muito claro que a inconstitucionalidade está no decreto, e não no PDL que derrubou o decreto. Espero, porque há uma propaganda, inclusive do Governo, muito clara, e o Governo quer vender isso, que a oposição não quer tributar os ricos, esquecendo que o IOF atinge todas as classes, inclusive as pequenas e microempresas. Todas as operações de crédito têm IOF, seja empréstimo ao consumidor, seja capital de giro, seja financiamento de casa, seja pagamento de cartão de crédito, todos têm IOF. O IOF é para todo mundo, pega todo mundo. Então, essa conversa, essa propaganda enganosa do Governo de nós não queremos tributar os ricos é balela.

Este Governo, na prática, o que quer mesmo é manter toda a população dependente do Governo. Basta ver a situação do Bolsa Família: milhões de pessoas, mais de 50 milhões de pessoas recebendo Bolsa Família. Não sou contra o Bolsa Família, agora, é um projeto transitório, é um programa transitório, você tem que ter porta de saída. As pessoas têm que ter, realmente, uma renda, não podem ficar sem renda nenhuma para se alimentar, apesar de que hoje, V. Exa. viu lá, que muitos deixam de se alimentar para jogar nas *bets*. Foram 3,6 milhões de pessoas jogando nas *bets* com dinheiro do Bolsa Família. E, por incrível que pareça, este Governo não teve competência para travar isso, porque é muito simples isso. Existe um cadastro único. Basta você identificar o cadastro, as pessoas que estão no cadastro, e proibir – que aquele CPF não possa acessar nenhum jogo de azar, seja Tigrinho, seja qualquer um deles.

Mas o Governo quer isto: quanto mais gente depender do Governo, quanto mais miseráveis existirem, para o Governo está ótimo. Você vê, ultimamente, o Pé-de-Meia. O Pé-de-Meia, teoricamente, quem olha



assim, aparentemente, acha que é um programa maravilhoso, porque são R\$200 para que o jovem não abandone o ensino médio. Só que eles esquecem que R\$200 não resolve absolutamente nada, porque o aluno não está indo ao ensino médio, à escola, não é por falta de recurso, mas exatamente por falta de infraestrutura e por falta de qualidade na educação.

Um aluno de ensino médio que chega numa escola hoje, e já saiu até uma publicação hoje aqui, no DF, das 19 escolas visitadas pelo Tribunal de Contas, metade delas não tem água potável, tratada, na capital da República. Não estou falando do interior de Goiás, nem do Ceará, não. Estou falando aqui da capital.

Então, o que acontece? Uma escola que não tem água potável, que não tem internet, que não tem laboratório de ciências, que não tem qualidade, não tem esporte, não tem cultura, o aluno vai ficar fazendo o quê nessa escola? Abandona, óbvio que abandona. Aí o Governo paga R\$200, como se isso resolvesse o problema deles.

Então, o que este Governo quer é usar a população como massa de manobra com questão eleitoral. Não há, por parte do Governo, nenhuma intenção, realmente, de tirar as pessoas da miséria. Eles querem manter a miséria, até porque o próprio Lula já disse isso. As pessoas que ganham acima de cinco salários não votam mais neles – e não votam mesmo, não.

Então, a gente precisa buscar esse caminho aí, e eu espero que o Ministro Alexandre de Moraes defina essa situação do IOF de uma forma técnica, de acordo com o parecer que fizemos aqui, na derrubada do IOF, porque realmente é um imposto que precisava ter o princípio da anualidade. Você não pode tributar nenhuma empresa ou criar nenhum imposto pelo Código Tributário Nacional que não tenha previsibilidade e que não tenha anterioridade.

Da mesma forma são as contribuições, em que há uma exigência de 90 dias. Você não pode instituir nenhuma contribuição com menos de 90 dias. Tem uma lei para isso. Então, não se pode aproveitar. Por mais que a Constituição garanta ao Poder Executivo a possibilidade de legislar sobre essa matéria, tem que obedecer à legislação vigente e aos princípios com relação a isso. E cabe ao Congresso Nacional sustar, realmente, esses atos normativos que exorbitem do poder de regulamentar, como é o caso do IOF.

Agora, Presidente, outro assunto gravíssimo que aconteceu nessa semana passada foi a questão do art. 19 do código da internet. Eu era Deputado ainda quando discutimos essa matéria no Congresso, na Câmara, sobre a questão do marco regulatório da internet, que foi um avanço muito grande.

Agora, o que diz o art. 19? O art. 19 diz, simplesmente, que as plataformas só poderão ser penalizadas se elas não retirarem os conteúdos sob decisão judicial. Aí vêm agora os Ministros do Supremo e dizem: “Não”; aliás, três tiveram bom senso, né? Acho que leram o código.

Porque, na prática, o que vai acontecer? As plataformas, com medo de serem penalizadas, passarão a retirar conteúdos de terceiro para não pagar a multa. E, aí, tudo pelo que elas acham que pode levar multa elas vão tirar, ou seja, vão contrariar completamente a liberdade de expressão, que é o espírito do código da internet.

O marco civil da internet, que aprovamos, defendia esse espírito, realmente, democrático de garantir a liberdade de expressão, que também está na Constituição. Aí vem o Supremo e diz: “Não, as plataformas serão penalizadas, se elas não retirarem os conteúdos de terceiro, independentemente de decisão judicial”.

O que o Judiciário tinha que fazer, Presidente – falta bom senso ao Judiciário –, é criar talvez uma vara, para que sejam mais ágeis as decisões. Ora, se é o Judiciário que demora na definição e na decisão da retirada de conteúdos, que ele crie... Não existe uma vara de pequenas ações? Então, que se faça uma forma como o próprio Judiciário possa, de uma forma mais ágil e mais eficiente, dar resposta para isso, mas não dizer que a plataforma é que tem que tirar o conteúdo.

Nós vamos ficar à mercê das plataformas, que poderão, inclusive, sofrer interferência de governo, como



acontece sempre, e acabar tirando, da oposição, inclusive, e da população de modo geral, a possibilidade de se manifestarem nas redes sociais; e é o que eles querem.

O que eles querem realmente é inibir, é proibir a manifestação da população, porque eles não conseguem... Eles já perceberam que a direita está muito bem organizada com relação às redes sociais e que eles sequer conseguem, não só presencialmente, mas também nas redes sociais, fazer o que a população hoje está fazendo, que é se manifestar.

Então, sobre essa questão da decisão judicial do art. 19, a gente precisa tomar alguma providência. Não tem nenhum sentido o Supremo tomar uma decisão dessa, contrariando a Constituição, contrariando realmente a legislação, e o Congresso ficar assistindo a isso.

Então, acho que chegou o momento, se for mantida essa posição, de a gente dar uma resposta ao Supremo, porque isso aí não é competência deles. Eles não podem continuar fazendo o que estão fazendo, principalmente com relação à liberdade de expressão. Essa é sagrada, é um princípio constitucional. E não precisa ser advogado – eu não sou advogado, não –, mas qualquer um que lê a Constituição e lê realmente a decisão do Supremo percebe que realmente o Supremo extrapolou com relação a essa e a outras várias questões. Mas, em especial, a gente não pode admitir ficar assistindo aqui a essa questão da liberdade de expressão.

Portanto, o Congresso precisa reagir, o Senado em especial. A única instituição que pode fazer o contraponto, que pode realmente dar um recado para o Supremo, é aqui, porque quem coloca tira. E, se for necessária uma medida mais dura, que o Senado possa realmente fazer aqui o papel de tirar um ministro desse que extrapola a Constituição Federal. Nós não podemos abrir mão da forma como está o art. 19 da lei da internet, o qual a gente precisa manter.

Então, Presidente, eu espero que amanhã a maioria dos Senadores compareçam, porque também tem o evento lá do Ministro Gilmar Mendes em Portugal, um evento importantíssimo que para o país, o Congresso praticamente para. Parece que já confirmaram cinco Ministros do Supremo, 19 ou 20 do STJ, tudo isso pago com dinheiro público. Perguntem lá se esses Ministros do STJ, do Supremo estão indo para Portugal com dinheiro próprio. Garanto para você que não é dinheiro próprio, é dinheiro do Judiciário.

Da mesma forma, a gente precisa realmente priorizar as questões nossas daqui do Congresso Nacional, o que está acontecendo neste país. Então, essa medida, definida ontem – na semana passada, aliás – contra o art. 19, não pode passar em branco. Nós temos que tomar alguma atitude mais radical nesse sentido, porque, senão... Aliás, vários artigos da Constituição já estão sendo rasgados, porque, de fato, nós...

Aproveitando aqui para reforçar, Senador Girão, eu tenho feito algumas palestras nas faculdades, inclusive para o pessoal da área de Direito, e aí eu vou reforçar aqui a V. Exa., que tem conhecimento jurídico também. Olha só o que o promotor lá do Paraná... Vou repetir, eu já falei sobre isso, mas é bom lembrar, porque nós estamos falando aqui do Supremo.

1. Juiz pode instaurar inquérito? Não, salvo [...] [o Supremo Tribunal Federal agora].

Ele vai ter que mudar o plano de aula. A gente vai à faculdade e os professores estão dizendo assim: “Gente, vamos ter que mudar tudo aqui. Nós estamos ensinando errado para os alunos”.

2. Juiz pode investigar crimes? Não, salvo se for ministro do [...] [Supremo];
3. Juiz que se considera vítima de crime pode conduzir investigação a respeito? Não, salvo [...] [o Supremo Tribunal Federal];
4. Juiz pode determinar busca e apreensão sem representação do delegado ou do Ministério Público? [Também] não, [agora vão ter que mudar,] salvo [...] [o Supremo Tribunal Federal];
5. Juiz pode manter prisão em flagrante sem convertê-la em preventiva? [Também] não, salvo se



for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal];

6. Juiz pode determinar prisão em flagrante de alguém por crime instantâneo, acontecido dias atrás, ao argumento, claramente errado, de que o crime seria permanente, confundindo dado básico de direito penal que diferencia crime permanente de crime instantâneo com efeitos permanentes? [Também] não, salvo se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal];

7. Juiz pode dar continuidade à investigação quando o Procurador-Geral determina o arquivamento do inquérito? [...] [Que aconteceu isso, também não pode], salvo se for ministro do [Supremo Tribunal Federal];

8. Juiz pode dar entrevista sobre o caso que vai julgar emitindo opinião antecipada sobre o mérito do caso? [Também] não, salvo se for ministro do [Supremo, aí pode. Porque eu fui juiz do trabalho, eu sei, aprendi isso. Juiz fala no processo, não tem que sair falando aí, dando entrevista toda hora];

9. Juiz pode ofender graciosamente a honra dos interessados no processo, externalizando um misto de sentimento de ódio, raiva e inimizade pessoal, tanto no curso do processo, quanto em entrevistas e palestras, repetidas vezes, e seguir se considerando imparcial para analisar o caso? [Também] não, salvo se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal];

10. Juiz pode fazer homenagem pública ao advogado do réu, elogiando seu trabalho no caso concreto a ponto de chegar às lágrimas de tão abalado emocionalmente que ficou, revelando uma torcida pela defesa, e se considerar ao mesmo tempo imparcial para julgar o caso? [Também] não, [não pode, só] se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal];

11. Juiz pode considerar válido inquérito sem fato delimitado para investigação? [Também] não [pode], [...] [só] se for ministro do [...] [Supremo];

12. Juiz pode fazer analogia [...], alargando o objeto material de um crime por interpretação? [Também] não [pode], [...] [somente] se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal];

13. Juiz pode dizer ao investigado que ele tem direito ao silêncio, mas, caso resolva falar, não pode mentir? [Também] não, salvo se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal].

14. Juiz pode ser juiz sem fazer concurso público? [Também] não, [...] [só] se for ministro do [...] [Supremo Tribunal Federal].

Então, é isso que está acontecendo no nosso país, Senador Girão.

Não tem jeito, eu espero que o Ministro Alexandre de Moraes possa realmente julgar essa ação do IOF com muita imparcialidade e tecnicamente, como está no parecer.

Muito obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Muito obrigado, Obrigado, meu querido Senador Izalci.

Concordo com tudo o que o senhor disse, só não quando o senhor disse que não tem jeito. Jeito tem – jeito tem –, a gente sabe qual é o remédio para isso, que é o *impeachment*, porque, por tudo que o senhor leu aí. É interessantíssimo isso. Eu fico imaginando a cabeça das pessoas de curso de Direito, do cara que estudou a vida toda por aquilo como é que fica: “Rapaz, está tudo errado o que eu aprendi, não é?”.

Então, fica aquele questionamento: ministro do Supremo é juiz ou é outra casta? Essa é que é a dúvida do brasileiro. Nós ouvimos muito isso ontem, lá. Nós ouvimos muitos questionamentos desses, sobre a censura no Brasil, do art. 19, dez anos depois! Quer dizer, num casuísmo clássico, dez anos depois, eles resolveram ver a inconstitucionalidade do art. 19, e nós precisamos dar soluções urgentes, uma reação como aconteceu no caso da PEC antidrogas. O Senado cumpriu a sua parte...

(*Soa a campanha.*)



O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – ... na época, com o Presidente Rodrigo Pacheco, que colocou a PEC 45. Ele foi o primeiro signatário. E nós, depois de um ativismo flagrante do Supremo Tribunal Federal, legislando sobre porte de drogas – algo que a gente já tinha feito duas vezes, aqui, em menos de 20 anos, deixando claro: tolerância zero – o Supremo vem, faz a sua legislação, e o Senado age com a PEC, deixando claro o que sempre foi claro, mas na Constituição, que a tolerância é zero.

Isso vai criar um impasse. Na hora que a Câmara votar e aprovar o que nós já fizemos aqui, isso vai criar um impasse institucional, porque o Supremo invadiu a nossa competência, e nós agimos. Então, o que é que vai valer? A mesma coisa vale para esse da censura. Nós temos o dever de reagir com relação a isso.

Eu quero saudar aqui brasileiras e brasileiros que estão nessa galeria do Senado Federal. Vocês são de que estados do Brasil ou são de fora do Brasil? Podem dizer aí?

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio Grande do Sul.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Goiás.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – São Paulo.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Rio de Janeiro.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Pará.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE) – Tocantins.

(Manifestação da plateia.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Girão. Bloco Parlamentar Vanguarda/NOVO - CE. Fala da Presidência.) – Mato Grosso do Sul.

Olhe que beleza, Senador Izalci! Que beleza! Sejam muito bem-vindos aqui ao Plenário do Senado Federal! Hoje a gente está tendo uma sessão que é de discursos, de pronunciamentos, é chamada de não deliberativa. Amanhã a gente já vai ter sessão de votação aqui, com presença maior, os Senadores estão vindo, na segunda-feira, aqui para Brasília. Sejam todos muito bem-acolhidos! Eu tenho certeza de que a nossa equipe está levando vocês para conhecer os locais históricos aqui da Casa. Muito obrigado pela presença.

A Presidência informa às Senadoras e aos Senadores que estão convocadas as seguintes sessões para amanhã, terça-feira, dia 1º de julho: primeiro, nós vamos ter, como eu disse há pouco tempo, a Sessão de Premiações e Condecorações, às 10h, destinada à concessão da Comenda de Incentivo à Caridade



Chico Xavier. Está aqui o livrinho que amanhã vai ser entregue a cada um que aqui estiver, e você está convidado. Você, brasileira, brasileiro, que puder vir, principalmente quem é de Brasília, quem é aqui de perto de Goiás, que quer participar deste momento histórico, o Plenário do Senado Federal é de vocês e estará aberto.

Nós vamos ter aqui seis entidades, se não me engano... Está aqui.

São cinco entidades que serão homenageadas com essa Comenda de Incentivo à Caridade Chico Xavier, um grande legado que o Chico deixou para o Brasil, esse grande humanista, pacifista, o Mineiro do Século, também considerado o Brasileiro do Século pela revista *Época*, que fez uma ampla campanha de votação, e amanhã nós vamos ter aqui a entrega dessa comenda. Se Deus quiser, estarei presidindo aqui, nesse dia histórico que vai se manter aí, se Deus quiser, por muitas décadas, por séculos.

Nós vamos ter amanhã também uma sessão deliberativa ordinária, às 14h, com pauta divulgada pela Secretaria-Geral da Mesa.

Cumprida a finalidade desta sessão, a Presidência declara o seu encerramento. Que Deus abençoe a sua semana e a de sua família!

Muitíssimo obrigado.

Paz e bem! Vamos que vamos.

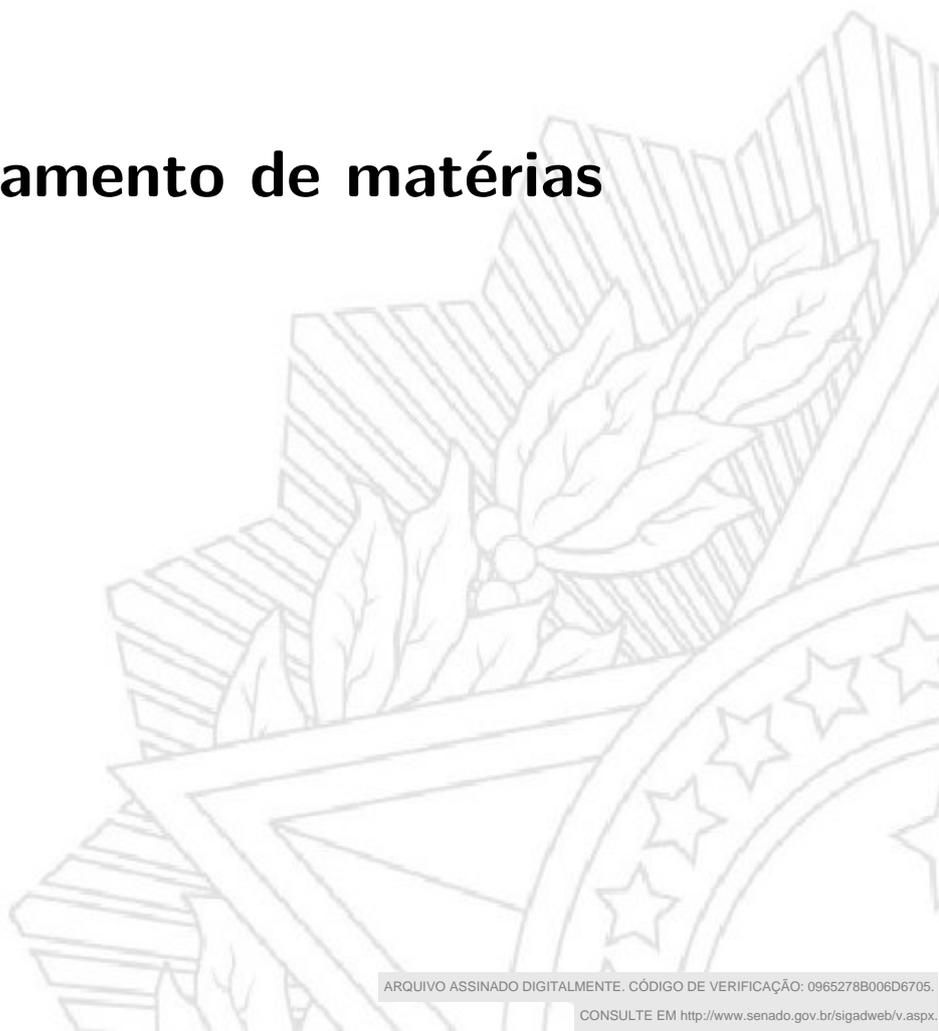
(Levanta-se a sessão às 15 horas e 41 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Encaminhamento de matérias



Os documentos seguintes foram recebidos pelo Senado Federal e, nos termos da Instrução Normativa nº 12, de 2019, da Secretaria Geral da Mesa, encaminhados às Comissões competentes, que os disponibilizarão nas respectivas páginas no Portal do Senado Federal:

Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 178/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sistema Itaunense de Radiodifusão Ltda. para a DSOM Comunicação e Eventos Ltda., relativa à CAC 27/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 176/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Estúdios Reunidos Ltda. para a Xodó Eventos & Editora Musical Ltda., relativa à CAC 25/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 174/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Continental de Curitiba Ltda. para a Rádio Cidade Som Ltda., relativa à CAC 23/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 173/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Bel Ltda. para o Estúdio Ouro Radiodifusão Ltda., relativa à CAC 22/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 172/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à SM Comunicações Ltda., para a Rádio Mantena FM Ltda., relativa à CAC 21/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 171/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sistema Lageado de Comunicação Ltda., para Sistema Liberdade de Comunicação Ltda., relativa à CAC 20/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 169/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Universitária Metropolitana Ltda., para a Rádio Estrela de Ibiúna Ltda., relativa à CAC 18/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 177/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Sociedade FM Cidade das Montanhas Ltda. para a Rádio Cidade FM de Urussanga Ltda., relativa à CAC 26/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 175/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Continental de Curitiba Ltda. para a Rádio Cidade Som Ltda., relativa à CAC 24/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 170/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sistema de Radiofusão Ribas do Rio Pardo Ltda., para a Rádio Nova FM de Pedro Gomes Ltda., relativa à CAC 19/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 168/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sonobel –Serviços Musicais Ltda., transferida à Fundação L´Hermitage e posteriormente transferida à Del Rey Radiofusão Ltda., para o Sistema Mineiro de Comunicação Ltda., relativa à CAC 17/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 167/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio FM Norte do Paraná Ltda., para a J.P.N. Rádio FM Ltda., relativa à CAC 16/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 166/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio FM Norte do Paraná Ltda., para a J.P.N. Rádio FM Ltda., relativa à CAC 15/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 164/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Bel Ltda., para a Brumadinho FM Ltda., relativa à CAC 13/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 163/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sociedade Rádio Alvorada Ltda. para SAR – Rádio Frequência Modulada Ltda., relativa à CAC 12/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 165/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio FM Norte do Paraná Ltda., para a J.P.N. Rádio FM Ltda., relativa à CAC 14/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 161/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Companheira FM Ltda. para a Arauto Comunicações Ltda., relativa à CAC 10/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 160/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Estúdios Reunidos Ltda. para a Mídia Rádio FM Ltda., relativa à CAC 9/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 159/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Exitus Sistema de Comunicação Ltda. para a Mídia Jaú Empresa de Comunicação Ltda., relativa à CAC 8/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 162/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Companheira FM Ltda. para a Arauto Comunicações Ltda., relativa à CAC 11/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 155/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Ultra Radiodifusão Ltda., originalmente conferida à Sociedade Emissoras Minuano Ltda, para a Sistema Riograndense de Radiodifusão Ltda., relativa à CAC 4/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 154/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rondovisão - Rondônia Rádio e Televisão Ltda. para a Rádio Clube Cida Ltda., relativa à CAC 3/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 152/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Iguatemi Ltda, atualmente denominada Rádio Comunicação Brasil Ltda., para a Exclusive Music Radiodifusão Ltda., relativa à CAC 1/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 158/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio e Televisão Libertas Ltda. para a Gospa Mira Empreendimentos de Rádio e Televisão Ltda., relativa à CAC 7/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 157/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Cultura de Santos Dumont Ltda., para a Sociedade Mineira de Comunicação Ltda., relativa à CAC 6/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 156/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Difusora Santa Catarina Ltda., posteriormente transferida à J.P.B. Empresa Jornalística Ltda., para a Sociedade Boa Vista de Comunicações Ltda., relativa à CAC 5/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 153/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Empresa de Radiodifusão Morimoto Ltda. para a Santos & Lucena Ltda., relativa à CAC 2/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 150/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Hortência Ltda. para a Rede Vertical de Comunicação Ltda., relativa à CAC 41/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 149/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Independência do Paraná Ltda. para a Fundação Monsenhor Jonas Abib., relativa à CAC 40/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 151/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à TV Pioneira Ltda. (anteriormente denominada TV Pioneira de Mogi das Cruzes Ltda.) para a Rádio 91 FM Itaperuna Ltda., relativa à CAC 42/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 147/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Web Comunicação Ltda. para a Alvoredo Sociedade e Comunicações Ltda., relativa à CAC 38/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 146/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Universal Ltda. para a Rádio Cidade FM de Içara Ltda., relativa à CAC 37/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 142/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Sociedade Vale de Comunicações Ltda. para a EPCM - Empresa Produtora de Conteúdo Marazul Ltda., relativa à CAC 33/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 148/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Emissoras do Centro Oeste Paulista Ltda. para a Rádio FM 102 Ltda., relativa à CAC 39/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 145/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Difusora Natureza FM Ltda. para a Dassi Comunicações Ltda., relativa à CAC 36/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Of. nº 144/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio FM Medianeira S/C Ltda. para a Buritis FM Ltda., relativa à CAC 35/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 143/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Mampituba Ltda. para a Megasul Digital Ltda., relativa à CAC 34/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
OFC 141/2025	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Astral Comunicações Ltda. para a Rádio Cowboy FM Ltda., relativa à CAC 32/2024.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 246/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Proware 2000 Telecomunicação, Som e Imagem Ltda. para a FM Planalto de Cajuru Ltda., relativa à CAC 44/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. 244/2025	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à GToll Telecomunicações Ltda. para a Rádio Planalto de Irineópolis Ltda., relativa à CAC 42/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 247/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente à Rádio Top FM Ltda. para a Super Rádio Rio Ltda., relativa à CAC 45/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Of. nº 245/2025/PS-GSE	Encaminha, nos termos do § 5º do art. 222 da Constituição Federal, o Comunicado de transferência de permissão da concessão outorgada originalmente ao Sistema Radiodifusão de Bebedouro Ltda. para a Canastra FM Comunicação Ltda., relativa à CAC 43/2025.	Câmara dos Deputados	CCDD
Ofício S/N	Comunica ao Congresso Nacional, nos termos dos artigos 3º e 4º, da Lei nº 10.610, de 20 de dezembro de 2002, que houve alteração na participação dos sócios no capital social da sociedade e informa a nova composição do capital social.	EDITORA MEIO & MENSAGEM LTDA.,	CCDD



Nº na origem	Ementa	Autoria	Comissão Destinatária
Aviso nº 727 - GP/TCU	Encaminha o Relatório de Fiscalizações em Políticas e Programas de Governo (RePP) de 2024, o qual apresenta quadro-resumo das principais ações de controle realizadas pelo TCU, entre 2023 e 2024, em políticas públicas de natureza social, institucional e econômica.	Tribunal de Contas da União	CTFC
Ofício nº 04/2025/CO NSAD	Informa, em atendimento ao estabelecido nos § 2º e 3º do art. 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016; § 3º e 4º do art. 37 do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016, que o Relatório "Avaliação do Atendimento das Metas e Resultados na Execução do Plano de Negócios (PAN) e da Estratégia de Longo Prazo (PEI) do exercício de 2024" encontra-se disponível no site da Codevasf.	Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - CODEVASF	CTFC
Ofício nº 203/2025/PR /CA-CPRM	Apresenta, nos termos do § 2º e 3º do artigo 23 da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016, Análise de Atendimento das Metas e Resultados na Execução do Planejamento Estratégico do Serviço Geológico do Brasil – SGB/CPRM, do exercício de 2024.	Serviço Geológico do Brasil- SGB/CPRM	CTFC



Matéria recebida da Câmara dos Deputados





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 4035, DE 2023

Institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- [Texto do projeto de lei da Câmara](#)
- [Projeto original](#)

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2315472&filename=PL-4035-2023



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 4035/2023 [1 de 3]



Data do Documento: 27/06/2025

**CÂMARA DOS DEPUTADOS**

Institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza, a ser incluído no calendário oficial da União.

Art. 2º Fica instituído o mês de agosto como Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza, período em que o Congresso Nacional analisará as políticas públicas do governo federal a fim de fiscalizar a implementação, a consolidação e a expansão de políticas públicas sociais em caráter nacional.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

HUGO MOTTA
Presidente



Assir
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2942869>

Avulso do PL 4035/2023 [2 de 3]

2942869

Data do Documento: 27/06/2025



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 140/2025/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador DAVI ALCOLUMBRE
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de proposição para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à apreciação do Senado Federal, nos termos do *caput* do art. 65 da Constituição Federal combinado com o art. 134 do Regimento Comum, o Projeto de Lei nº 4.035, de 2023, da Câmara dos Deputados, que “Institui o mês de agosto como o Mês Nacional de Combate à Desigualdade Social e de Enfrentamento à Pobreza”.

Atenciosamente,

HUGO MOTTA
Presidente



Assinatura digitalizada e verificada em:
<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2942870>

Avulso do PL 4035/2023 [3 de 3]

2942870

Mensagens do Presidente da República



MENSAGEM Nº 668

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 66 da Constituição, comunico a Vossas Excelências que acabo de sancionar o Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, que “Cria a Carreira de Desenvolvimento Socioeconômico, a Carreira de Desenvolvimento das Políticas de Justiça e Defesa e a Carreira de Fiscalização da Comissão de Valores Mobiliários, altera a remuneração de servidores e empregados públicos do Poder Executivo federal, altera a remuneração de cargos em comissão, de funções de confiança e de gratificações do Poder Executivo federal, reestrutura cargos efetivos, planos de cargos e carreiras, padroniza e unifica regras de incorporação de gratificações de desempenho, transforma cargos efetivos vagos em outros cargos efetivos, em cargos em comissão e em funções de confiança, altera a regra de designação dos membros dos conselhos deliberativos e fiscais das entidades fechadas de previdência complementar e dá outras providências.”. Para o arquivo do Congresso Nacional, restituo, nesta oportunidade, autógrafo do texto ora convertido na Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025.

Brasília, 2 de junho de 2025.



Mensagem da Presidência da República

Nº 668, de 2025, na origem, que restitui autógrafo do Projeto de Lei nº 1.466, de 2025, sancionado e convertido na Lei nº 15.141, de 2 de junho de 2025.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 28, DE 2025

(nº 810/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 28/2025 [1 de 24]



MENSAGEM Nº 810

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **IRENE VIDA GALA**, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **IRENE VIDA GALA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2025.



EM nº 00121/2025 MRE

Brasília, 17 de Junho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **IRENE VIDA GALA**, ministra de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **IRENE VIDA GALA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

Avulso da MSF 28/2025 [3 de 24]



00001.003741/2025-07



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 961/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

Atenciosamente,

RUI COSTA
MINISTRO DE ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/06/2025, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6799317** e o código CRC **FAE64F0D** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003741/2025-07

SEI nº 6799317

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 28/2025 [4 de 24]

OFÍCIO 961 (6799317)

SEI 00001.003741/2025-07 / pg. 1



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE PRIMEIRA CLASSE IRENE VIDA GALA

CPF.: [Informações pessoais](#)

ID.: [Informações pessoais](#)

[Informações pessoais](#)

Dados Acadêmicos:

1983	Direito pela Universidade de São Paulo
2002	Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília/DF
2006	CAE - IRBr, "Relações Brasil -África no Governo Lula. A política externa como instrumento de ação afirmativa ... ainda que não só".

Cargos:

1985	CPCD - IRBr
1986	Terceira-Secretária
1991	Segunda-Secretária
1998	Primeira-Secretária, por merecimento
2003	Conselheira, por merecimento
2008	Ministra de Segunda Classe, por merecimento
2014	Ministra de Primeira Classe, por merecimento

Funções:

1987	Divisão de África II, assistente
1988	Embaixada em Bissau, Terceira-Secretária em missão transitória
1989	Embaixada em Lusaca, Encarregada de Negócios em missão transitória
1990-91	Departamento de África, assistente
1991-94	Embaixada em Lisboa, Terceira e Segunda-Secretária
1994-96	Embaixada em Luanda, Segunda-Secretária, Conselheira, comissionada
1996-99	Embaixada em Pretória, Segunda e Primeira -Secretária
1999-04	Divisão de África II, Chefe, substituta
2002-04	Embaixada em Dacar, Encarregada de Negócios em missão transitória
2004-07	Missão junto à ONU, Nova York, Conselheira
2004	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à África Ocidental
2004	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à África Central
2005	Representante do Brasil na Missão do Conselho de Segurança das Nações Unidas à África Central
2007-11	Consulado-Geral em Roma, Cônsul -Geral Adjunta

Avulso da MSF 28/2025 [5 de 24]



2011-2017 Embaixada em Acra, Embaixadora
2018- Escritório de Representação do Itamaraty em São Paulo (ERESP), Subchefe

Condecorações:

2002 Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Oficial
2003 Ordem de Rio Branco, Brasil, Oficial
2006 Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendadora
2015 Ordem de Rio Branco, Grã-Cruz

Avulso da MSF 28/2025 [6 de 24]





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Secretaria de África e Oriente Médio
Departamento de África
Divisão de África Oriental e Setentrional

República de Ruanda



OSTENSIVO

Junho de 2025.

1

Avulso da MSF 28/2025 [7 de 24]



PERFIS BIOGRÁFICOS

PAUL KAGAME - *Presidente da República*. É presidente de Ruanda desde 2000. Aos três anos, sua família refugiou-se em Uganda (1960), em consequência de conflitos étnicos em Ruanda. Integrou o Exército da Resistência Nacional de Uganda (NRA), liderado por Yoweri Museveni. Em 1986, foi designado chefe de Inteligência Militar do NRA e participou da criação da Frente Patriótica Ruandesa (FPR). Em julho de 1994, após o genocídio contra os Tutsi em Ruanda, o FPR assumiu o poder. Durante o governo de transição, Kagame exerceu os cargos de vice-ministro e ministro da Defesa. Em 1998, foi eleito presidente da FPR. Em 2000, foi eleito presidente pela Assembleia Nacional Transitória. Em 2003, foi confirmado no cargo por eleições diretas, sendo reeleito em 2010, 2017 e 2024.



OLIVIER NDUHUNGIREHE - *Ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional*. Assumiu o cargo em 12 de junho de 2024. Foi embaixador residente na Haia (2020-2024), responsável também pelas relações de seu país com Estônia, Letônia e Lituânia; vice-ministro para a Comunidade da África Oriental (2017-2020); embaixador em Bruxelas (2015-2017), com jurisdição sobre Bélgica, Luxemburgo e União Europeia; ministro-conselheiro e representante alterno na missão de Ruanda junto à ONU, em Nova York (2010-2015); e conselheiro na Embaixada de Ruanda em Adis Abeba, responsável também pela representação junto à União Africana. É mestre em Gestão Tributária pela Universidade Livre de Bruxelas e bacharel em Direito pela Universidade Católica de Louvain. Nasceu em setembro de 1975, fala kinyarwanda, francês e inglês.



LAWRENCE MANZI - *Embaixador da República de Ruanda*. Nasceu em 21 de julho de 1976 em Mombaça, Quênia. Foi analista de políticas governamentais junto ao Gabinete do Primeiro-Ministro de Ruanda (2012-13), conselheiro na delegação de Ruanda junto à ONU (2013-14) e ministro-conselheiro na embaixada de Ruanda nos Estados Unidos (2015-23). Apresentou credenciais em 22/5/2024.



GERAL

A República de Ruanda localiza-se na região dos Grandes Lagos, na parte central da África, um pouco abaixo da linha do Equador. Tem uma área total de 26.340 km², aproximadamente 1,2 vezes o tamanho do Estado de Sergipe. Ruanda é um dos menores países da África e o 149º do mundo em termos de área. No entanto, com população total de 14 milhões e 530 habitantes por km², é um dos países mais densamente povoados do mundo. A maior parte da população vive no campo, e a proporção da população urbana (18%) é baixa.

Ruanda situa-se a uma altitude média de 1.598 metros acima do nível do mar, o que o torna um dos países mais altos do mundo. Seu território é montanhoso e o ponto culminante do país, o monte Karisimbi, atinge 4.519 m de altitude. Embora esteja em região tropical, seu clima é suave, com temperaturas máximas entre 26 e 28º no verão; e média de 16º C no inverno. O país não possui acesso ao mar. Ruanda faz fronteira com a República Democrática do Congo, com Tanzânia, Uganda e Burundi.

Por ter população predominantemente rural, a agricultura é responsável por empregar a maioria dos habitantes, cerca de 70% da força de trabalho. Os principais cultivos são: banana, mandioca, feijão, sorgo e, principalmente, chá e café, que são os dois principais produtos agrícolas de exportação.

Ruanda destaca-se no continente africano pelos esforços de reconstrução - após o genocídio contra os Tutsi, em 1994 - que resultaram em avanços econômicos e sociais significativos, com destaque para altas taxas de crescimento do PIB, de redução da pobreza, de universalização da educação básica e de serviços de saúde.

Sob o governo de Paul Kagame, ex-comandante da Frente Patriótica Ruandesa (RPF) e que lidera o país desde 2000, Ruanda foi alçada a modelo de estabilização e desenvolvimento na região, chegando a ser considerada a “Singapura da África Oriental”. A economia do país cresceu, entre 1995 e 2019, em média, 9,19% ao ano (7,1% em 2024). O país registrou avanços significativos em modernização e digitalização de serviços públicos, educação básica, universalização dos serviços de saúde e instalação de infraestrutura sustentável.

Graças à política de universalização do acesso à saúde, cerca de 90% da população de Ruanda tem acesso à saúde primária e mais de 97% está imunizada com vacinação básica. Ruanda aspira ao status de país de renda média até 2035 e de renda alta até 2050.

A capital, Kigali, é um dos principais hubs tecnológicos do continente africano. Dotada de centro de convenções e infraestrutura hoteleira modernos, tornou-se também polo continental de eventos empresariais, esportivos e governamentais.

Ruanda é considerada modelo de desenvolvimento pós-conflito por instituições financeiras internacionais e países doadores tradicionais, percepção utilizada pelo país para projetar sua liderança, ainda que limitada por sua dimensão. O presidente ruandês



Paul Kagame costuma ser convidado para foros internacionais que tratam da ajuda ao desenvolvimento, como cúpulas do G7 e conferências de Davos.

Ao exercer a presidência pro-tempore da União Africana, em 2018, Paul Kagame deu ênfase ao estabelecimento da Zona de Livre Comércio Continental Africana (ZLCCA), cujo acordo de criação foi assinado em Kigali, em março de 2018, e na reforma institucional da União Africana (UA), com vistas a tornar o orçamento da organização mais sustentável, previsível e, sobretudo, menos dependente de parceiros extracontinentais.

Ruanda é importante país contribuinte de tropas para missões de manutenção da paz, tendo cooperado bilateralmente na área de defesa com países como a República Centro-Africana e Moçambique.

Desde o início de 2025, porém, a imagem internacional do país vem sendo prejudicada por seu envolvimento no conflito na República Democrática do Congo (RDC). Em janeiro último, o grupo M23, com alegado apoio de Ruanda, passou a controlar parte do território da RDC, o que ensejou a resolução 2773 da ONU, que exige que Ruanda cesse seu apoio àquele grupo. No momento, encontra-se em negociação acordo de paz entre Ruanda e a RDC, com mediação dos Estados Unidos.

História de Ruanda

A presença humana em Ruanda remonta a comunidades caçadoras-coletoras, ancestrais dos Twa, aproximadamente há dois mil anos. Posteriormente, povos agrícolas e pastores migraram para a região, dando origem a reino centralizado entre os séculos XVI e XVII. A dinastia Nyiginya consolidou o reino, culminando com Kigeri IV Rwabugiri, que unificou e fortaleceu o Estado ruandês por volta de 1900.

O sistema político pré-colonial era altamente hierarquizado, com base no sistema de tributação e clientelismo chamado *ubuhake*. Sob esse arranjo, populações majoritariamente agrícolas (Hutu) prestavam serviços aos pastores (Tutsi), recebendo proteção e acesso a gado — uma relação de dependência que também possibilitava certa mobilidade social.

Com a colonização alemã, a partir de 1894, seguida pela administração belga após a Primeira Guerra Mundial, houve a institucionalização de divisões étnicas. Os colonizadores passaram a favorecer a elite tutsi, introduzindo documentos de identidade étnica (baseados em número de cabeças de gado) e aprofundando desigualdades já existentes.

A partir de 1959, iniciou-se a Revolução Hutu, processo que levou à deposição do monarca tutsi (1961) e à proclamação da república, em julho de 1962. Guiado por Grégoire Kayibanda, o regime hutu consolidou-se, instaurando uma hegemonia que culminou em violência contra populações tutsi.

Em julho de 1973, golpe militar liderado por Juvénal Habyarimana, oficial hutu do norte, derrubou Kayibanda. Habyarimana governou por duas décadas, mantendo o controle por meio da personalização do poder e do controle militar, embora enfrentasse tensões regionais e começasse a permitir abertura política gradual no início dos anos 1990.



Esse período também foi marcado pela intensificação da questão tutsi, com grupos exilados organizando-se em torno do Frente Patriótica Ruandesa (FPR), fundado em 1987. Em outubro de 1990, a FPR lançou ofensiva contra Ruanda, desencadeando guerra civil. As negociações de paz culminaram nos Acordos de Arusha (1993), embora conflitos étnicos e massacres localizados persistissem.

Genocídio contra os Tutsi

O genocídio contra os Tutsi, ocorrido entre abril e julho de 1994, foi uma campanha de extermínio, planejada por extremistas da maioria hutu contra a minoria tutsi. Em um período de aproximadamente cem dias, mais de 800.000 civis foram assassinados, embora estimativas oficiais variem entre 500.000 e 1.000.000. Os assassinatos foram executados muitas vezes com instrumentos rudimentares e motivados por discursos de ódio amplamente disseminados, incluindo pela emissora RTLM, que incitava a eliminação dos tutsis.

O genocídio foi desencadeado pelo atentado ao avião do presidente hutu Juvénal Habyarimana em 6 de abril de 1994, incidente que matou também o presidente do Burundi, Cyprien Ntaryamira, e precipitou o colapso do governo moderado. No dia seguinte, a primeira-ministra Agathe Uwilingiyimana foi assassinada, causando vácuo político que permitiu a ascensão de governo interino de extremistas hutus liderado por Théoneste Bagosora, que coordenou grande parte das mortes e da violência.

A violência foi executada em todas as regiões do país, com apoio das forças militares e milícias como Interahamwe e Impuzamugambi. Estima-se que até dois milhões de ruandeses fugiram para países vizinhos, especialmente o Zaire (atual RDC). A ofensiva da FPR, liderada por tutsis exilados, começou simultaneamente à repressão genocida e concluiu-se, em meados de julho de 1994, com a tomada da capital Kigali e o estabelecimento de um governo de transição.

No pós-genocídio, a Justiça internacional e local desempenhou papel central na tentativa de responsabilização. O Tribunal Penal Internacional para Ruanda (ICTR) foi criado em 1994 para julgar os principais responsáveis, enquanto milhões de casos foram tratados pelos tribunais comunitários, instituídos em 2001 para processar pessoas envolvidas em menor grau. Além disso, a vitória da FPR levou à formação de um governo de unidade nacional, simbolizado pela presidência de Pasteur Bizimungu (hutu) com Paul Kagame (tutsi) como vice-presidente, acompanhado por reformas políticas, constitucionais e simbólicas que proibiram referências étnicas e instituíram um novo modelo de reconstrução nacional.

RELAÇÕES BILATERAIS



As relações Brasil-Ruanda, estabelecidas em 1981, encontram-se em construção.

Os dois países anunciaram a decisão de abrir Embaixadas residentes em 2023. A Embaixada do Brasil em Kigali foi criada pelo Decreto nº 11.810, de 29/11/23. Em janeiro de 2024, o governo brasileiro concedeu *agrément* ao embaixador designado de Ruanda no Brasil, Lawrence Manzi, que apresentou credenciais em maio de 2024.

Em 1º de junho de 2025, a Embaixada em Kigali foi aberta. O governo de Ruanda concedeu *agrément* a Irene Vida Gala em 10/06/2025.

Do lado ruandês, o então ministro dos Negócios Estrangeiros, François Ngarukiyintwali, visitou o Brasil em 1982, quando se discutiram possibilidades de cooperação técnica bilateral. Em setembro de 2007, o então chanceler Celso Amorim avistou-se com seu homólogo ruandês em Nova York, à margem da 62ª Assembleia Geral das Nações Unidas (AGNU), ocasião em que foi firmado o Acordo Quadro de Cooperação Técnica (em vigor) entre os dois países, com base em proposta brasileira.

Em junho de 2011, o então chanceler Antonio Patriota reuniu-se com o presidente de Ruanda, Paul Kagame, por ocasião de visita a Nova York para participar da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS. O chanceler brasileiro expressou o desejo de aprofundar as relações bilaterais e de cooperar para o maior desenvolvimento econômico e social do país.

Em seguimento às conversações mantidas em Nova York, em junho de 2011, foi proposto Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda (em vigor), durante seminário sobre cooperação técnica brasileira à margem da 37ª Conferência da FAO em Roma.

Em dezembro de 2013, o assessor especial para Assuntos Internacionais do Ministério do Esporte, Embaixador Carlos Henrique Cardim, visitou Kigali, por ocasião do Congresso Anual da Confederação Africana de Vôlei.

Em agosto de 2019, foi assinado, em Kigali, o Acordo de Serviços Aéreos (em vigor), pelo embaixador do Brasil em Nairóbi, Fernando Estellita Lins de Salvo Coimbra, e o ministro de Infraestrutura de Ruanda, Claver Gatete.

Em 2023, o ex-chanceler Vincent Biruta visitou o Brasil. Na ocasião, foi assinado o Memorando de Entendimento sobre Isenção de Visto Mútuo para Titulares de Passaportes Diplomáticos, de Serviço e Oficiais (em vigor).

O Senhor Presidente da República foi convidado pelo presidente Kagame a participar das comemorações dos 30 anos do genocídio contra os Tutsi em Kigali, em 2024, tendo designado como representante o embaixador em Nairóbi, Sílvio José Albuquerque e Silva, que à época mantinha cumulatividade com Ruanda.

Ruanda participou do II Diálogo Brasil-África sobre Segurança Alimentar, Combate à Fome e Desenvolvimento Rural (Brasília, 20-22/5/2025), sendo representada pelo Ministro da Agricultura e Recursos Animais, Cyubahiro Marc Bagabe.

Mecanismos diplomáticos



Encontra-se em via de conclusão memorando de entendimento entre Brasil e Ruanda para criação de mecanismo de consultas políticas. A proposta foi apresentada por Ruanda em 01/11/2024. O MRE encaminhou contraproposta em 24/2, que foi aceita pelo lado ruandês em 12/6. Aguarda-se ocasião para assinatura.

COOPERAÇÃO

Foi promulgado em 13 de abril último o Acordo de Cooperação Técnica Brasil-Ruanda. O acordo foi assinado em Nova York, em 26/9/2007, ratificado pelo Brasil em 14/8/2009 e por Ruanda em 3/1/2025.

O histórico da cooperação bilateral entre Brasil e Ruanda inclui atividades nos setores de energia (biocombustíveis), agricultura (cana-de-açúcar) e segurança alimentar (alimentação escolar).

O Brasil participou de iniciativa, encerrada em junho de 2022, de cooperação trilateral com o Programa Mundial de Alimentos (PMA), o Centro de Excelência Contra a Fome, e o governo de Ruanda na área de segurança alimentar, cujo objetivo foi apoiar o desenvolvimento local de programa sustentável de alimentação escolar.

Em 2011 e 2012, o Brasil realizou doações por meio do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) e do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), que totalizaram US\$ 200 mil, ao apoio de refugiados acolhidos em Ruanda.

Em 2020, o Brasil ofereceu aporte financeiro de US\$ 50 mil ao governo ruandês, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para auxiliar no combate à pandemia de covid-19 naquele país.

Em 13/12/2024, a ABC recebeu visita de delegação do Ministério da Educação de Ruanda, integrada também por representantes do Programa Mundial de Alimentos (PMA) e da ONG Solid Africa, com interesse em conhecer o programa nacional de alimentação escolar (PNAE).

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O intercâmbio comercial entre Brasil e Ruanda ainda é limitado. Em 2024, as trocas totalizaram cerca de US\$ 3,1 milhões, maior registro da série histórica (98,7% de aumento em relação a 2023). As exportações brasileiras representaram a quase totalidade desse valor (US\$ 2,9 milhões). Os principais produtos exportados pelo Brasil foram sementes oleaginosas de copra e linhaça (26%), máquinas agrícolas (15%) e outras máquinas (11%). As importações brasileiras de Ruanda somaram US\$ 200 mil, sendo compostas, sobretudo, de elementos químicos inorgânicos (89%). O saldo superavitário brasileiro foi de US\$ 2,7 milhões.



Há potencial de ampliação do comércio bilateral, em especial da participação do agronegócio brasileiro, dos setores de máquinas agrícolas e de aviação. As exportações do Brasil podem beneficiar-se do interesse ruandês na obtenção de máquinas e equipamentos agrícolas. Além disso, Ruanda busca "expertise" nas áreas de preparação do solo para o plantio, métodos de irrigação de baixo custo, agricultura de precisão e técnicas de conservação e armazenamento de gêneros agrícolas pós-colheita.

O setor de aviação civil mostra-se promissor. A companhia aérea ruandesa, Rwandair, é uma das que mais cresce na África, cobrindo 29 destinos na África, Europa, Oriente Médio e Ásia, graças a investimentos estatais em empresa considerada de importância estratégica. Em 2019, a Rwandair estabeleceu parceria com a Qatar Airways para ampliar e administrar o aeroporto internacional de Bugesera (a ser inaugurado em 2027), com o objetivo de transformar a capital ruandesa em hub aéreo continental, concorrendo com Adis Abeba.

Quanto aos investimentos bilaterais, registre-se que a joint venture brasileiro-argentina Positivo-BGH chegou a firmar contrato com o governo de Ruanda para fornecimento de computadores às escolas do país. Em 2015, a empresa estabeleceu unidade de produção em Kigali, que produzia diferentes equipamentos eletrônicos. Em dezembro de 2020, a fábrica interrompeu sua produção.



ACORDOS

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS		
Título	Data de celebração	Status
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda sobre Isenção de Visto Mútuo para Titulares de Passaportes Diplomático, de Serviço e Oficiais	05/10/2023	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre a República Federativa do Brasil e a República de Ruanda	14/08/2019	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda para A Promoção da Cooperação SUL-SUL relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar.	24/06/2011	Em Vigor
Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Ruanda	26/09/2007	Em Vigor

Acordos em negociação

- 1) Acordo para a Eliminação de Dupla Taxação Relativa a Impostos sobre a Renda e à Prevenção da Evasão Fiscal entre o Brasil e Ruanda. Encontra-se sob avaliação da Receita Federal do Brasil.
- 2) MDE de Cooperação em Matéria de Defesa. Proposto em 5/9/24 por Ruanda. Encontra-se em avaliação pela parte brasileira.
- 3) Acordo de Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas (AIC). Negociações iniciadas em 2023. No momento, o texto encontra-se sob análise do lado ruandês.
- 4) MdE para Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas. Proposto por Ruanda em 19/11/24. Contraproposta brasileira enviada em 24/02 último. Em 12/06, a parte ruandesa informou estar de acordo com o texto negociado.



POLÍTICA INTERNA

Com a independência de Ruanda ante o Reino da Bélgica, em 1962, a etnia hutu (84%) assumiu a hegemonia política, em detrimento da elite colonial formada pela etnia tutsi (15%). Esse jogo de forças foi reforçado a partir do golpe de estado que, em 1973, levou Juvénal Habyarimana ao poder.

Durante as décadas de 1980 e de 1990, Ruanda viveu período de estagnação econômica e de instabilidade política. Em 1990, a oposição, constituída principalmente de refugiados tutsis, aliados a hutus moderados, fundou, em Uganda, a Frente Patriótica Ruandesa (FPR). Em 1991, a FPR invadiu o norte de Ruanda, iniciando a guerra civil contra o governo de Habyarimana, que contou com ajuda da França. Em julho de 1992, tem início processo de paz mediado pela Organização da Unidade Africana (OUA), predecessora da União Africana (UA). Em agosto de 1993, as negociações de paz foram concluídas, com a assinatura dos Acordos de Arusha, entre o governo ruandês e a FPR. Os Acordos de Arusha previam a formação de um governo de transição, com partilha de poder entre o partido governista e a FPR, bem como, com menor representação, partidos políticos de oposição. Com vistas a supervisionar a implementação dos acordos, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) aprovou a criação da Missão de Assistência das Nações Unidas para Ruanda (UNAMIR).

A trégua, no entanto, foi interrompida por atentado contra o avião em que viajavam Juvénal Habyarimana, presidente de Ruanda, e Cyprien Ntaryamira, presidente do Burundi. A morte de Habyarimana serviu de estopim para uma das piores tragédias do século XX.

O genocídio contra os tutsis, em 1994, marcou a realidade do país, em suas várias dimensões. Trata-se de assunto de grande sensibilidade para o governo ruandês. Desde janeiro de 2018, a Assembleia Geral da ONU adotou decisão que consagra o 7 de abril como o "Dia Internacional de Reflexão sobre o Genocídio contra os Tutsis em Ruanda em 1994".

No poder, a FPR buscou formar governo de união nacional, com a nomeação dos hutus Pasteur Bizimungu, a presidente, e Faustin Twagiramungu, a primeiro-ministro. Em março de 1999, foram realizadas as primeiras eleições municipais e, em 2003, foi aprovada nova Constituição por referendo. Por meio de leis de criminalização da ideologia do genocídio, a Carta veda qualquer partido político que se fundamente em distinções de etnia, cor ou gênero e garante, ademais, direito de repatriação a todos os refugiados ruandeses.

Em 2000, com a renúncia de Pasteur Bizimungu, Paul Kagame, um dos principais líderes tutsi da FPR, assumiu a presidência por eleição indireta. Kagame é, desde então, o presidente de Ruanda. Foi confirmado no cargo por meio de eleições em 2003 e 2010, para mandatos de sete anos. Em 2015, foi aprovada emenda à Constituição que eliminou o limite de dois mandatos presidenciais e abriu caminho para a sua candidatura a uma segunda reeleição. Kagame foi reeleito a um terceiro



mandato em 2017 e ao quarto mandato em 2024, confirmando o predomínio da FPR na vida política ruandesa.

O presidente Kagame fez da união nacional e da recuperação da economia do país os principais objetivos de seu governo. Em parte, tais objetivos foram alcançados, levando em conta a gradual estabilização do país e o contínuo crescimento econômico combinado com controle inflacionário.

Organização política

O poder executivo é liderado pelo Presidente da República, figura central do Estado, que combina as funções de chefe de Estado e de governo. Ele nomeia o Primeiro-Ministro e os membros do Conselho de Ministros, distribuindo as responsabilidades administrativas e políticas entre os 19 ministérios.

O poder legislativo, por sua vez, é bicameral e se estrutura em duas casas: a Câmara dos Deputados e o Senado. A Câmara dos Deputados é composta por 80 membros, para mandatos de cinco anos. São eleitos 53 deputados por sufrágio universal e secreto; 24 mulheres eleitas por conselhos específicos; dois membros pelo Conselho Nacional da Juventude e um deputado pela Associação das Pessoas com Deficiência.

O Senado conta com 26 membros, sendo 12 senadores eleitos por conselhos específicos, 8 indicados pelo Presidente da República; 4 pelo Fórum de Organizações Políticas; dois entre professores de instituições de ensino superior, sendo um de instituição pública e outro, de privada.

No âmbito do poder judiciário, a Justiça ruandesa é estruturada com base em dois tipos de tribunais — ordinários e especializados — e se orienta por princípios de independência e autonomia financeira e administrativa. O sistema de instâncias compreende os tribunais primários, intermediários, as cortes superiores (High Court), Tribunal de Recurso e Suprema Corte, além de tribunais comerciais e militares. A supervisão da magistratura cabe ao Alto Conselho da Magistratura, presidido pela Chefe da Justiça, que também é presidente da Suprema Corte.

ECONOMIA

Desde 1995, Ruanda apresenta elevadas taxas de crescimento econômico. Entre 1995 e 2019, o crescimento médio do PIB ruandês foi de 9,19%, segundo dados do Banco Mundial. Em 2019, a taxa de crescimento do PIB de Ruanda foi a segunda maior do mundo (9,46%, segundo o Banco Mundial), atrás apenas de Tuvalu (9,8%). Esse ritmo foi interrompido em 2020, devido à pandemia de Covid-19, tendo-se registrado PIB de 3,3%. A partir de 2022, as taxas de crescimento voltaram a estar próximas dos 7% anuais. A economia ruandesa cresceu 7,1% em 2024.



A agricultura emprega 68% da população e contribui com 26% do PIB do país, segundo dados do Instituto Nacional de Estatísticas de Ruanda. Os principais produtos agrícolas são chá e café. Grande parte da produção agrícola é de subsistência. A forte dependência do volume de chuvas e o reduzido uso de tecnologias, porém, resultam em baixa produtividade no setor e na necessidade de importações para atender à demanda doméstica.

A agricultura é um dos setores prioritários no programa de desenvolvimento Visão 2050 do governo de Ruanda. Busca-se substituir a agricultura de subsistência no país por produção intensiva em tecnologia até 2050. Uma das iniciativas foi o Projeto de Crescimento Agrícola Liderado pelo Setor Privado (PSDAG), entre 2014 e 2019, pelo qual parcerias entre cooperativas e PMEs na agricultura com governo e investidores privados buscaram implementar micro financiamentos voltados à adoção de métodos e tecnologias modernos.

O forte crescimento econômico de Ruanda foi acompanhado por melhorias substanciais nos padrões de vida, com queda de dois terços na mortalidade infantil e matrícula quase universal na escola primária. Um forte foco em políticas e iniciativas locais contribuiu para uma melhoria significativa no acesso a serviços e nos indicadores de desenvolvimento humano.

O país também ambiciona tornar-se um hub aéreo. O Catar participará diretamente da construção e operação do novo aeroporto de Bugesera, localizado a cinquenta quilômetros de Kigali, a um custo estimado de US\$ 1,6 bilhão. Trata-se do maior projeto financiado pelo Catar no continente africano. A operação do novo aeroporto caberá à "Bugesera Airport Company", joint venture entre a "Qatar Airways" e o governo de Ruanda.

Ruanda integra, juntamente com Tanzânia, Uganda, Quênia, Burundi, RDC e Sudão do Sul, a Comunidade da África Oriental (EAC), bloco regional com PIB de US\$ 193 bilhões. Além disso, o país é um dos principais promotores da integração econômica no âmbito da União Africana, sendo o presidente Paul Kagame um dos principais responsáveis pelo lançamento da Área de Livre Comércio Continental, em 2018, sob a presidência de turno ruandesa da organização.

Os principais produtos de exportação de Ruanda em 2023 (últimos dados disponíveis) foram ouro (65,6%), minérios (7,59%) e café (6,62%). As exportações tiveram como destino principalmente Emirados Árabes Unidos (66,4%), China (9,73%) e EUA (2,86%). Os principais produtos importados pelo país foram equipamentos de telecomunicação (5,12%), milho (3,14%) e medicamentos (3,07%). As importações foram provenientes principalmente de China (19,1%), Quênia (13,7%) e Uganda (12,7 %).

POLÍTICA EXTERNA



Ruanda tem seguido política externa voltada à obtenção de ajuda internacional e à coordenação com os países vizinhos. A comunidade internacional apoiou os esforços de reconstrução do país, apesar de doadores tradicionais manifestarem preocupação com possíveis violações de direitos humanos no país e, mais recentemente, com o envolvimento no conflito na RDC.

Nos últimos anos, o presidente Kagame buscou assumir maior protagonismo na esfera continental, de que é exemplo a realização, em Kigali, de cúpulas da União Africana (UA) em 2016 e 2018. A presidência ruandesa da UA, em 2018, foi marcada pelo ímpeto de reformas na estrutura da organização, com vistas à sua dinamização e à ampliação de sua capacidade de autofinanciamento. Além disso, a cúpula extraordinária de Kigali, realizada em março de 2018, foi marcada pela assinatura do acordo de criação da Área de Livre Comércio Continental e do Protocolo de Livre Movimentação de Pessoas, iniciativas que contaram com decisivo apoio de Kagame.

No âmbito regional, Ruanda participa da Comunidade da África Oriental (EAC), que engloba Ruanda, Tanzânia, Burundi, Uganda, Quênia, RDC e Sudão do Sul. A EAC constitui União Aduaneira desde 2005 e Mercado Comum desde 2010.

Desde que assumiu a presidência, Kagame buscou cultivar bom relacionamento com os países ocidentais e organismos internacionais, a fim de promover investimentos, doações e assistência humanitária.

No momento, porém, grande parte da política externa de Ruanda está relacionada aos acontecimentos na vizinha República Democrática do Congo (RDC). Mais de cem grupos armados atuam na região leste da RDC. O mais ativo é o M23, que reúne congolese de etnia tutsi, com vínculos com Ruanda. Desde o final de janeiro, o M23 passou a controlar parte do leste da RDC, incluindo as cidades de Goma (em 27/1) e Bukavu (em 15/2), capitais das províncias de Kivu do Norte e de Kivu do Sul, respectivamente.

As tropas do Burundi que se encontravam no Kivu do Sul, em apoio às Forças Armadas da República Democrática do Congo (FARDC), recuaram ante o avanço do M23. As Forças Armadas de Uganda, com base em entendimento mantido com a RDC, enviaram no final de fevereiro tropas para garantir a segurança na província de Ituri.

O general brasileiro Ulisses de Mesquita Gomes assumiu o comando da Missão de Paz das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO) em 28/1. É o sexto general brasileiro a comandar a MONUSCO. Além da MONUSCO, das tropas do Burundi e das tropas de Uganda, atuava na RDC a Missão da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral na RDC (SAMIDRC), que anunciou sua retirada em maio último. O encerramento antecipado da missão de paz foi decidido pela SADC em março, após confrontos que resultaram na morte de 17 de seus soldados na região.

Em 21/2, o Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por unanimidade, aprovou a resolução 2773, a qual “condena firmemente as ofensivas e avanços do M23 no Kivu do Norte e Kivu do Sul com o apoio das Forças Armadas de Ruanda”, e solicita que o M23 e as forças armadas de Ruanda se retirem do território



congolês imediatamente. Em 20/02, os Estados Unidos impuseram sanções a autoridades ruandesas supostamente envolvidas com o M23, incluindo o ministro de Integração Regional James Kabarebe.

Em Doha, no dia 18/03/2025, em reunião mediada pelo emir do Catar, Sheikh Tamim bin Hamad Al Thani, os presidentes da RDC e de Ruanda mantiveram conversações. Entre os dias 3 e 5 de maio, também no Catar, houve nova rodada de negociações, dessa vez entre delegações da RDC e do M23.

Em 25/04, os chanceleres da RDC e de Ruanda assinaram, em Washington, acordo preliminar de paz, comprometendo-se a apresentar projeto de tratado de paz até 2 de maio (o que não ocorreu até o momento) e a cessar o apoio militar a grupos armados.



DADOS BÁSICOS

NOME OFICIAL	República de Ruanda
GENTÍLICO	Ruandês
CAPITAL	Kigali
ÁREA	26.338 km ² (aproximadamente do tamanho do estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (BM, 2020)	12,95 milhões de habitantes
LÍNGUAS OFICIAIS	Kinyarwanda; inglês; francês; suaíli.
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristãos (93,4%); muçulmanos (1,8%); religiões tradicionais (1%).
SISTEMA DE GOVERNO	República Semipresidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara dos Deputados e Senado)
CHEFE DE ESTADO	Presidente Paul Kagame (desde 2000)
CHEFE DE GOVERNO	PM Édouard Ngirente (desde 2017)
CHANCELER	Olivier Nduhungirehe (desde 2024)
PIB nominal (FMI, 2023)	US\$ 13,83 bilhões
PIB PPP (FMI, 2023)	US\$ 46,33 bilhões
PIB nominal <i>per capita</i> (FMI, 2023)	US\$ 997,98
PIB PPP <i>per capita</i> (FMI, 2023)	US\$ 3.300,00
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	7,1% (2024), 8,2% (2023); 6,8% (2022); 10,9% (2021); -3,4% (2020); 9,5% (2019); 8,6% (2018).
IDH (PNUD, 2022)	Baixo (0,534); 165ª posição (em 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (BM, 2022)	66,07 anos
ÍNDICE DE ALFABETIZAÇÃO (BM, 2022)	75,90%
ÍNDICE DE DESEMPREGO (BM, 2022)	13%
UNIDADE MONETÁRIA	Franco Ruandês (1 USD = 1.197,19 RWF)
EMBAIXADOR EM KIGALI	MPC Irene Vida Gala aguarda sabatina. Recebeu agrément do governo ruandês em 10/6/2025.
EMBAIXADOR EM BRASÍLIA	Lawrence Manzi (desde 22/5/2024)

Brasil→ Ruanda	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024
Intercâmbio	344	703	960	774	410	537	966	899	1.999	1.562	3.049
Exportações	339	698	948	770	393	535	422	890	1.966	1.559	2.884
Importações	5	4	12	4	17	2	544	9	33	3	165
Saldo	334	694	936	766	376	533	-122	881	1.933	1.556	2.719

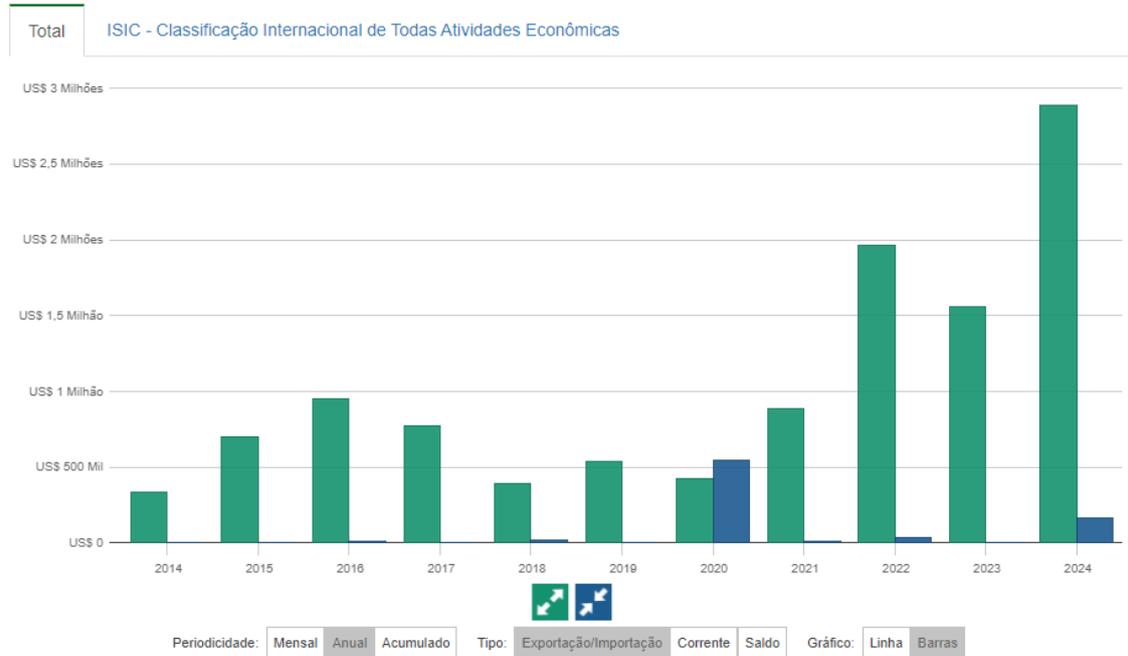
¶



DADOS ECONÔMICOS



Série histórica - Parceiro: Ruanda



*Variações em relação ao mesmo mês do ano anterior.



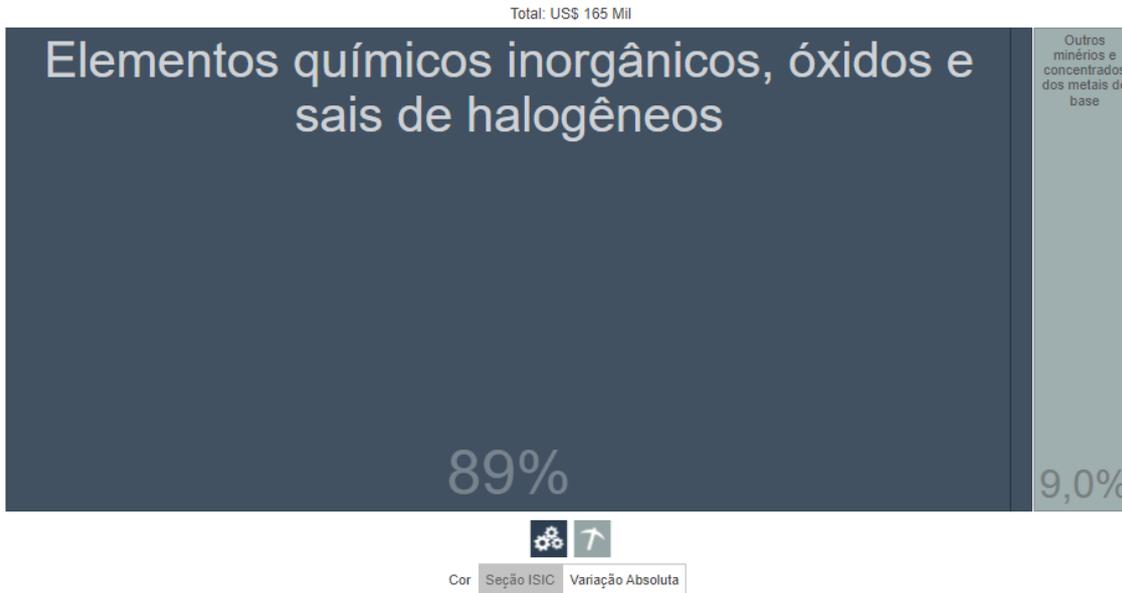
Visão Geral dos Produtos Exportados - Destino: Ruanda

Jan-Mai / 2025 2024



Visão Geral dos Produtos Importados - Origem: Ruanda

Jan-Mai / 2025 2024



CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

2025 - Abertura da Embaixada do Brasil em Kigali (junho)

2024 - Abertura da Embaixada de Ruanda em Brasília (abril)

2023 - A Embaixada do Brasil em Kigali foi criada por meio do Decreto nº 11.810, de 29/11/23.

2023 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Vincent Biruta

2020 - Doação brasileira ao governo ruandês, por intermédio do Programa Mundial de Alimentos (PMA), para auxiliar no combate à pandemia de coronavírus.

2019 - Assinatura do Acordo de Serviços Aéreos entre Brasil e Ruanda (em vigor)

2012 - Doação no valor de US\$ 100 mil ao Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) em favor da ajuda humanitária de emergência ao campo de refugiados em Ruanda

2011 - Assinatura do Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar entre Brasil e Ruanda (em vigor)

2011 - Encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, Antonio de Aguiar Patriota, e o Presidente de Ruanda, Paul Kagame, à margem da Reunião de Alto Nível da ONU sobre HIV/AIDS

2007 - Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica

2007 - Encontro do Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, Charles Murigande, à margem da 62ª Assembleia Geral da ONU

1982 - Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Ruanda, François Ngarukiyintwali

1981 - Estabelecimento de relações diplomáticas





SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) Nº 29, DE 2025

(nº 811/2025, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

[- Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

Avulso da MSF 29/2025 [1 de 26]



MENSAGEM Nº 811

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 25 de junho de 2025.

Avulso da MSF 29/2025 [2 de 26]



EM nº 00127/2025 MRE

Brasília, 17 de Junho de 2025

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome **LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. O atual ocupante do cargo, **LUÍS FERNANDO DE CARVALHO**, deverá ser removido no contexto da renovação periódica das chefias das Missões Diplomáticas brasileiras, prevista no art. 39 da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006.

3. Encaminho, anexos, informações sobre o país e *curriculum vitae* de **LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA** para inclusão em Mensagem que solicito seja apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Maria Laura da Rocha

Avulso da MSF 29/2025 [3 de 26]



00001.003742/2025-43



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 962/2025/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora Daniella Velloso Borges Ribeiro
Primeira Secretária
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho Mensagem na qual o Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

Atenciosamente,

RUI COSTA
MINISTRO DE ESTADO



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 27/06/2025, às 19:46, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **6799382** e o código CRC **69BA4E89** no site:

https://protocolo.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.003742/2025-43

SEI nº 6799382

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

Avulso da MSF 29/2025 [4 de 26]

OFÍCIO 962 (6799382)

SEI 00001.003742/2025-43 / pg. 1



INFORMAÇÃO

CURRICULUM VITAE

**MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA**CPF: **informações pessoais**ID.: **informações pessoais****informações pessoais****Dados Acadêmicos:**

1996	Bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro/UERJ
1999	PROFA-I - IRBr
2003	Mestrado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília. Tese: " A Estruturação de uma Política Internacional de Antiterrorismo sob a ótica da Teoria dos Regimes Internacionais "
2006	CAD - IRBr CAE, IRBr. Tese: " A Estruturação da Política Internacional de Combate ao Terrorismo e suas Implicações para o Brasil "
2011	Mestrado em Relações Internacionais pela Fletcher School of Law and Diplomacy (Global Master of Arts Program), Tufts University. Tese: " Pou Evite Bansan - An Analysis of the main challenges to Haiti's Stability (a blueprint for the interaction amongst the political, development and the peace and security agendas in post-conflict situations) "
2015	Mestrado "lato sensu" (Diplomado) "Guillermo Aguilar Álvarez" sobre Negociaciones Comerciales Internacionales de México (El Colegio de México e Secretaria de Economía do México)
2020	Doutorado em Políticas Públicas pelo Centro de Investigación y Docencia Económicas (CIDE), México. Tese: "La dimensión internacional de las políticas públicas: cambios en la política comercial de Brasil y México (1980 Y 2000)"

Cargos:

1997	Terceiro-secretário
2003	Segundo-secretário, por antiguidade
2007	Primeiro-secretário, por merecimento
2010	Conselheiro
2020	Ministro de segunda classe, por merecimento

Funções:

1999-00	Consultoria Jurídica (CJ), Coordenador de Direito Internacional
2000-01	Secretaria-Geral Adjunta (SGA), assistente
2001-02	Divisão da América Meridional I (DAM-I), assistente
2002-04	Divisão das Nações Unidas (DNU), assistente
2004-05	Membro da equipe do Brasil no Conselho de Segurança da ONU como membro não-permanente
2004-05	Membro, em nível de perito, do Comitê de Contra-Terrorismo do CSNU
2004-07	Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, segundo-secretário
2007-08	Secretaria-Geral (SG), assessor
2008-09	Missão junto às Nações Unidas, primeiro-secretário em missão transitória junto ao Gabinete do

Avulso da MSF 29/2025 [5 de 26]



	Presidente da Assembleia-Geral das Nações Unidas (2008-2009). "Liaison officer"
2010-10	Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York, primeiro-secretário
2010-13	Embaixada em Porto-Príncipe (Haiti), conselheiro e ministro-conselheiro
2013-17	Consulado-Geral do Brasil no México, conselheiro e cônsul-geral adjunto
2017-22	Embaixada do Brasil na Cidade do México, ministro-conselheiro
2022-	Embaixada do Brasil em Bogotá, ministro-conselheiro

Condecorações:

2006	Medalha do Pacificador, Exército Brasileiro
2007	Medalha do Mérito Militar, Brasil, Oficial
2008	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador, Oficial
2010	Medalha do Mérito Santos Dumont, Brasil, Oficial
2013	Ordem de Rio Branco, Brasil, Comendador
2013	Medalha do Mérito Naval, Brasil, Oficial





MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES Divisão de Caribe

HAITI



INFORMAÇÕES OSTENSIVAS Junho de 2025

Avulso da MSF 29/2025 [7 de 26]



DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República do Haiti
CAPITAL	Porto Príncipe
ÁREA	27.800 km ² (equivalente ao estado de Alagoas)
POPULAÇÃO (FMI, 2025)	12.557 milhões de habitantes (equivalente ao estado do Paraná)
IDIOMA	Francês e crioulo haitiano
UNIDADE MONETÁRIA	Gourde
RELIGIÃO	Católicos romanos (73,2%); protestantes (14,6%); sem religião (7,5%); outros (4,7%).
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista com primeiro ministro
PODER LEGISLATIVO	Bicameral (Câmara Baixa e Senado)
CHEFE DE ESTADO (interino)	Fritz Jean Alphonse
CHEFE DE GOVERNO	Primeiro-ministro Alix Didier Fils-Aimé
CHANCELER	Jean-Victor Harvel Jean-Baptiste
PIB (preços correntes, 2025, FMI)	US\$ 33,55 bilhões (1,58% do PIB do Brasil)
PIB PPP (2025, FMI)	US\$ 38,2 bilhões (0,77% do PIB do Brasil)
PIB <i>per capita</i> (2025, FMI)	US\$ 2,670 (26,81% do PIB do Brasil)
PIB PPP <i>per capita</i> (2025, FMI)	US\$ 3,040 (13% do PIB do Brasil)
VARIAÇÃO PIB (FMI)	-4% (2024); -1,9% (2023); -1,7% (2022); -1,8% (2021); -3,3% (2020); -1,7% (2019).
IDH (2022, PNUD)	0,552 (158º lugar) / Brasil: 0,760 (89º lugar)
EMBAIXADOR DO BRASIL NO PAÍS	Luís Fernando de Carvalho
EMBAIXADOR DO PAÍS NO BRASIL	Rachel Coupaud



COMÉRCIO BILATERAL BRASIL-HAITI**Intercâmbio Comercial Brasil-Haiti
(USD milhões)**

Ano	Exportações	Importações	Intercâmbio	Saldo
2003	31,6	0,2	31,7	31,4
2004	25,3	0,2	25,5	25,1
2005	46,0	0,2	46,1	45,8
2006	66,5	0,3	66,8	66,2
2007	76,1	0,3	76,5	75,8
2008	49,6	1,5	51,1	48,1
2009	33,1	0,9	34,0	32,1
2010	54,7	0,7	55,4	53,9
2011	93,5	0,5	94,0	93,0
2012	51,9	0,7	52,7	51,2
2013	51,8	0,7	52,6	51,1
2014	37,5	1,3	38,8	36,3
2015	37,7	1,2	38,9	36,6
2016	39,7	0,6	40,3	39,1
2017	68,1	1,1	69,2	66,9
2018	46,2	1,4	47,6	44,8
2019	40,6	2,2	42,8	38,5
2020	57,3	1,1	58,4	56,2
2021	66,4	1,0	67,4	65,4
2022	61,1	0,6	61,7	60,6
2023	68,4	0,8	69,2	67,6
2024	79,7	1,4	81,1	78,3
2025*	15,8	0,2	16	15,6

*Jan-Abr

Fonte: <http://comexstat.mdic.gov.br>

APRESENTAÇÃO

A República do Haiti é um país situado na região do Caribe, ocupando a porção ocidental da Hispaniola, a segunda maior ilha das Antilhas, que compartilha com a República Dominicana. Seu território tem cerca de 27,7 mil quilômetros quadrados — área um pouco menor que a do estado de Alagoas. O país possui aproximadamente 11,4 milhões de habitantes. A capital e maior cidade é Porto Príncipe. As línguas oficiais são o francês e o crioulo haitiano.

O Haiti foi originalmente habitado pelos povos taínos, integrantes do tronco aruaque, antes da chegada dos espanhóis no final do século XV. A ilha Hispaniola foi o primeiro território colonizado pelos europeus nas Américas. A porção ocidental da ilha passou ao controle da França com o Tratado de Ryswick (1697), passando a se chamar Saint-Domingue. A colônia francesa se tornaria uma das mais lucrativas do mundo no século XVIII, graças à produção de açúcar, cacau, algodão e café, baseada em trabalho escravo africano.

Inspirado pelos ideais iluministas e pelas revoluções americana e francesa, um movimento liderado por escravizados e afrodescendentes livres deflagrou a Revolução Haitiana em 1791, que duraria mais de uma década. Após uma longa guerra contra forças francesas, britânicas e espanholas, e sob a liderança de figuras como Toussaint Louverture e Jean-Jacques Dessalines, o Haiti proclamou sua independência em 1804, tornando-se o primeiro país da América Latina a fazê-lo e a primeira república negra do mundo. O Haiti foi também o primeiro Estado moderno fundado por ex-escravizados, o que teve enorme repercussão internacional e gerou isolamento político e econômico do novo país, sobretudo por parte das potências escravistas.

Durante os séculos XIX e XX, o Haiti enfrentou instabilidade política crônica, golpes, ocupações estrangeiras e dificuldades econômicas persistentes. Entre 1915 e 1934, o país foi ocupado pelos Estados Unidos, que intervieram sob a justificativa de proteger interesses econômicos e restaurar a ordem. A segunda metade do século XX foi marcada pelas ditaduras hereditárias da família Duvalier (François, o “Papa Doc”, e seu filho Jean-Claude, o “Baby Doc”), que governaram de forma autoritária entre 1957 e 1986.

Após a queda dos Duvalier, o Haiti passou a realizar eleições periódicas, mas seguiu enfrentando instabilidade institucional, violência política e crises humanitárias. A eleição de Jean-Bertrand Aristide, em 1990, representou um marco democrático, porém seu governo foi interrompido por um golpe militar no ano seguinte, o que levou a um ciclo de crises que mobilizou crescente atenção da ONU, resultando no envio de



missões como a UNMIH, em 1993, e na posterior reinstalação de Aristide com apoio militar liderado pelos EUA. Naquela década, o Haiti não logrou fortalecer-se institucionalmente e diminuir sua forte dependência externa.

Em 2004, diante de novo colapso político, o Conselho de Segurança da ONU criou a Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), pela Resolução 1542, com o objetivo de restaurar a segurança e apoiar a reconstrução institucional. O Brasil assumiu o comando militar da missão e foi o maior contribuinte de tropas da MINUSTAH. Em 2010, um terremoto devastador atingiu o Haiti, matando mais de 200 mil pessoas e destruindo boa parte da infraestrutura da capital. A tragédia foi seguida por surtos de cólera e instabilidade contínua. Poucos anos após a descontinuação da MINUSTAH, o presidente Jovenel Moïse foi assassinado, em 2021, agravando a crise política e de segurança.

Desde então, o país mergulhou em um vácuo institucional, sem eleições e com a escalada da violência de grupos armados. Em 2024, sob mediação da CARICOM e com apoio internacional, foi formado o Conselho Presidencial de Transição (CPT), encarregado de restaurar a governabilidade e organizar eleições até fevereiro de 2026.

Apesar das dificuldades, o Haiti preserva uma rica cultura marcada por influências africanas, francesas e caribenhas. O vodu haitiano, a literatura em crioulo e francês, a música tradicional e a arte popular são expressões fundamentais de sua identidade nacional.

A economia haitiana é uma das mais frágeis do hemisfério ocidental, com base na agricultura de subsistência, na remessa de haitianos no exterior e na ajuda internacional. O país enfrenta graves desafios em segurança, saúde, infraestrutura e governança, sendo foco de diversas missões da ONU desde o início dos anos 1990. Ainda assim, o Haiti permanece símbolo de resistência histórica e exemplo pioneiro de luta pela liberdade e autodeterminação dos povos.

PERFIS BIOGRÁFICOS



PRESIDENTE DO CONSELHO PRESIDENCIAL DE TRANSIÇÃO

Fritz Alphonse Jean (Cabo Haitiano, Haiti, 1956) é formado em economia e foi presidente do Banco do Haiti entre 1998 e 2001. Entre 2005 e 2009, foi reitor da Universidade Notre Dame do Haiti. Membro do partido Unidade Patriótica, foi primeiro-ministro interino por um mês, em 2016. Membro do



Conselho Presidencial de Transição (CPT), assumiu a presidência rotativa em 7/3/2025, para ciclo de cinco meses.



PRIMEIRO-MINISTRO

Alix Didier Fils-Aimé (Porto Príncipe, Haiti, 1971), formado em administração de empresas com foco em finanças pela Universidade de Boston. Foi presidente do conselho de administração da Câmara de Comércio e Indústria Ocidental – CCIO e da Câmara de Comércio e Indústria Haitiana – CCIH. Candidato derrotado ao senado nas eleições de 2015. É Primeiro-Ministro do Haiti desde novembro de 2024, em substituição a Garry Conille.



MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Jean-Victor Harvel Jean-Baptiste (Porto Príncipe, Haiti, 1962), formado em psicologia pela Universidade Etnologia do Estado do Haiti. Em Genebra, Suíça, formou-se em estudos de desenvolvimento pelo Instituto de Estudos de Desenvolvimento. Foi nomeado inspetor geral da Polícia Nacional Haitiana em 2001. Em 2009, foi ministro-conselheiro do Haiti no Chile e na Organização dos Estados Americanos. Foi também membro da comissão presidencial criada para resolução de conflito territorial na fronteira com a República Dominicana. Diplomata de carreira, assumiu o cargo de chanceler em novembro de 2024.

RELAÇÕES BILATERAIS

A parceria entre Brasil e Haiti está alicerçada em valores compartilhados e em uma trajetória de cooperação intensificada ao longo do século XXI. O Haiti foi o primeiro país da América Latina e do Caribe a conquistar a independência, em 1804, e o Brasil reconheceu a soberania haitiana ainda no século XIX. As relações diplomáticas bilaterais foram oficialmente estabelecidas em 1928.

Contudo, foi a partir dos anos 2000 que a relação ganhou maior densidade, em particular com o engajamento brasileiro na Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH), entre 2004 e 2017, na qual o Brasil exerceu o comando militar da operação e foi o maior contribuinte de tropas. O País



desempenhou papel-chave na área de segurança, mas também tomou iniciativas de reconstrução, assistência humanitária e apoio à institucionalidade democrática no país caribenho. Esse esforço conferiu ao Brasil visibilidade internacional e consolidou vínculos duradouros com o povo haitiano.

A cooperação técnica entre os dois países foi impulsionada nesse contexto, abrangendo áreas como saúde pública, agricultura, educação, segurança alimentar, gestão de riscos e fortalecimento institucional. O Brasil passou a ser um dos principais parceiros do Haiti em matéria de cooperação Sul-Sul, por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

As relações também foram marcadas pela recepção, por parte do Brasil, de milhares de imigrantes haitianos desde o início da década de 2010, sobretudo após o devastador terremoto. O fluxo migratório levou à formulação de políticas específicas, como a concessão de vistos humanitários, que permitiram a regularização da presença haitiana em território brasileiro e fortaleceram os laços entre as duas sociedades.

RELAÇÕES ECONÔMICO-COMERCIAIS

O Haiti é parceiro relevante do Brasil no Caribe, ainda que a corrente de comércio bilateral seja modesta em comparação com países de maior porte. O Brasil mantém com o Haiti uma relação assimétrica, mas estratégica, com forte componente de solidariedade e cooperação para o desenvolvimento. Em 2024, o fluxo bilateral atingiu US\$ 81,1 milhões, composto por US\$ 79,7 milhões em exportações brasileiras e US\$ 1,4 milhões em importações do Haiti, resultando em um superávit de US\$ 78,3 milhões.

A pauta exportadora brasileira é composta predominantemente por produtos industrializados e bens de capital, refletindo o papel do Brasil como fornecedor de insumos essenciais à reconstrução e ao desenvolvimento haitiano. Em 2024, destacaram-se: carnes de aves (42%), açúcar (14,2%), preparações alimentícias (12%), máquinas e equipamentos elétricos (5,8%), produtos de higiene e limpeza (3,6%) e leite em pó (3,4%).

Do lado haitiano, as exportações para o Brasil são pouco diversificadas e de baixo valor agregado, compostas basicamente por resíduos têxteis e produtos artesanais. Em razão da baixa industrialização e da crise econômica prolongada do Haiti, o comércio bilateral é amplamente deficitário para o país caribenho.

Em termos de investimento estrangeiro direto (IED), não há registro expressivo de capital haitiano no Brasil nem de grandes investimentos brasileiros no Haiti. O foco da relação está na cooperação técnica e humanitária, com projetos implementados pelo

7



Brasil por meio da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) em áreas como saúde, agricultura, educação, capacitação profissional e gestão de riscos. Está em vias de implementação projeto para o treinamento de policiais haitianos pela Polícia Federal. O Brasil está estudando modalidade de possível cooperação em matéria eleitoral, tendo em vista a realização de eleições no país caribenho, quando as condições de segurança permitam.

Em 2025, durante a preparação para a Cúpula Brasil-Caribe, foram retomadas discussões sobre novas iniciativas de cooperação trilateral (envolvendo Brasil, Haiti e organismos internacionais) e a possibilidade de ampliar a participação do Haiti no Programa de Estudantes-Convênio (PEC), com foco em ensino superior e formação profissional. Essas ações refletem o compromisso brasileiro com o desenvolvimento haitiano, em um marco de diplomacia solidária. Por ocasião da cúpula, o Haiti manifestou interesse na cooperação técnica na área de avicultura. A produção de carne e ovos poderia contribuir muito, na visão do governo haitiano, para a melhora na segurança alimentar e nutricional do país.

POLÍTICA INTERNA

O Haiti é uma república unitária, constitucional e presidencialista, fundada sobre os princípios da separação de poderes, com uma tradição republicana que remonta à sua independência em 1804. Sua atual Constituição, promulgada em 1987 após o fim da ditadura dos Duvalier, estabelece que o Poder Executivo é exercido por um presidente da República, eleito por sufrágio universal direto, e por um primeiro-ministro, indicado pelo presidente entre os membros do partido majoritário no Parlamento, e aprovado por este. Na prática, a governabilidade haitiana tem sido profundamente afetada por crises institucionais, disputas entre os poderes e sucessivos períodos de instabilidade.

O Poder Legislativo é bicameral, composto pelo Senado (30 membros) e pela Câmara dos Deputados (99 membros), eleitos por voto direto. Os mandatos são de seis anos para senadores (com um terço renovado a cada dois anos) e de quatro anos para deputados. No entanto, desde janeiro de 2020, o país enfrenta um vácuo legislativo, com o Congresso dissolvido após o vencimento dos mandatos sem a realização de novas eleições, situação que se agravou com o assassinato do presidente Jovenel Moïse. Em consequência, o Haiti passou a ser governado por um primeiro-ministro interino, Ariel Henry, que assumiu o controle do Executivo em caráter emergencial. Não se realizam eleições no país desde 2016.



A ausência de eleições legislativas, a inexistência de um Parlamento em funcionamento e as disputas em torno da legitimidade do primeiro-ministro agravaram a crise institucional, levando à suspensão da maioria das instâncias democráticas tradicionais. Desde 2021, o Haiti é governado sem presidente, sem Congresso e sem eleições regulares, em um contexto de degradação da segurança pública, com forte atuação de grupos armados que controlam partes significativas do território nacional.

O chefe de Estado, segundo a Constituição haitiana, é o presidente da República, eleito por voto popular para mandato de cinco anos, sem possibilidade de reeleição consecutiva. Ele nomeia o primeiro-ministro, sanciona leis, promulga decretos, ratifica tratados e representa o Estado nas relações exteriores. Com a vacância presidencial desde 2021, várias tentativas de formação de governo de transição ou de governo de unidade nacional fracassaram. Em 2024, sob mediação da Comunidade do Caribe (CARICOM), foi formado o Conselho Presidencial de Transição (CPT), composto por nove membros, com o objetivo de preparar eleições e restabelecer a ordem constitucional. O mandato do CPT encerra-se em 7/2/2026.

O Poder Judiciário é formalmente independente, sendo o mais alto órgão a Corte de Cassação, equivalente a uma Suprema Corte. Entretanto, a efetividade do Judiciário é limitada por problemas estruturais, escassez de recursos e baixa presença do Estado em diversas regiões do país.

O Haiti conta com um Conselho Eleitoral Provisório formado por nove membros, com a missão de organizar as eleições nacionais e locais. Sete de seus membros tomaram posse em outubro de 2024, mas não há perspectiva razoável de realização de eleições, em meio à insegurança generalizada e ao controle de parte do território por grupos criminosos. Quando o CPT foi constituído em abril de 2024, foi anunciado que as eleições seriam realizadas até o final de 2025.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa haitiana orienta-se tradicionalmente por princípios de soberania, não intervenção, solidariedade hemisférica, universalismo e defesa do multilateralismo. Com inserção internacional historicamente limitada, o Haiti busca, por meio de sua diplomacia, o fortalecimento de laços bilaterais e o acesso a mecanismos de cooperação internacional voltados ao desenvolvimento social, econômico e institucional. A promoção da paz, o respeito à autodeterminação dos povos e o combate ao racismo e à discriminação também figuram entre os temas recorrentes na retórica diplomática haitiana, marcadamente influenciada por sua



história como a primeira república de ex-escravizados do mundo e primeiro país latino-americano a conquistar a independência.

A condução da política externa haitiana está a cargo do Ministério das Relações Exteriores e Cultos, sediado em Porto Príncipe, e seus eixos fundamentais têm sido moldados por três vetores principais: a busca por assistência internacional à reconstrução e estabilização do país, a intensificação de laços com países do Caribe e da América Latina, e a projeção de um Haiti resiliente e democrático no sistema internacional.

Em razão de sucessivas crises políticas, desastres naturais e insegurança interna, a agenda externa do Haiti é fortemente centrada na cooperação técnica, humanitária e de segurança. O país figura entre os principais beneficiários da ajuda internacional no hemisfério ocidental, com destaque para os Estados Unidos, o Canadá, a União Europeia, a ONU e, em anos recentes, a China e a Turquia. A presença de missões de paz da ONU por mais de 15 anos (MINUSTAH e, mais tarde, BINUH) moldou profundamente a forma como o país se relaciona com a comunidade internacional.

O apoio financeiro dos Estados Unidos é crucial para o orçamento haitiano. Estima-se que cerca de 60% do orçamento do Ministério da Saúde haitiano, por exemplo, é conformado por recursos advindos da USAID.

As prioridades regionais da política externa haitiana concentram-se na Comunidade do Caribe (CARICOM), da qual o Haiti é membro desde 2002. O país vê na integração caribenha um vetor estratégico para superar seu isolamento econômico e diplomático e ampliar suas capacidades institucionais. A participação ativa em fóruns como a Associação de Estados do Caribe (AEC) e a Organização dos Estados Americanos (OEA) também confere ao Haiti espaços para expressar sua visão sobre temas como mudanças climáticas, desenvolvimento sustentável, migrações e cooperação para a paz.

No plano global, o Haiti tradicionalmente apoia o multilateralismo, a reforma das instituições de governança internacional e o fortalecimento da participação dos países em desenvolvimento nas instâncias decisórias. Ao longo das décadas de 2000 e 2010, o país tem votado de forma consistente a favor de resoluções que defendem o desarmamento, os direitos humanos e a autodeterminação de povos colonizados, sendo voz ativa em resoluções de condenação ao embargo a Cuba e defensor da causa palestina.

O Haiti também busca parcerias estratégicas com países emergentes, por meio de fóruns como o G77 e a CELAC. O país integra o Movimento dos Países Não



Alinhados e tem participado ativamente das cúpulas América Latina-Caribe-África e América Latina-Ásia. Ao lado disso, cultiva relações particularmente intensas com o Brasil, com quem compartilha histórico recente de cooperação técnica e envolvimento direto em questões de estabilização e reconstrução pós-terremoto.

Nos últimos anos, o Haiti tem buscado reposicionar-se como ator internacional, apesar das limitações domésticas. A sucessão de crises internas desde o assassinato do presidente Jovenel Moïse, em 2021, e o colapso da ordem institucional colocaram a política externa haitiana em modo reativo, com ênfase na obtenção de apoio para restaurar a segurança interna. Em 2024, sob os auspícios da CARICOM e com apoio da ONU, o Haiti passou a trabalhar com o Conselho Presidencial de Transição, que busca articular uma política externa capaz de recuperar a confiança da comunidade internacional, garantir a chegada de uma missão multinacional de apoio à segurança (liderada pelo Quênia) e preparar o terreno para eleições.

Embora o Haiti seja um dos países mais vulneráveis do mundo às mudanças do clima, sua atuação internacional no tema de mudanças climáticas é limitada pela escassez de recursos e pela necessidade de priorizar demandas mais imediatas. Ainda assim, o país participa dos principais fóruns ambientais e tem defendido com ênfase o financiamento climático para adaptação e reconstrução, bem como a transferência de tecnologias verdes para os países mais pobres.

A política externa haitiana reafirma também a necessidade de reforma da governança global. Em declarações recentes, autoridades haitianas defenderam o reforço da representatividade africana e latino-americana no Conselho de Segurança das Nações Unidas, o fortalecimento da arquitetura financeira internacional e o reconhecimento das especificidades dos pequenos Estados insulares em desenvolvimento.

ECONOMIA, COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Haiti é a economia menos desenvolvida do hemisfério ocidental, com PIB nominal estimado em US\$ 21,6 bilhões em 2024 e renda per capita de aproximadamente US\$ 1.740, a mais baixa da América Latina e do Caribe. A economia haitiana é fortemente vulnerável a choques externos, desastres naturais, instabilidade política crônica e disfunção institucional, fatores que historicamente impedem seu crescimento sustentável. De acordo com o Banco Mundial, o país enfrenta sete anos consecutivos de recessão, com retração de 4,2% no PIB real em 2024, segundo o FMI.



A estrutura econômica haitiana é dominada pelo setor de serviços, que responde por cerca de 58% do PIB, ainda que grande parte da atividade ocorra na economia informal, que emprega mais de 80% da população ativa. Os serviços concentram-se sobretudo em comércio ambulante, transporte informal, prestação de serviços comunitários e administração pública. O país também possui presença mínima no setor de turismo, fortemente afetado por problemas de segurança.

O setor agrícola, apesar de declinante em participação no PIB (cerca de 21%), ainda emprega aproximadamente 36% da força de trabalho. A produção baseia-se em agricultura de subsistência, com predomínio de culturas como milho, arroz, banana, mandioca e cana-de-açúcar. As exportações agrícolas concentram-se em café, manga e cacau, embora a produtividade permaneça baixa em razão de práticas rudimentares, degradação ambiental e escassa infraestrutura de irrigação. Menos de 30% das terras agrícolas são irrigadas, e mais da metade da população rural sofre com insegurança alimentar.

O setor industrial é restrito e representa cerca de 20% do PIB, com destaque para a manufatura têxtil voltada à exportação para os Estados Unidos, em regime de isenção tarifária disposto nas leis HOPE/HELP. Estima-se que o setor empregue 50 mil trabalhadores formais, configurando-se como a principal fonte de emprego com carteira assinada nas zonas urbanas. A atividade industrial, no entanto, sofre interrupções frequentes em razão da violência urbana, da instabilidade política e da escassez de energia elétrica.

A economia haitiana é sustentada, em grande parte, por remessas enviadas pela diáspora, que cresceram 11% em 2024 e representam cerca de 20% do PIB. Estima-se que mais de 2 milhões de haitianos residam no exterior, especialmente nos EUA, República Dominicana, Canadá e Chile. Essas remessas são fundamentais para o consumo interno e para a sobrevivência de milhões de famílias haitianas. Estima-se que no Brasil residam pouco menos de 200 mil haitianos.

Segundo o FMI, a inflação em 2024 foi de 25,9%, com tendência de alta no início de 2025, alcançando 27,9% ao final do ano, em virtude da alta dos preços de alimentos e energia. A dívida pública haitiana manteve-se moderada, em torno de 13,9% do PIB, graças à combinação entre baixo endividamento externo e apoio orçamentário internacional. Ainda assim, a receita fiscal é insuficiente, e o investimento público caiu a 6,1% do PIB em 2024, dificultando a execução de políticas de infraestrutura.

A balança comercial do Haiti é estruturalmente deficitária. Em 2023, o país importou cerca de US\$ 5 bilhões, principalmente combustíveis, arroz, medicamentos e



produtos industrializados, enquanto exportou apenas US\$ 1,3 bilhão, concentrados em têxteis e frutas. Em 2024, segundo o FMI, as exportações caíram 20% e as importações recuaram 9%, reflexo da paralisação da atividade econômica e da queda na demanda interna.

A estagnação prolongada tem afetado o clima de negócios, marcado por falta de crédito, insegurança jurídica e criminalidade. O setor privado praticamente cessou novos investimentos, com empresários apontando riscos inaceitáveis à operação contínua. O índice de confiança empresarial, segundo dados locais, está em seu nível mais baixo desde o terremoto de 2010. A queda dos investimentos já dura mais de cinco anos, com capital nacional e estrangeiro migrando para outros países do Caribe e América Central.

O mercado de trabalho encontra-se paralisado, com altos índices de desemprego e informalidade. Estima-se que apenas 20% da força de trabalho tenha emprego formal, e a maior parte da população jovem permanece fora do sistema educacional ou produtivo. A inflação elevada, o câmbio desvalorizado e os altos custos logísticos contribuem para o aumento do custo de vida e para a deterioração do poder de compra.

Nesse cenário, o FMI considera pouco provável uma retomada econômica significativa antes de 2026, a menos que haja avanços concretos no processo político interno, redução da violência e maior previsibilidade na governança econômica. O Conselho Presidencial de Transição, formado em 2024 com apoio da CARICOM, comprometeu-se a organizar eleições em 2025, além de implementar um programa de estabilização econômica em parceria com doadores internacionais e instituições financeiras multilaterais.

CRONOLOGIA HISTÓRICA DO HAITI

1492 – Cristóvão Colombo chega à ilha de Hispaniola; início da colonização espanhola
1697 – Tratado de Ryswick: a França obtém controle da parte ocidental da ilha (Saint-Domingue)
1791 – Início da Revolução Haitiana com a insurreição de escravizados no norte da colônia francesa (23/8)
1801 – Toussaint Louverture proclama constituição autônoma e se declara governador vitalício
1802 – Toussaint é capturado por tropas napoleônicas e enviado à França, onde morre em prisão
1804 – Proclamação da independência do Haiti por Jean-Jacques Dessalines (1/1); nasce a primeira



república negra do mundo
1806 – Assassinato de Dessalines; divisão do Haiti em dois Estados: norte monárquico (Henri Christophe) e sul republicano (Alexandre Pétion)
1820 – Reunificação do país sob Jean-Pierre Boyer, após suicídio de Henri Christophe
1822 – Ocupação haitiana da parte oriental da ilha (atual República Dominicana), que duraria até 1844
1825 – França reconhece a independência haitiana em troca de indenização de 150 milhões de francos (posteriormente reduzida), paga até 1883
1844 – Separação da parte oriental da ilha; proclamação da independência da República Dominicana
1915 – Início da ocupação militar dos Estados Unidos no Haiti, após assassinato do presidente Vilbrun Guillaume Sam
1934 – Fim da ocupação norte-americana, sob o governo de Franklin D. Roosevelt
1957 – Eleição de François Duvalier ("Papa Doc"); início de regime autoritário e repressivo
1971 – Morte de Papa Doc e sucessão por seu filho Jean-Claude Duvalier ("Baby Doc"), aos 19 anos
1986 – Fim da ditadura dos Duvalier; Baby Doc foge para o exílio na França (7/2)
1990 – Eleição de Jean-Bertrand Aristide, sacerdote católico de esquerda, com mais de 60% dos votos
1991 – Golpe militar depõe Aristide após sete meses no cargo
1994 – Retorno de Aristide ao poder com apoio de missão militar dos EUA e da ONU
1995 – Eleição de René Préval, primeiro presidente eleito democraticamente a concluir mandato
2000 – Aristide é reeleito; oposição contesta resultados e boicota o Parlamento
2004 – Queda de Aristide, exilado sob pressão; início da Missão das Nações Unidas para a Estabilização no Haiti (MINUSTAH), liderada pelo Brasil
2010 – Terremoto devastador atinge Porto Príncipe (12/1), com mais de 200 mil mortos e destruição massiva da infraestrutura
2011 – Eleição de Michel Martelly, cantor popular e figura política conservadora
2016 – Jovenel Moïse é eleito presidente após crise eleitoral prolongada
2021 – Assassinato do presidente Jovenel Moïse por comando armado em sua residência (7/7); Ariel



Henry assume o cargo de primeiro-ministro interino
2022 – Escalada da violência de gangues paralisa Porto Príncipe; crise humanitária e política se agrava
2024 – Formação do Conselho Presidencial de Transição com apoio da CARICOM (11/4); Ariel Henry renuncia oficialmente ao cargo de primeiro-ministro

LISTA DE ACORDOS BILATERAIS

Título do Acordo	Data da Celebração	Status	Dt. Promulg
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre a Cooperação Técnica em Matéria de Formação Profissional	09/11/2016	Em Vigor	18/11/2016
Ajuste Complementar ao ``Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti `` para Regular o Projeto de Fortalecimento Institucional em Engenharia Militar	29/05/2014	Em Vigor	02/04/2015
Carta De Intenções Entre O Governo Da República Federativa Do Brasil E O Governo Da República Do Haiti	21/05/2013	Em Vigor	
Memorando de Entendimento entre o Ministério das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil e o Ministério dos Negócios Estrangeiros e Cultos da República do Haiti sobre Cooperação em Formação de Diplomatas	21/05/2013	Em Vigor	01/07/2016
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto ``Capacitação para a Elaboração de Políticas Públicas de Museus por meio da Reconstrução	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010



do Museu de Arte Haitiana do Colégio de Saint-Pierre”			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Capacitação, Modernização e Ampliação da Capacidade Operacional do Laboratório do Centro de Saúde Lucelia Bontemps, em La Plaine - Haiti”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento Institucional em Defesa Civil”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti: Segunda Fase”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Instituto Haiti-Brasil de Reabilitação de Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento da Capacidade Política e Institucional de Agentes Governamentais e Não-Governamentais do Haiti para Promoção e Defesa dos Direitos das Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Programa de Capacitação em Reabilitação de Pessoas com Deficiência”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Fortalecimento	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010



Institucional do Sistema Judiciário da República do Haiti”			
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Apoio à Implantação de Banco de Leite Humano no Haiti”	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Capacitação Técnica para Formação de Instrutores de Táticas Defensivas: Defesa Pessoal Policial"	29/09/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Inserção Social pela Prática Esportiva em Futebol”	20/09/2010	Em Vigor	24/01/2011
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do “Projeto de Criação do Centro de Formação Profissional no Domínio do Comércio e dos Serviços”	26/04/2010	Em Vigor	18/11/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Estudo para a Promoção de Ações de Fortalecimento da Agricultura Familiar e da Segurança Alimentar e Nutricional”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Construção de Cisternas para Captação e Armazenamento de Água de Chuva no Haiti”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto “Modernização e Fortalecimento do Centro-Piloto de Formação Profissional Brasil-Haiti”	25/02/2010	Em Vigor	29/03/2010



Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Reconstrução, o Fortalecimento e a Recomposição do Sistema de Educação Superior do Haiti	25/02/2010	Em Vigor	30/03/2010
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Formação de Multiplicadores em Técnicas Policiais"	22/10/2009	Em Vigor	
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Programa Estratégico 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e Agricultura	08/12/2008	Em Vigor	07/01/2009
Acordo de Cooperação entre o Brasil e o Haiti para a Elaboração e a Implementação de um Programa Estratégico de Cooperação Técnica para o Período 2008-2010 nas Áreas de Segurança Alimentar e de Agricultura	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Acordo de Cooperação Técnica no Setor Educacional entre o Brasil e o Haiti	28/05/2008	Expirado	11/07/2008
Acordo entre o Brasil e o Haiti sobre Isenção Recíproca de Vistos Para os Titulares de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto "Promoção da Produção Sustentável de Hortaliças na Região de Kenscoff, Haiti"	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Brasil e o Haiti para Implementação do Projeto "Combate à Violência contra as Mulheres no Haiti"	28/05/2008	Em Vigor	11/07/2008
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Construção de Cisternas Familiares e Validação Social de Cultivares de Hortaliças no Haiti"	30/11/2006	Em Vigor	07/02/2007



Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para Implementação do Projeto "Manejo e Reconstituição da Cobertura Vegetal da Bacia do Mapou, Haiti"	30/11/2006	Em Vigor	07/02/2007
Protocolo de Intenções entre o Brasil e o Haiti sobre Cooperação Técnica na Área de Técnicas de Produção e Uso de Etanol Combustível	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto "Inserção Social pela Prática Esportiva "	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre o Brasil e o Haiti para Implementar o Projeto "Aprimoramento do Programa Haitiano de Imunizações"	23/05/2006	Em Vigor	02/06/2006
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para a Implementação do Projeto Transferência de Tecnologias em Sistema de Produção e Processamento de Caju para o Haiti.	20/12/2004	Em Vigor	25/02/2005
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para a Implementação do Projeto Desenvolvimento da Cultura da Mandioca no Haiti.	20/12/2004	Em Vigor	25/02/2005
Comunicado Conjunto	18/08/2004	Em Vigor	
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti sobre a Criação da Comissão Mista Brasil-Haiti	14/09/1984	Em Vigor	06/12/1984
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti para o Desenvolvimento de Programas de Cooperação nas Áreas de Energia e Mineração	26/09/1983	Em Vigor	
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Haiti	15/10/1982	Em Vigor	25/11/2004



Convênio de Intercâmbio Cultural entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti	05/07/1966	Em Vigor	11/06/1973
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas Especiais por Via Aérea.	23/05/1951	Em Vigor	20/06/1951
Acordo Administrativo entre o Governo dos Estados Unidos do Brasil e Governo da República do Haiti para a Troca de Correspondência Oficial em Malas Diplomáticas, por Via Comum	19/03/1951	Em Vigor	03/08/1951
Convenção de Arbitramento entre os Estados Unidos do Brasil e a República do Haiti.	25/04/1910	Em Vigor	



Mensagens da Presidência da República

- nº 28, de 2025 (nº 810/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação da Senhora IRENE VIDA GALA, Ministra de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Ruanda.

- nº 29, de 2025 (nº 811/2025, na origem), que submete à apreciação do Senado Federal a indicação do Senhor LUÍS GUILHERME NASCENTES DA SILVA, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República do Haiti.

As matérias vão à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.



Ofícios da Câmara dos Deputados





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 265/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 2.291, de 2023, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 9.797, de 6 de maio de 1999, e a Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, para ampliar o direito das mulheres à cirurgia plástica reparadora da mama em casos de mutilação total ou parcial”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/06/2025 15:57:04.957 - Mesa

DOC n.708/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD259913302800>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



* CD 259913302800 *



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Of. nº 269/2025/PS-GSE

Brasília, na data da apresentação.

A Sua Excelência a Senhora
Senadora DANIELLA RIBEIRO
Primeira-Secretária do Senado Federal

Assunto: **Comunica envio de proposição à sanção**

Senhora Primeira-Secretária,

Comunicamos a Vossa Excelência que foi aprovado e encaminhado à sanção o Projeto de Lei nº 3.118, de 2024, do Senado Federal, que “Altera a Lei nº 12.858, de 9 de setembro de 2013, para incluir as políticas de assistência aos estudantes da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica entre as prioridades para recebimento de recursos do Fundo Social, e a Lei nº 14.914, de 3 de julho de 2024, para dispor sobre a aplicação de receitas para o atendimento a estudantes beneficiados por políticas de ação afirmativa de reserva de vagas da educação superior e da educação profissional, científica e tecnológica pública federal”.

Atenciosamente,

CARLOS VERAS
Primeiro-Secretário

Apresentação: 30/06/2025 15:56:26.553 - Mesa

DOC n.707/2025



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD256921931900>
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Carlos Veras



Ofícios da Câmara dos Deputados

- Nº 265, de 2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 2.291, de 2023; e

- Nº 269, de 2025, na origem, que comunica o envio à sanção do Projeto de Lei nº 3.118, de 2024.

As matérias vão à Secretaria de Expediente.



Projeto de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 3113, DE 2025

Recategoriza área específica da porção sul do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, e ampliado pelo Decreto nº 87.856, de 20 de setembro de 1982, para Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do PL 3113/2025 [1 de 16]





SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

PROJETO DE LEI Nº , DE 2025

Recategoriza área específica da porção sul do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, e ampliado pelo Decreto nº 87.856, de 20 de setembro de 1982, para Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica recategorizada como Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo a porção sul do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, e ampliado pelo Decreto nº 87.856, de 20 de setembro de 1982, delimitada pelo seguinte memorial descritivo, com coordenadas georreferenciadas ao Sistema Geodésico Brasileiro, representadas no Sistema UTM, referenciadas ao Meridiano Central 45º W.Gr., tendo como Datum o SIRGAS 2000, com azimutes e distâncias, áreas e perímetros calculados no plano de projeção UTM: inicia-se a descrição deste perímetro no vértice M1, de coordenadas N 7.520.064,92 m e E 538.841,04 m (coordenadas geográficas - latitude: 22°25'30,53838" S e longitude: 44°37'21,27338" W); deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 102, com o seguinte azimute e distância: 92°51'22" e 1.573,82 m, até o vértice M2, de coordenadas N 7.519.986,50 m e E 540.412,91 m; deste, segue neste trecho confrontando com um córrego, afluente do Rio Campo Belo, com os seguintes azimutes e distâncias: 184°14'11" e 63,38 m, até o vértice M3, de coordenadas N 7.519.923,30 m e E 540.408,23 m; 194°02'10" e 57,91 m, até o vértice M4, de coordenadas N 7.519.867,12 m e E 540.394,19 m; 209°03'17" e 48,20 m, até o vértice M5, de coordenadas N 7.519.824,98 m e E 540.370,78 m; 220°36'05" e 21,58 m, até o vértice M6, de coordenadas N 7.519.808,60 m e E 540.356,73 m; 208°18'03" e 34,56 m, até o vértice M7, de coordenadas N 7.519.778,17 m e E 540.340,35 m; 184°45'49" e 28,19 m, até o vértice M8, de coordenadas N 7.519.750,08 m e E 540.338,01 m; 171°52'12" e 49,66 m, até o vértice M9, de coordenadas N 7.519.700,92 m e E 540.345,03 m; 175°36'05" e 61,04 m, até o vértice M10, de coordenadas N 7.519.640,06 m e E 540.349,71 m; 172°52'30"



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [2 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

e 37,74 m, até o vértice M11, de coordenadas N 7.519.602,60 m e E 540.354,39 m; 150°56'43" e 24,10 m, até o vértice M12, de coordenadas N 7.519.581,53 m e E 540.366,10 m; 176°25'25" e 37,53 m, até o vértice M13, de coordenadas N 7.519.544,08 m e E 540.368,44 m; 162°07'28" e 40,30 m, até o vértice M14, de coordenadas N 7.519.505,73 m e E 540.380,81 m; deste, segue neste trecho confrontando com os Lotes 124 e 126, com o seguinte azimute e distância: 91°16'28" e 1.861,22 m, até o vértice M15, de coordenadas N 7.519.464,33 m e E 542.241,56 m; deste, segue neste trecho confrontando com a margem direita do Rio Bonito, em trechos sinuosos, com os seguintes azimutes e distâncias: 164°28'33" e 16,87 m, até o vértice M16, de coordenadas N 7.519.448,08 m e E 542.246,08 m; 180°00'00" e 32,41 m, até o vértice M17, de coordenadas N 7.519.415,66 m e E 542.246,08 m; 197°46'17" e 88,49 m, até o vértice M18, de coordenadas N 7.519.331,40 m e E 542.219,07 m; 194°25'15" e 39,04 m, até o vértice M19, de coordenadas N 7.519.293,58 m e E 542.209,35 m; 205°42'36" e 32,38 m, até o vértice M20, de coordenadas N 7.519.264,41 m e E 542.195,30 m; 171°52'12" e 30,56 m, até o vértice M21, de coordenadas N 7.519.234,16 m e E 542.199,62 m; 146°18'36" e 19,48 m, até o vértice M22, de coordenadas N 7.519.217,96 m e E 542.210,43 m; 139°38'08" e 28,36 m, até o vértice M23, de coordenadas N 7.519.196,35 m e E 542.228,79 m; 114°34'02" e 41,58 m, até o vértice M24, de coordenadas N 7.519.179,06 m e E 542.266,61 m; 116°33'54" e 48,32 m, até o vértice M25, de coordenadas N 7.519.157,46 m e E 542.309,82 m; 151°37'51" e 245,57 m, até o vértice M26, de coordenadas N 7.518.941,38 m e E 542.426,50 m; 147°54'27" e 75,24 m, até o vértice M27, de coordenadas N 7.518.877,64 m e E 542.466,48 m; 171°15'14" e 42,63 m, até o vértice M28, de coordenadas N 7.518.835,51 m e E 542.472,96 m; 172°40'52" e 118,73 m, até o vértice M29, de coordenadas N 7.518.717,75 m e E 542.488,08 m; 154°39'14" e 45,43 m, até o vértice M30, de coordenadas N 7.518.676,69 m e E 542.507,53 m; 160°01'01" e 37,94 m, até o vértice M31, de coordenadas N 7.518.641,04 m e E 542.520,49 m; 165°57'50" e 22,27 m, até o vértice M32, de coordenadas N 7.518.619,43 m e E 542.525,90 m; 105°56'43" e 7,87 m, até o vértice M33, de coordenadas N 7.518.617,27 m e E 542.533,46 m; 98°07'48" e 22,92 m, até o vértice M34, de coordenadas N 7.518.614,03 m e E 542.556,15 m; 93°48'51" e 16,24 m, até o vértice M35, de coordenadas N 7.518.612,95 m e E 542.572,35 m; 85°45'49" e 29,25 m, até o vértice M36, de coordenadas N 7.518.615,11 m e E 542.601,52 m; 80°18'40" e 44,94 m, até o vértice M37, de coordenadas N 7.518.622,67 m e E 542.645,82 m; 76°45'34" e 37,74 m, até o vértice M38, de coordenadas N 7.518.631,32 m e E 542.682,55 m; 78°13'54" e 52,97 m, até o vértice M39, de coordenadas N 7.518.642,12 m e E 542.734,41 m; 77°54'19" e 30,94 m, até o



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [3 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

vértice M40, de coordenadas N 7.518.648,60 m e E 542.764,66 m; 90°00'00" e 52,94 m, até o vértice M41, de coordenadas N 7.518.648,60 m e E 542.817,60 m ; 107°31'32" e 21,53 m, até o vértice M42, de coordenadas N 7.518.642,12 m e E 542.838,12 m ; 125°08'03" e 35,67 m, até o vértice M43, de coordenadas N 7.518.621,59 m e E 542.867,29 m ; 140°11'40" e 25,31 m, até o vértice M44, de coordenadas N 7.518.602,15 m e E 542.883,50 m ; 148°44'11" e 35,39 m, até o vértice M45, de coordenadas N 7.518.571,90 m e E 542.901,87 m ; 158°50'19" e 35,91 m, até o vértice M46, de coordenadas N 7.518.538,40 m e E 542.914,83 m ; 143°44'46" e 40,19 m, até o vértice M47, de coordenadas N 7.518.505,99 m e E 542.938,60 m ; 160°01'01" e 12,65 m, até o vértice M48, de coordenadas N 7.518.494,11 m e E 542.942,92 m ; 148°23'33" e 49,47 m, até o vértice M49, de coordenadas N 7.518.451,97 m e E 542.968,85 m ; 146°18'36" e 11,69 m, até o vértice M50, de coordenadas N 7.518.442,25 m e E 542.975,33 m ; 105°42'31" e 35,91 m, até o vértice M51, de coordenadas N 7.518.432,53 m e E 543.009,90 m ; 122°28'16" e 42,26 m, até o vértice M52, de coordenadas N 7.518.409,84 m e E 543.045,55 m ; 138°00'46" e 29,07 m, até o vértice M53, de coordenadas N 7.518.388,23 m e E 543.065,00 m ; 141°20'25" e 20,75 m, até o vértice M54, de coordenadas N 7.518.372,03 m e E 543.077,97 m ; 139°58'11" e 35,27 m, até o vértice M55, de coordenadas N 7.518.345,02 m e E 543.100,65 m ; 192°17'27" e 60,96 m, até o vértice M56, de coordenadas N 7.518.285,45 m e E 543.087,68 m ; 177°41'27" e 134,07 m, até o vértice M57, de coordenadas N 7.518.151,49 m e E 543.093,08 m ; 165°57'50" e 89,09 m, até o vértice M58, de coordenadas N 7.518.065,06 m e E 543.114,69 m ; 153°26'06" e 77,31 m, até o vértice M59, de coordenadas N 7.517.995,91 m e E 543.149,26 m ; 151°57'35" e 225,23 m, até o vértice M60, de coordenadas N 7.517.797,12 m e E 543.255,13 m ; 152°19'41" e 198,63 m, até o vértice M61, de coordenadas N 7.517.621,21 m e E 543.347,38 m ; 107°06'10" e 7,49 m, até o vértice M62, de coordenadas N 7.517.619,01 m e E 543.354,54 m ; 85°14'11" e 32,52 m, até o vértice M63, de coordenadas N 7.517.621,71 m e E 543.386,95 m ; 110°05'43" e 23,58 m, até o vértice M64, de coordenadas N 7.517.613,61 m e E 543.409,10 m ; 101°56'39" e 28,71 m, até o vértice M65, de coordenadas N 7.517.607,66 m e E 543.437,19 m ; 91°47'24" e 17,29 m, até o vértice M66, de coordenadas N 7.517.607,12 m e E 543.454,47 m ; 68°11'55" e 11,64 m, até o vértice M67, de coordenadas N 7.517.611,45 m e E 543.465,28 m ; 93°00'46" e 30,83 m, até o vértice M68, de coordenadas N 7.517.609,83 m e E 543.496,07 m ; 106°18'50" e 23,08 m, até o vértice M69, de coordenadas N 7.517.603,34 m e E 543.518,22 m ; 113°21'20" e 25,89 m, até o vértice M70, de coordenadas N 7.517.593,08 m e E 543.541,98 m ; 127°34'07" e 17,72 m, até o vértice M71, de coordenadas N



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [4 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

7.517.582,28 m e E 543.556,03 m ; 171°15'14" e 33,66 m, até o vértice M72, de coordenadas N 7.517.549,01 m e E 543.561,15 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 44, com o seguinte azimute e distância: 272°38'42" e 811,41 m, até o vértice M73, de coordenadas N 7.517.586,45 m e E 542.750,60 m; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 50, com os seguintes azimutes e distâncias: 358°41'17" e 283,13 m, até o vértice M74, de coordenadas N 7.517.869,51 m e E 542.744,12 m; 272°34'59" e 287,67 m, até o vértice M75, de coordenadas N 7.517.882,47 m e E 542.456,74 m; 180°08'30" e 764,36 m, até o vértice M76, de coordenadas N 7.517.118,11 m e E 542.454,85 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 48, com o seguinte azimute e distância: 271°34'13" e 250,47 m, até o vértice M77, de coordenadas N 7.517.124,98 m e E 542.204,47 m; deste, segue neste trecho confrontando com a margem direita do Córrego do Retiro, com os seguintes azimutes e distâncias: 154°39'14" e 4,45 m, até o vértice M78, de coordenadas N 7.517.120,96 m e E 542.206,38 m ; 133°46'52" e 17,96 m, até o vértice M79, de coordenadas N 7.517.108,53 m e E 542.219,34 m ; 150°45'04" e 15,48 m, até o vértice M80, de coordenadas N 7.517.095,03 m e E 542.226,90 m ; 128°17'25" e 13,08 m, até o vértice M81, de coordenadas N 7.517.086,93 m e E 542.237,17 m ; 146°18'36" e 11,69 m, até o vértice M82, de coordenadas N 7.517.077,20 m e E 542.243,65 m ; 166°51'58" e 16,64 m, até o vértice M83, de coordenadas N 7.517.061,00 m e E 542.247,43 m ; 157°53'26" e 18,66 m, até o vértice M84, de coordenadas N 7.517.043,71 m e E 542.254,45 m ; 183°10'47" e 19,48 m, até o vértice M85, de coordenadas N 7.517.024,26 m e E 542.253,37 m ; 174°05'38" e 15,75 m, até o vértice M86, de coordenadas N 7.517.008,60 m e E 542.254,99 m ; 176°54'21" e 20,02 m, até o vértice M87, de coordenadas N 7.516.988,61 m e E 542.256,07 m ; 150°49'57" e 26,60 m, até o vértice M88, de coordenadas N 7.516.965,38 m e E 542.269,04 m ; 155°25'58" e 20,79 m, até o vértice M89, de coordenadas N 7.516.946,48 m e E 542.277,68 m ; 156°02'15" e 15,96 m, até o vértice M90, de coordenadas N 7.516.931,89 m e E 542.284,16 m ; 141°57'11" e 15,78 m, até o vértice M91, de coordenadas N 7.516.919,47 m e E 542.293,89 m ; 148°10'21" e 18,44 m, até o vértice M92, de coordenadas N 7.516.903,80 m e E 542.303,61 m ; 166°25'46" e 16,78 m, até o vértice M93, de coordenadas N 7.516.887,50 m e E 542.307,55 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 54, com os seguintes azimutes e distâncias: 272°49'22" e 709,35 m, até o vértice M94, de coordenadas N 7.516.922,43 m e E 541.599,06 m ; 178°20'18" e 316,68 m, até o vértice M95, de coordenadas N 7.516.605,88 m e E 541.608,24 m ; 93°54'25" e 332,99 m, até o vértice M96, de coordenadas N 7.516.583,19 m e E 541.940,46 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 20, com



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [5 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

SF/25740.20012-42

o seguinte azimute e distância: 180°02'55" e 946,89 m, até o vértice M97, de coordenadas N 7.515.636,31 m e E 541.939,65 m ; deste, segue neste trecho confrontando com a margem esquerda do Rio Campo Belo, com os seguintes azimutes e distâncias: 307°34'07" e 8,34 m, até o vértice M98, de coordenadas N 7.515.641,39 m e E 541.933,04 m ; 305°50'16" e 23,99 m, até o vértice M99, de coordenadas N 7.515.655,43 m e E 541.913,60 m ; 305°08'03" e 17,83 m, até o vértice M100, de coordenadas N 7.515.665,70 m e E 541.899,01 m ; 303°41'24" e 23,37 m, até o vértice M101, de coordenadas N 7.515.678,66 m e E 541.879,56 m ; 303°33'46" e 67,42 m, até o vértice M102, de coordenadas N 7.515.715,94 m e E 541.823,39 m ; 306°01'39" e 14,69 m, até o vértice M103, de coordenadas N 7.515.724,58 m e E 541.811,50 m ; 331°23'22" e 13,54 m, até o vértice M104, de coordenadas N 7.515.736,46 m e E 541.805,02 m ; 304°35'32" e 19,03 m, até o vértice M105, de coordenadas N 7.515.747,27 m e E 541.789,35 m ; 319°49'15" e 31,82 m, até o vértice M106, de coordenadas N 7.515.771,57 m e E 541.768,83 m ; 329°51'31" e 19,36 m, até o vértice M107, de coordenadas N 7.515.788,32 m e E 541.759,10 m ; 342°28'28" e 21,53 m, até o vértice M108, de coordenadas N 7.515.808,85 m e E 541.752,62 m ; 340°42'36" e 11,45 m, até o vértice M109, de coordenadas N 7.515.819,65 m e E 541.748,84 m ; 344°34'40" e 16,25 m, até o vértice M110, de coordenadas N 7.515.835,32 m e E 541.744,52 m ; 0°00'00" e 12,42 m, até o vértice M111, de coordenadas N 7.515.847,74 m e E 541.744,52 m ; 317°23'09" e 18,35 m, até o vértice M112, de coordenadas N 7.515.861,25 m e E 541.732,09 m ; 307°11'05" e 19,66 m, até o vértice M113, de coordenadas N 7.515.873,13 m e E 541.716,43 m ; 294°19'32" e 43,28 m, até o vértice M114, de coordenadas N 7.515.890,96 m e E 541.676,99 m ; 272°02'00" e 45,67 m, até o vértice M115, de coordenadas N 7.515.892,58 m e E 541.631,35 m ; 267°08'15" e 5,41 m, até o vértice M116, de coordenadas N 7.515.892,31 m e E 541.625,95 m ; 249°19'32" e 15,30 m, até o vértice M117, de coordenadas N 7.515.886,90 m e E 541.611,63 m ; 251°27'30" e 45,87 m, até o vértice M118, de coordenadas N 7.515.872,32 m e E 541.568,15 m ; 253°24'46" e 13,25 m, até o vértice M119, de coordenadas N 7.515.868,54 m e E 541.555,45 m ; 242°01'14" e 9,79 m, até o vértice M120, de coordenadas N 7.515.863,95 m e E 541.546,81 m ; 232°31'26" e 10,21 m, até o vértice M121, de coordenadas N 7.515.857,73 m e E 541.538,71 m ; 239°02'10" e 15,75 m, até o vértice M122, de coordenadas N 7.515.849,63 m e E 541.525,20 m ; 237°59'41" e 10,19 m, até o vértice M123, de coordenadas N 7.515.844,23 m e E 541.516,56 m ; 238°14'26" e 13,34 m, até o vértice M124, de coordenadas N 7.515.837,21 m e E 541.505,22 m ; 231°38'25" e 64,41 m, até o vértice M125, de coordenadas N 7.515.797,23 m e E 541.454,71 m ; 231°11'19" e 15,94 m, até o vértice M126, de coordenadas N



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [6 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

7.515.787,24 m e E 541.442,28 m ; 225°00'00" e 11,08 m, até o vértice M127, de coordenadas N 7.515.779,41 m e E 541.434,45 m ; 233°44'46" e 5,02 m, até o vértice M128, de coordenadas N 7.515.776,44 m e E 541.430,40 m ; 244°26'24" e 6,89 m, até o vértice M129, de coordenadas N 7.515.773,47 m e E 541.424,19 m ; 263°56'45" e 17,93 m, até o vértice M130, de coordenadas N 7.515.771,57 m e E 541.406,36 m ; 255°04'07" e 8,39 m, até o vértice M131, de coordenadas N 7.515.769,41 m e E 541.398,26 m ; 264°12'26" e 18,73 m, até o vértice M132, de coordenadas N 7.515.767,52 m e E 541.379,62 m ; 248°00'32" e 15,15 m, até o vértice M133, de coordenadas N 7.515.761,85 m e E 541.365,58 m ; 253°47'28" e 48,38 m, até o vértice M134, de coordenadas N 7.515.748,35 m e E 541.319,12 m ; 229°38'08" e 7,09 m, até o vértice M135, de coordenadas N 7.515.743,76 m e E 541.313,72 m ; 256°40'32" e 21,09 m, até o vértice M136, de coordenadas N 7.515.738,89 m e E 541.293,19 m ; 250°49'16" e 13,15 m, até o vértice M137, de coordenadas N 7.515.734,57 m e E 541.280,77 m ; 246°02'15" e 15,96 m, até o vértice M138, de coordenadas N 7.515.728,09 m e E 541.266,18 m ; 255°19'25" e 11,73 m, até o vértice M139, de coordenadas N 7.515.725,12 m e E 541.254,84 m ; 264°52'58" e 18,17 m, até o vértice M140, de coordenadas N 7.515.723,50 m e E 541.236,74 m ; 276°02'00" e 33,41 m, até o vértice M141, de coordenadas N 7.515.727,01 m e E 541.203,52 m ; 293°42'10" e 24,19 m, até o vértice M142, de coordenadas N 7.515.736,73 m e E 541.181,37 m ; 340°01'01" e 6,32 m, até o vértice M143, de coordenadas N 7.515.742,67 m e E 541.179,21 m ; 287°28'29" e 30,58 m, até o vértice M144, de coordenadas N 7.515.751,86 m e E 541.150,04 m ; 276°54'40" e 17,96 m, até o vértice M145, de coordenadas N 7.515.754,02 m e E 541.132,22 m ; 266°43'46" e 18,94 m, até o vértice M146, de coordenadas N 7.515.752,94 m e E 541.113,31 m ; 271°04'51" e 28,63 m, até o vértice M147, de coordenadas N 7.515.753,48 m e E 541.084,68 m ; 265°29'10" e 20,59 m, até o vértice M148, de coordenadas N 7.515.751,86 m e E 541.064,15 m ; 266°08'36" e 48,19 m, até o vértice M149, de coordenadas N 7.515.748,62 m e E 541.016,08 m ; 232°35'41" e 5,78 m, até o vértice M150, de coordenadas N 7.515.745,11 m e E 541.011,49 m ; 256°51'58" e 8,32 m, até o vértice M151, de coordenadas N 7.515.743,22 m e E 541.003,38 m ; 250°38'28" e 10,59 m, até o vértice M152, de coordenadas N 7.515.739,70 m e E 540.993,39 m ; 252°33'10" e 9,91 m, até o vértice M153, de coordenadas N 7.515.736,73 m e E 540.983,94 m ; 238°10'21" e 9,22 m, até o vértice M154, de coordenadas N 7.515.731,87 m e E 540.976,10 m ; 260°32'16" e 14,79 m, até o vértice M155, de coordenadas N 7.515.729,44 m e E 540.961,52 m ; 262°41'39" e 10,62 m, até o vértice M156, de coordenadas N 7.515.728,09 m e E 540.950,99 m ; 274°18'58" e 14,36 m, até o vértice M157, de coordenadas N 7.515.729,17 m e



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [7 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

E 540.936,67 m ; 274°58'11" e 6,24 m, até o vértice M158, de coordenadas N 7.515.729,71 m e E 540.930,46 m ; 298°26'35" e 7,37 m, até o vértice M159, de coordenadas N 7.515.733,22 m e E 540.923,98 m ; 295°12'04" e 15,22 m, até o vértice M160, de coordenadas N 7.515.739,70 m e E 540.910,20 m ; 296°33'54" e 12,68 m, até o vértice M161, de coordenadas N 7.515.745,38 m e E 540.898,86 m ; 286°57'58" e 33,32 m, até o vértice M162, de coordenadas N 7.515.755,10 m e E 540.866,99 m ; 290°33'22" e 4,62 m, até o vértice M163, de coordenadas N 7.515.756,72 m e E 540.862,67 m ; 284°02'10" e 11,14 m, até o vértice M164, de coordenadas N 7.515.759,42 m e E 540.851,86 m ; 287°06'10" e 14,69 m, até o vértice M165, de coordenadas N 7.515.763,74 m e E 540.837,82 m ; 279°01'10" e 17,23 m, até o vértice M166, de coordenadas N 7.515.766,44 m e E 540.820,80 m ; 259°18'54" e 14,57 m, até o vértice M167, de coordenadas N 7.515.763,74 m e E 540.806,49 m ; 250°20'46" e 12,05 m, até o vértice M168, de coordenadas N 7.515.759,69 m e E 540.795,14 m ; 247°55'56" e 10,78 m, até o vértice M169, de coordenadas N 7.515.755,64 m e E 540.785,15 m ; 262°28'34" e 14,44 m, até o vértice M170, de coordenadas N 7.515.753,75 m e E 540.770,83 m ; 261°28'09" e 5,46 m, até o vértice M171, de coordenadas N 7.515.752,94 m e E 540.765,43 m ; 269°03'39" e 16,48 m, até o vértice M172, de coordenadas N 7.515.752,67 m e E 540.748,96 m ; 272°07'16" e 7,30 m, até o vértice M173, de coordenadas N 7.515.752,94 m e E 540.741,66 m ; 287°18'02" e 19,53 m, até o vértice M174, de coordenadas N 7.515.758,75 m e E 540.723,02 m ; 283°02'43" e 60,50 m, até o vértice M175, de coordenadas N 7.515.772,40 m e E 540.664,09 m ; 295°46'10" e 63,77 m, até o vértice M176, de coordenadas N 7.515.800,13 m e E 540.606,65 m ; 303°13'54" e 68,66 m, até o vértice M177, de coordenadas N 7.515.837,75 m e E 540.549,22 m ; 315°58'16" e 82,63 m, até o vértice M178, de coordenadas N 7.515.897,17 m e E 540.491,79 m ; 319°34'26" e 70,24 m, até o vértice M179, de coordenadas N 7.515.950,64 m e E 540.446,24 m ; 325°33'40" e 84,05 m, até o vértice M180, de coordenadas N 7.516.019,95 m e E 540.398,71 m ; 339°13'40" e 61,43 m, até o vértice M181, de coordenadas N 7.516.077,39 m e E 540.376,92 m ; 2°12'09" e 51,53 m, até o vértice M182, de coordenadas N 7.516.128,88 m e E 540.378,90 m ; 356°03'17" e 57,57 m, até o vértice M183, de coordenadas N 7.516.186,31 m e E 540.374,94 m ; 340°42'36" e 41,96 m, até o vértice M184, de coordenadas N 7.516.225,92 m e E 540.361,08 m ; 341°04'31" e 73,28 m, até o vértice M185, de coordenadas N 7.516.295,23 m e E 540.337,32 m ; 350°18'40" e 82,37 m, até o vértice M186, de coordenadas N 7.516.376,43 m e E 540.323,45 m ; 347°28'16" e 73,03 m, até o vértice M187, de coordenadas N 7.516.447,73 m e E 540.307,61 m ; 358°27'07" e 73,30 m, até o vértice M188, de coordenadas N 7.516.521,00 m e E 540.305,63 m ;



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [8 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

25°46'10" e 63,77 m, até o vértice M189, de coordenadas N 7.516.578,43 m e E 540.333,35 m; 48°30'13" e 68,75 m, até o vértice M190, de coordenadas N 7.516.623,98 m e E 540.384,85 m; 44°00'15" e 26,65 m, até o vértice M191, de coordenadas N 7.516.632,89 m e E 540.726,39 m; 271°49'11" e 323,19 m, até o vértice M192, de coordenadas N 7.516.643,15 m e E 540.403,36 m; deste, segue neste trecho confrontando com a margem esquerda do Córrego do Tapera, com os seguintes azimutes e distâncias: 11°51'35" e 220,79 m, até o vértice M193, de coordenadas N 7.516.859,23 m e E 540.448,74 m; 13°27'21" e 181,07 m, até o vértice M194, de coordenadas N 7.517.035,33 m e E 540.490,87 m; 11°46'06" e 52,97 m, até o vértice M195, de coordenadas N 7.517.087,19 m e E 540.501,67 m; 20°22'35" e 80,67 m, até o vértice M196, de coordenadas N 7.517.162,81 m e E 540.529,76 m; 22°18'22" e 91,08 m, até o vértice M197, de coordenadas N 7.517.247,08 m e E 540.564,34 m; 27°33'10" e 56,05 m, até o vértice M198, de coordenadas N 7.517.296,78 m e E 540.590,26 m; 31°25'46" e 45,58 m, até o vértice M199, de coordenadas N 7.517.335,67 m e E 540.614,03 m; 32°00'19" e 8,39 m, até o vértice M200, de coordenadas N 7.517.342,78 m e E 540.618,48 m; 71°47'29" e 42,96 m, até o vértice M201, de coordenadas N 7.517.356,21 m e E 540.659,29 m; 71°33'54" e 42,71 m, até o vértice M202, de coordenadas N 7.517.369,71 m e E 540.699,80 m; 61°55'39" e 36,73 m, até o vértice M203, de coordenadas N 7.517.387,00 m e E 540.732,21 m; 35°03'34" e 37,62 m, até o vértice M204, de coordenadas N 7.517.417,79 m e E 540.753,82 m; 16°04'25" e 33,17 m, até o vértice M205, de coordenadas N 7.517.449,66 m e E 540.763,00 m; 7°59'22" e 31,09 m, até o vértice M206, de coordenadas N 7.517.480,45 m e E 540.767,32 m; 11°18'36" e 27,54 m, até o vértice M207, de coordenadas N 7.517.507,46 m e E 540.772,72 m; 23°01'32" e 23,48 m, até o vértice M208, de coordenadas N 7.517.529,07 m e E 540.781,91 m; 34°29'02" e 64,88 m, até o vértice M209, de coordenadas N 7.517.582,55 m e E 540.818,64 m; 35°15'23" e 38,37 m, até o vértice M210, de coordenadas N 7.517.613,88 m e E 540.840,79 m; 22°50'01" e 22,27 m, até o vértice M211, de coordenadas N 7.517.634,40 m e E 540.849,43 m; 24°37'25" e 14,26 m, até o vértice M212, de coordenadas N 7.517.647,37 m e E 540.855,37 m; 22°37'12" e 6,81 m, até o vértice M213, de coordenadas N 7.517.653,65 m e E 540.857,99 m; 61°30'16" e 30,97 m, até o vértice M214, de coordenadas N 7.517.668,43 m e E 540.885,21 m; 61°55'39" e 36,73 m, até o vértice M215, de coordenadas N 7.517.685,71 m e E 540.917,62 m; 45°39'31" e 66,47 m, até o vértice M216, de coordenadas N 7.517.732,17 m e E 540.965,15 m; 34°59'31" e 39,56 m, até o vértice M217, de coordenadas N 7.517.764,58 m e E 540.987,84 m; 22°48'35" e 125,41 m, até o vértice M218, de coordenadas N 7.517.880,18 m e



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [9 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

E 541.036,46 m; 6°20'25" e 58,70 m, até o vértice M219, de coordenadas N 7.517.938,52 m e E 541.042,94 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 82, com o seguinte azimute e distância: 272°06'45" e 586,35 m, até o vértice M220, de coordenadas N 7.517.960,13 m e E 540.456,99 m ; deste, segue neste trecho confrontando com a margem esquerda do Córrego do Retiro, com os seguintes azimutes e distâncias: 190°37'11" e 30,77 m, até o vértice M221, de coordenadas N 7.517.929,89 m e E 540.451,31 m ; 192°00'41" e 51,91 m, até o vértice M222, de coordenadas N 7.517.879,11 m e E 540.440,51 m ; 208°36'38" e 40,61 m, até o vértice M223, de coordenadas N 7.517.843,46 m e E 540.421,06 m ; 206°33'54" e 31,41 m, até o vértice M224, de coordenadas N 7.517.815,37 m e E 540.407,02 m ; 201°26'52" e 32,50 m, até o vértice M225, de coordenadas N 7.517.785,12 m e E 540.395,14 m ; 195°07'26" e 41,41 m, até o vértice M226, de coordenadas N 7.517.745,14 m e E 540.384,33 m ; 195°26'47" e 42,59 m, até o vértice M227, de coordenadas N 7.517.704,09 m e E 540.372,99 m ; 200°44'34" e 67,87 m, até o vértice M228, de coordenadas N 7.517.640,62 m e E 540.348,95 m ; 198°26'06" e 55,52 m, até o vértice M229, de coordenadas N 7.517.587,95 m e E 540.331,39 m ; 208°14'24" e 107,21 m, até o vértice M230, de coordenadas N 7.517.493,50 m e E 540.280,67 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 82, com o seguinte azimute e distância: 72°44'04" e 574,21 m, até o vértice M231, de coordenadas N 7.517.520,89 m e E 539.707,11 m; deste, segue neste trecho confrontando com a margem esquerda do Córrego do Tapera, com os seguintes azimutes e distâncias: 29°03'17" e 20,78 m, até o vértice M232, de coordenadas N 7.517.539,06 m e E 539.717,20 m ; 64°39'14" e 22,71 m, até o vértice M233, de coordenadas N 7.517.548,78 m e E 539.737,73 m ; 67°45'04" e 25,68 m, até o vértice M234, de coordenadas N 7.517.558,51 m e E 539.761,50 m ; 74°44'42" e 24,64 m, até o vértice M235, de coordenadas N 7.517.564,99 m e E 539.785,27 m ; 68°44'58" e 20,87 m, até o vértice M236, de coordenadas N 7.517.572,55 m e E 539.804,71 m ; 59°32'04" e 21,31 m, até o vértice M237, de coordenadas N 7.517.583,36 m e E 539.823,08 m ; 90°00'00" e 22,69 m, até o vértice M238, de coordenadas N 7.517.583,36 m e E 539.845,77 m ; 128°39'35" e 6,92 m, até o vértice M239, de coordenadas N 7.517.579,03 m e E 539.851,17 m ; 113°11'55" e 24,68 m, até o vértice M240, de coordenadas N 7.517.569,31 m e E 539.873,86 m ; 81°15'14" e 14,21 m, até o vértice M241, de coordenadas N 7.517.571,47 m e E 539.887,90 m ; 70°20'46" e 16,06 m, até o vértice M242, de coordenadas N 7.517.576,87 m e E 539.903,03 m ; 26°33'54" e 16,91 m, até o vértice M243, de coordenadas N 7.517.592,00 m e E 539.910,59 m ; 12°05'41" e 15,47 m, até o vértice M244, de coordenadas N 7.517.607,12 m e E 539.913,83 m ; 8°58'21" e 20,78 m, até o vértice M245, de



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [10 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

coordenadas N 7.517.627,65 m e E 539.917,07 m ; 357°47'51" e 28,11 m, até o vértice M246, de coordenadas N 7.517.655,74 m e E 539.915,99 m ; 348°21'59" e 37,50 m, até o vértice M247, de coordenadas N 7.517.692,47 m e E 539.908,43 m ; 341°06'50" e 65,09 m, até o vértice M248, de coordenadas N 7.517.754,05 m e E 539.887,36 m ; 341°06'50" e 21,70 m, até o vértice M249, de coordenadas N 7.517.774,58 m e E 539.880,34 m ; 349°27'39" e 23,63 m, até o vértice M250, de coordenadas N 7.517.797,81 m e E 539.876,02 m ; 359°07'07" e 35,12 m, até o vértice M251, de coordenadas N 7.517.832,92 m e E 539.875,48 m ; 350°32'16" e 16,43 m, até o vértice M252, de coordenadas N 7.517.849,13 m e E 539.872,78 m ; 340°16'40" e 37,52 m, até o vértice M253, de coordenadas N 7.517.884,45 m e E 539.860,11 m; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 25, com o seguinte azimute e distância: 271°34'49" e 1.079,34 m, até o vértice M254, de coordenadas N 7.517.914,21 m e E 538.781,18 m ; deste, segue neste trecho confrontando com Sucessores de João Flávio de Moraes, com os seguintes azimutes e distâncias: 306°25'51" e 56,40 m, até o vértice M255, de coordenadas N 7.517.947,70 m e E 538.735,81 m ; 292°22'48" e 19,86 m, até o vértice M256, de coordenadas N 7.517.955,26 m e E 538.717,44 m ; 267°16'25" e 22,71 m, até o vértice M257, de coordenadas N 7.517.954,18 m e E 538.694,75 m ; 249°46'31" e 21,88 m, até o vértice M258, de coordenadas N 7.517.946,62 m e E 538.674,23 m; 292°55'01" e 288,55 m, até o vértice M259, de coordenadas N 7.518.058,98 m e E 538.408,46 m ; 293°11'55" e 65,82 m, até o vértice M260, de coordenadas N 7.518.084,91 m e E 538.347,95 m ; 291°15'02" e 83,46 m, até o vértice M261, de coordenadas N 7.518.115,16 m e E 538.270,17 m ; 295°31'27" e 35,75 m, até o vértice M262, de coordenadas N 7.518.130,56 m e E 538.237,91 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 35, com o seguinte azimute e distância: 358°25'27" e 901,37 m, até o vértice M263, de coordenadas N 7.519.031,59 m e E 538.213,12 m ; deste, segue neste trecho confrontando com o Lote 41, com o seguinte azimute e distância: 92°33'22" e 1.102,21 m, até o vértice M264, de coordenadas N 7.518.982,44 m e E 539.314,22 m ; deste, segue neste trecho confrontando com a margem esquerda do Rio Campo Belo, com os seguintes azimutes e distâncias: 333°26'06" e 7,25 m, até o vértice M265, de coordenadas N 7.518.988,92 m e E 539.310,98 m ; 334°24'41" e 42,52 m, até o vértice M266, de coordenadas N 7.519.027,27 m e E 539.292,62 m ; 346°42'54" e 39,96 m, até o vértice M267, de coordenadas N 7.519.066,16 m e E 539.283,43 m ; 1°34'36" e 58,90 m, até o vértice M268, de coordenadas N 7.519.125,05 m e E 539.285,05 m ; 8°25'37" e 29,49 m, até o vértice M269, de coordenadas N 7.519.154,22 m e E 539.289,38 m ; 1°19'56" e 46,47 m, até o vértice M270, de coordenadas N 7.519.200,67 m e E 539.290,46 m 348°06'41" e 41,95 m, até o



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [11 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

vértice M271, de coordenadas N 7.519.241,73 m e E 539.281,81 m ; 342°58'46" e 55,36 m, até o vértice M272, de coordenadas N 7.519.294,66 m e E 539.265,61 m; 351°31'44" e 51,34 m, até o vértice M273, de coordenadas N 7.519.345,44 m e E 539.258,05 m; 347°31'46" e 115,07 m, até o vértice M274, de coordenadas N 7.519.457,80 m e E 539.233,20 m; 350°11'38" e 97,38 m, até o vértice M275, de coordenadas N 7.519.553,76 m e E 539.216,61 m; 341°41'11" e 14,46 m, até o vértice M276, de coordenadas N 7.519.567,49 m e E 539.212,07 m; 325°40'11" e 87,16 m, até o vértice M277, de coordenadas N 7.519.639,47 m e E 539.162,91 m; 325°55'22" e 96,09 m, até o vértice M278, de coordenadas N 7.519.719,06 m e E 539.109,07 m; 273°48'51" e 8,80 m, até o vértice M279, de coordenadas N 7.519.719,64 m e E 539.100,29 m; 309°10'25" e 20,38 m, até o vértice M280, de coordenadas N 7.519.732,52 m e E 539.084,49 m; 319°12'19" e 28,21 m, até o vértice M281, de coordenadas N 7.519.753,88 m e E 539.066,06 m; 0°00'00" e 6,73 m, até o vértice M282, de coordenadas N 7.519.760,61 m e E 539.066,06 m; 6°42'35" e 5,01 m, até o vértice M283, de coordenadas N 7.519.765,58 m e E 539.066,64 m; 324°27'44" e 5,03 m, até o vértice M284, de coordenadas N 7.519.769,68 m e E 539.063,72 m; 320°11'40" e 2,29 m, até o vértice M285, de coordenadas N 7.519.771,44 m e E 539.062,25 m; 336°02'15" e 2,88 m, até o vértice M286, de coordenadas N 7.519.774,07 m e E 539.061,08 m; 306°52'12" e 5,85 m, até o vértice M287, de coordenadas N 7.519.777,58 m e E 539.056,40 m; 332°37'54" e 56,01 m, até o vértice M288, de coordenadas N 7.519.827,32 m e E 539.030,65 m; 339°26'38" e 30,00 m, até o vértice M289, de coordenadas N 7.519.855,41 m e E 539.020,12 m; 350°32'16" e 49,84 m, até o vértice M290, de coordenadas N 7.519.904,57 m e E 539.011,93 m; 319°23'55" e 10,79 m, até o vértice M291, de coordenadas N 7.519.912,76 m e E 539.004,90 m; 308°09'26" e 20,84 m, até o vértice M292, de coordenadas N 7.519.925,64 m e E 538.988,52 m; 304°12'57" e 70,77 m, até o vértice M293, de coordenadas N 7.519.965,43 m e E 538.930,00 m; 280°42'47" e 44,07 m, até o vértice M294, de coordenadas N 7.519.973,62 m e E 538.886,69 m; 315°00'00" e 18,21 m, até o vértice M295, de coordenadas N 7.519.986,50 m e E 538.873,82 m; 310°14'11" e 19,93 m, até o vértice M296, de coordenadas N 7.519.999,37 m e E 538.858,60 m; 343°41'10" e 50,00 m, até o vértice M297, de coordenadas N 7.520.047,36 m e E 538.844,56 m; 348°41'24" e 17,90 m, até o vértice M1, de coordenadas N 7.520.064,92 m e E 538.841,04 m; ponto inicial da descrição deste perímetro.

Parágrafo único. O subsolo das áreas descritas no *caput* deste artigo integra os limites do Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [12 de 16]





SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

Art. 2º O Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo, com área aproximada de 1.065 (mil e sessenta e cinco) hectares, de acordo com o *caput* do art. 1º desta Lei, tem os objetivos de:

I – preservar ecossistemas naturais de grande relevância ecológica e beleza cênica dos vales do Rio Campo Belo e dos demais rios do local, além de amostras intactas da geodiversidade regional que formam montanhas, picos e cumes;

II – reconhecer e valorizar o patrimônio comunitário, histórico, cultural e científico do ex-Núcleo Colonial de Itatiaia;

III – compatibilizar o desenvolvimento de atividades de educação ambiental, de recreação em contato com a natureza e de turismo ecológico sustentável na busca da conscientização pública para a preservação e conservação do meio ambiente;

IV – recuperar áreas degradadas, com vistas a estabelecer um contínuo florestal com outras áreas protegidas e ampliar a área de refúgio das espécies nativas;

V – estimular a governança ambiental com a implementação de instrumentos de gestão territorial, prevenção e combate a incêndios florestais e à caça.

Art. 3º O Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo será administrado pelo Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (Instituto Chico Mendes).

Art. 4º O Plano de Manejo do Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo abrangerá a área da unidade de conservação, sua zona de amortecimento e os corredores ecológicos, incluindo medidas com o fim de promover sua integração à vida econômica e social das comunidades locais e à preservação do Parque Nacional de Itatiaia.

Parágrafo único. A zona de amortecimento do Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo será definida por ato de sua instituição gestora.



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [13 de 16]



SENADO FEDERAL

Gabinete Senador Carlos Portinho

Art. 5º Ficam declaradas de utilidade pública, para fins de desapropriação, as terras e as benfeitorias particulares necessárias à implantação do Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo, destinadas à preservação ambiental, nos termos da alínea “k” do art. 5º e do art. 6º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, e no Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de janeiro de 1970, quando os seus proprietários ou suas atividades se enquadrarem no disposto no § 2º do art. 12 da Lei Federal nº 9.985, de 18 de julho de 2000.

Art. 6º Ficam sem efeito quaisquer procedimentos de desapropriação que tenham sido praticados dentro dos limites contidos no memorial descritivo até a entrada em vigor desta lei.

Art. 7º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A presente proposição tem como objetivo a recategorização da porção sul do Parque Nacional de Itatiaia (PNI), como Monumento Natural. A medida busca solucionar um conflito fundiário que perdura há mais de quatro décadas, desde a ampliação do Parque em 1982, por meio do Decreto nº 87.586, de 20 de setembro de 1982, que incluiu, de forma contraditória ao parecer técnico da época, diversas propriedades privadas do antigo *Núcleo Colonial de Itatiaia* na área da unidade de conservação.

Com amparo constitucional (art. 225, § 1º, inciso III, da Constituição Federal) e com base nos ditames da Lei nº 9.985, de 18 de julho de 2000, que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), a recategorização para Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo é medida necessária para promover a justiça necessária aos moradores da região.

Necessário frisar que a ampliação do Parque Nacional de Itatiaia não considerou recomendações técnicas formuladas, à época, pelo Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF) e pela Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza (FBCN), constantes do Plano de Manejo de 1982, que indicavam tratar-se de território com ocupação consolidada, valores



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [14 de 16]



SENADO FEDERAL
Gabinete Senador Carlos Portinho

paisagísticos e culturais notáveis, e uso compatível com a conservação ambiental.

Este projeto busca remediar tal conflito histórico. A recategorização da área para Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo, com cerca de 1.065 hectares (apenas 3,8% da área do PNI), manterá o status de proteção integral, ao mesmo tempo em que reconhecerá a importância da presença histórica e cultural das famílias da região, que por mais de um século vêm contribuindo ativamente para a preservação da paisagem e da biodiversidade local. A proposta respeita os preceitos legais do SNUC, ao estabelecer limites bem definidos e propor diretrizes de manejo compatíveis com a proteção ambiental.

Registra-se, ainda, que o autor da presente proposição, possui atuação prévia na temática da redefinição de limites de unidades de conservação. Foi relator de Plenário do Projeto de Lei (PL) nº 2.769, de 2022, que alterou a Lei nº 14.452, de 21 de setembro de 2022, redefinindo os limites do Parque Nacional da Serra dos Órgãos, por meio da resultante Lei nº 14.516, de 29 de dezembro de 2022, que abrange parte dos municípios de Teresópolis, Petrópolis, Magé e Guapimirim, no Estado do Rio de Janeiro.

A proposição ora apresentada visa, com base em estudos técnicos, memorial descritivo e histórico fundiário amplamente documentado pela *Associação dos Amigos de Itatiaia – desde 1951*, trazer uma resposta legislativa concreta que concilia proteção ambiental, respeito à memória social e eficiência na gestão pública.

Na certeza de que a presente proposição contribuirá para a valorização do patrimônio natural e cultural do Brasil, a promoção do turismo ecológico e a pacificação fundiária de uma das mais emblemáticas unidades de conservação brasileiras, peço apoio dos Nobres Pares para sua aprovação.

Sala das Sessões,

Senador CARLOS PORTINHO



Assinado eletronicamente por Sen. Carlos Portinho

Para verificar as assinaturas, acesse <https://legis.senado.gov.br/autenticadoc-legis/3643849937>

Avulso do PL 3113/2025 [15 de 16]



LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>
 - art225_par1_inc3
- Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de Junho de 1941 - Lei da Desapropriação por Utilidade Pública; Lei de Desapropriação - 3365/41
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1941;3365>
 - art5
 - art6
- Decreto-Lei nº 1.075, de 22 de Janeiro de 1970 - DEL-1075-1970-01-22 - 1075/70
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto.lei:1970;1075>
- Decreto nº 1.713, de 14 de Junho de 1937 - DEC-1713-1937-06-14 - 1713/37
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1937;1713>
- Decreto nº 87.586, de 20 de Setembro de 1982 - DEC-87586-1982-09-20 - 87586/82
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1982;87586>
- Decreto nº 87.856, de 22 de Novembro de 1982 - DEC-87856-1982-11-22 - 87856/82
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:decreto:1982;87856>
- Lei nº 9.985, de 18 de Julho de 2000 - Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza; Lei do Snuc - 9985/00
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2000;9985>
 - art12_par2
- Lei nº 14.452, de 21 de Setembro de 2022 - LEI-14452-2022-09-21 - 14452/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14452>
- Lei nº 14.516, de 29 de Dezembro de 2022 - LEI-14516-2022-12-29 - 14516/22
<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:lei:2022;14516>



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº 497, DE 2025

Requer a retirada definitiva do Projeto de Lei nº 3.045/2025.

AUTORIA: Senador Carlos Portinho (PL/RJ)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 497/2025 [1 de 2]





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO Nº DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 256 do Regimento Interno do Senado Federal, a retirada, em caráter definitivo, do PL 3045/2025, que “altera os limites do Parque Nacional de Itatiaia, criado pelo Decreto nº 1.713, de 14 de junho de 1937, e ampliado pelo Decreto nº 87.856, de 20 de setembro de 1982, para excluir área específica da porção sul da unidade de conservação e promover a recategorização da área suprimida, que passa a denominar-se Monumento Natural do Vale do Rio Campo Belo”.

Sala das Sessões, 27 de junho de 2025.

**Senador Carlos Portinho
(PL - RJ)**

Foi apresentado o Requerimento nº 497, de 2025, do Senador Carlos Portinho, de retirada, em caráter definitivo, do Projeto de Lei nº 3.045, de 2025.

A Presidência defere o Requerimento, e encaminha o Projeto de Lei nº 3.045, de 2025, ao Arquivo.





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 498, DE 2025

Requer informações ao Senhor André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

AUTORIA: Senador Eduardo Girão (NOVO/CE)



[Página da matéria](#)

Avulso do RQS 498/2025 [1 de 6]





SENADO FEDERAL

SF/25040.85327-73 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca, informações sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Exmo. Sr. Ministro da Pesca, informações sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

Nesses termos, requisita-se:

1. Quais foram os fatores que justificam o crescimento de 1 milhão para 1,7 milhão de registros no Registro Geral da Atividade Pesqueira (RGP) entre 2022 e maio de 2025?
2. O Ministério realizou auditorias ou cruzamentos de dados para validar a legitimidade desses 500 mil novos cadastros?
3. O Ministério da Pesca tem conhecimento e comprovação dos indícios de fraudes no estado do Pará que, segundo a Polícia Federal, causam prejuízo mensal de até R\$ 130 milhões, por meio do uso indevido de senhas de servidores e da retenção parcial de benefícios por entidades intermediadoras? Quais providências foram adotadas a respeito?



4. Quantos pescadores estão atualmente registrados no Registro Geral da Atividade Pesqueira por Estado e por município? Favor enviar dados atualizados até a data de resposta.
5. Quantas colônias ou associações de pescadores possuem convênios ativos com o Ministério da Pesca ou com o INSS?
6. Quais critérios e mecanismos de controle são utilizados atualmente para verificar a efetiva atividade pesqueira dos beneficiários?
7. Quais os sistemas utilizados para cruzamento de dados e qual a sua eficácia?
8. Há auditorias internas ou externas em curso para apurar os indícios de fraudes levantados na reportagem?
9. Se sim, quais são seus escopos, prazos e responsáveis?
10. Foram identificadas fraudes na concessão do seguro-defeso nos estados do Pará e Maranhão?
11. Como o Ministério da Pesca explica o descompasso entre o expressivo número de pescadores cadastrados no Maranhão e no Pará e a produção efetiva de pescados nesses estados, muito inferior à de estados com menos registros, como o Paraná? Existem estudos que comprovem a compatibilidade entre os registros no RGP e a produção real?
12. Diante do número elevado de pescadores cadastrados no Maranhão, como o Ministério justifica o fato de o estado possuir apenas 621 embarcações pesqueiras registradas e nenhuma empresa pesqueira formalizada, em contraste com estados como Santa Catarina, que possui 218 empresas cadastradas? Essa discrepância tem sido alvo de verificação ou fiscalização específica?
13. Se sim, quais ações corretivas foram realizadas?



14. Qual o número de registros suspensos ou cancelados por ano, desde 2018 até 2025?
15. A nova exigência de homologação por prefeituras já está em vigor?
16. Em caso afirmativo, quais municípios estão cumprindo essa exigência e quais resistem à implementação?
17. A federação de pescadores presidida por Edson Cunha de Araújo ainda mantém algum tipo de relação institucional com o Ministério?
18. Se sim, quais são os instrumentos jurídicos vigentes?
19. A Confederação Brasileira dos Trabalhadores de Pesca e Aquicultura (CBPA), presidida por Abrão Lincoln, recebe recursos públicos atualmente? Informar convênios, repasses e vínculos formais com o Ministério da Pesca.

JUSTIFICAÇÃO

O programa de seguro-defeso do INSS, destinado à proteção dos pescadores artesanais durante o período de defeso, mostra sinais alarmantes de fraude em larga escala, especialmente nos estados do Norte. Segundo reportagem do UOL, o total de registros no RGP saltou de 1 milhão em 2022 para impressionantes 1,7 milhão em maio de 2025, um acréscimo de 500 mil cadastros em menos de um ano — aumento desproporcional que sugere práticas irregulares, sobretudo em razão do envolvimento de entidades conveniadas investigadas.

Em municípios como Mocajuba (PA), quase toda a população adulta aparece como pescadora, e em Cametá (PA) foram registradas 44 mil pessoas, correspondendo a um terço da população local — sendo 31,9 mil novos beneficiários incluídos apenas em 2024. Esses números são incompatíveis com o perfil socioeconômico e populacional desses locais.



Apesar do número expressivo de cadastros, a produção de pescados não acompanha esse crescimento. O Maranhão, por exemplo, ocupa apenas a sexta posição na produção nacional, com 50,3 mil toneladas em 2022. O Pará, segundo maior em número de pescadores, produziu ainda menos: 25,1 mil toneladas. Para efeito de comparação, o Paraná, líder nacional, produziu 194,1 mil toneladas

Além disso, há outros indícios de irregularidade: o Maranhão possui apenas 621 embarcações cadastradas para pesca e não registra nenhuma empresa pesqueira — um contraste gritante com Santa Catarina, que possui 218.

A distorção se repete em municípios como São Sebastião da Boa Vista (PA), Boa Vista do Gurupi (MA), Cedral (MA) e Ponta de Pedras (PA), onde os registros de pescadores superam 30% da população adulta, conforme cruzamento de dados do Ministério da Pesca e do IBGE. Cametá (PA), por exemplo, tem 44 mil pessoas registradas como pescadoras — ou seja, um terço da população do município. Somente em 2024, a colônia local inscreveu 31,9 mil beneficiários, de acordo com o INSS.

Além das distorções demográficas, há indícios de prejuízo mensal de até R\$#130 milhões só no Pará, resultante de fraudes com uso de senhas de servidores e retenção indevida de valores por entidades intermediadoras. O envolvimento de lideranças como Edson Cunha de Araújo (Federação do Maranhão) e José Fernandes Barra (Fetape-Pará), ambos alvos de investigações da Polícia Federal e Ministério Público Federal, reforça a gravidade das suspeitas.

A reincidência do problema é evidente: em 2015, na Operação Enredados, a PF desmontou um esquema que resultou na queda de 45% dos beneficiários no ano subsequente. O retorno de Abrão Lincoln à presidência da CBPA em 2024, mesmo após ser réu por corrupção e lavagem de dinheiro, é preocupante.



Além disso, os gastos com o seguro-defeso dispararam: R\$#4 bilhões foram pagos de janeiro a abril de 2025 (aumento de 57% sobre os R\$#2,6 bilhões do mesmo período de 2024), totalizando R\$#6,1 bilhões nos 12 meses até abril.

A magnitude dos indícios de desvios, o claro descompasso entre cadastros e produção, e a participação de entidades investigadas indicam a necessidade de apuração rigorosa, transparência no cruzamento de dados e auditorias, bem como a responsabilização de envolvidos, para garantir que o seguro-defeso atinja apenas os pescadores artesanais verdadeiros e preserve recursos públicos.

Fonte: <https://noticias.uol.com.br/colunas/natalia-portinari/2025/06/27/inss-paga-seguro-bilionario-em-cidades-com-pescadores-fantasma.htm>

Sala das Sessões, 30 de junho de 2025.

Senador Eduardo Girão
(NOVO - CE)
Líder do NOVO



Requerimento nº 498, de 2025, do Senador Eduardo Girão, solicitando informações ao Senhor André Carlos Alves de Paula Filho, Ministro de Estado da Pesca e Aquicultura, sobre eventuais irregularidades no pagamento do seguro-defeso a pescadores artesanais.

O requerimento vai à Comissão Diretora, para decisão.



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Angelo Coronel*
PT - Jaques Wagner*
PSD - Otto Alencar**

Rio de Janeiro

PL - Carlos Portinho* (S)
PL - Flávio Bolsonaro*
PL - Romário**

Maranhão

PSD - Eliziane Gama*
PDT - Weverton*
PDT - Ana Paula Lobato** (S)

Pará

MDB - Jader Barbalho*
PODEMOS - Zequinha Marinho*
PT - Beto Faro**

Pernambuco

MDB - Fernando Dueire* (S)
PT - Humberto Costa*
PT - Teresa Leitão**

São Paulo

MDB - Giordano* (S)
PSD - Mara Gabrilli*
PL - Astronauta Marcos Pontes**

Minas Gerais

PODEMOS - Carlos Viana*
PSD - Rodrigo Pacheco*
REPUBLICANOS - Cleitinho**

Goiás

PSB - Jorge Kajuru*
PSD - Vanderlan Cardoso*
PL - Wilder Morais**

Mato Grosso

UNIÃO - Jayme Campos*
PSD - Margareth Buzetti* (S)
PL - Wellington Fagundes**

Rio Grande do Sul

PP - Luis Carlos Heinze*
PT - Paulo Paim*
REPUBLICANOS - Hamilton Mourão**

Ceará

PSB - Cid Gomes*
NOVO - Eduardo Girão*
PT - Augusta Brito** (S)

Paraíba

PP - Daniella Ribeiro*
MDB - Veneziano Vital do Rêgo*
UNIÃO - Efraim Filho**

Espírito Santo

PT - Fabiano Contarato*
PODEMOS - Marcos do Val*
PL - Magno Malta**

Piauí

PP - Ciro Nogueira*
MDB - Marcelo Castro*
PSD - Jussara Lima** (S)

Rio Grande do Norte

PSDB - Styvenson Valentim*
PSD - Zenaide Maia*
PL - Rogerio Marinho**

Santa Catarina

PP - Esperidião Amin*
MDB - Ivete da Silveira* (S)
PL - Jorge Seif**

Alagoas

PL - Dra. Eudócia* (S)
MDB - Renan Calheiros*
MDB - Fernando Farias** (S)

Sergipe

MDB - Alessandro Vieira*
PT - Rogério Carvalho*
PP - Laércio Oliveira**

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031

Amazonas

MDB - Eduardo Braga*
PSDB - Plínio Valério*
PSD - Omar Aziz**

Paraná

PSB - Flávio Arns*
PSDB - Oriovisto Guimarães*
UNIÃO - Sergio Moro**

Acre

UNIÃO - Marcio Bittar*
PSD - Sérgio Petecão*
UNIÃO - Alan Rick**

Mato Grosso do Sul

PSD - Nelsinho Trad*
PODEMOS - Soraya Thronicke*
PP - Tereza Cristina**

Distrito Federal

PL - Izalci Lucas*
PDT - Leila Barros*
REPUBLICANOS - Damares Alves**

Rondônia

MDB - Confúcio Moura*
PL - Marcos Rogério*
PL - Jaime Bagattoli**

Tocantins

PL - Eduardo Gomes*
PSD - Irajá*
UNIÃO - Professora Dorinha Seabra**

Amapá

PSD - Lucas Barreto*
PT - Randolfe Rodrigues*
UNIÃO - Davi Alcolumbre**

Roraima

PSB - Chico Rodrigues*
REPUBLICANOS - Mecias de Jesus*
PP - Dr. Hiran**



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Democracia - 25
MDB-11 / UNIÃO-7 / PODEMOS-4 / PSDB-3

Alan Rick.	UNIÃO / AC
Alessandro Vieira.	MDB / SE
Carlos Viana.	PODEMOS / MG
Confúcio Moura.	MDB / RO
Davi Alcolumbre.	UNIÃO / AP
Eduardo Braga.	MDB / AM
Efraim Filho.	UNIÃO / PB
Fernando Dueire.	MDB / PE
Fernando Farias.	MDB / AL
Giordano.	MDB / SP
Ivete da Silveira.	MDB / SC
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jayne Campos.	UNIÃO / MT
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	UNIÃO / AC
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PSDB / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Professora Dorinha Seabra.	UNIÃO / TO
Renan Calheiros.	MDB / AL
Sergio Moro.	UNIÃO / PR
Soraya Thronicke.	PODEMOS / MS
Styverson Valentim.	PSDB / RN
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB
Zequinha Marinho.	PODEMOS / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 18
PSD-14 / PSB-4

Angelo Coronel.	PSD / BA
Chico Rodrigues.	PSB / RR
Cid Gomes.	PSB / CE
Eliziane Gama.	PSD / MA
Flávio Arns.	PSB / PR
Irajá.	PSD / TO
Jorge Kajuru.	PSB / GO
Jussara Lima.	PSD / PI
Lucas Barreto.	PSD / AP
Mara Gabrilli.	PSD / SP
Margareth Buzetti.	PSD / MT
Nelsinho Trad.	PSD / MS
Omar Aziz.	PSD / AM
Otto Alencar.	PSD / BA
Rodrigo Pacheco.	PSD / MG
Sérgio Petecão.	PSD / AC
Vanderlan Cardoso.	PSD / GO
Zenaide Maia.	PSD / RN

Bloco Parlamentar Vanguarda - 15
PL-14 / NOVO-1

Astronauta Marcos Pontes.	PL / SP
Carlos Portinho.	PL / RJ
Dra. Eudócia.	PL / AL
Eduardo Girão.	NOVO / CE
Eduardo Gomes.	PL / TO
Flávio Bolsonaro.	PL / RJ
Izalci Lucas.	PL / DF
Jaime Bagattoli.	PL / RO
Jorge Seif.	PL / SC

Magno Malta.	PL / ES
Marcos Rogério.	PL / RO
Rogério Marinho.	PL / RN
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Wilder Morais.	PL / GO

Bloco Parlamentar Pelo Brasil - 12
PT-9 / PDT-3

Ana Paula Lobato.	PDT / MA
Augusta Brito.	PT / CE
Beto Faro.	PT / PA
Fabiano Contarato.	PT / ES
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Leila Barros.	PDT / DF
Paulo Paim.	PT / RS
Randolfe Rodrigues.	PT / AP
Rogério Carvalho.	PT / SE
Teresa Leitão.	PT / PE
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Aliança - 11
PP-7 / REPUBLICANOS-4

Ciro Nogueira.	PP / PI
Cleitinho.	REPUBLICANOS / MG
Dameres Alves.	REPUBLICANOS / DF
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dr. Hiran.	PP / RR
Esperidião Amin.	PP / SC
Hamilton Mourão.	REPUBLICANOS / RS
Laércio Oliveira.	PP / SE
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Tereza Cristina.	PP / MS

Bloco Parlamentar Democracia.	25
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	15
Bloco Parlamentar Pelo Brasil.	12
Bloco Parlamentar Aliança.	11
TOTAL.	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 57ª LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Alan Rick** (UNIÃO-AC)	Fernando Farias** (MDB-AL)	Mecias de Jesus* (REPUBLICANOS-RR)
Alessandro Vieira* (MDB-SE)	Flávio Arns* (PSB-PR)	Nelsinho Trad* (PSD-MS)
Ana Paula Lobato** (PDT-MA)	Flávio Bolsonaro* (PL-RJ)	Omar Aziz** (PSD-AM)
Angelo Coronel* (PSD-BA)	Giordano* (MDB-SP)	Oriovisto Guimarães* (PSDB-PR)
Astronauta Marcos Pontes** (PL-SP)	Hamilton Mourão** (REPUBLICANOS-RS)	Otto Alencar** (PSD-BA)
Augusta Brito** (PT-CE)	Humberto Costa* (PT-PE)	Paulo Paim* (PT-RS)
Beto Faro** (PT-PA)	Irajá* (PSD-TO)	Plínio Valério* (PSDB-AM)
Carlos Portinho* (PL-RJ)	Ivete da Silveira* (MDB-SC)	Professora Dorinha Seabra** (UNIÃO-TO)
Carlos Viana* (PODEMOS-MG)	Izalci Lucas* (PL-DF)	Randolfe Rodrigues* (PT-AP)
Chico Rodrigues* (PSB-RR)	Jader Barbalho* (MDB-PA)	Renan Calheiros* (MDB-AL)
Cid Gomes* (PSB-CE)	Jaime Bagattoli** (PL-RO)	Rodrigo Pacheco* (PSD-MG)
Ciro Nogueira* (PP-PI)	Jaques Wagner* (PT-BA)	Rogério Carvalho* (PT-SE)
Cleitinho** (REPUBLICANOS-MG)	Jayme Campos* (UNIÃO-MT)	Rogério Marinho** (PL-RN)
Confúcio Moura* (MDB-RO)	Jorge Kajuru* (PSB-GO)	Romário** (PL-RJ)
Dameres Alves** (REPUBLICANOS-DF)	Jorge Seif** (PL-SC)	Sergio Moro** (UNIÃO-PR)
Daniella Ribeiro* (PP-PB)	Jussara Lima** (PSD-PI)	Sérgio Petecão* (PSD-AC)
Davi Alcolumbre** (UNIÃO-AP)	Laércio Oliveira** (PP-SE)	Soraya Thronicke* (PODEMOS-MS)
Dr. Hiran** (PP-RR)	Leila Barros* (PDT-DF)	Styvenson Valentim* (PSDB-RN)
Dra. Eudócia* (PL-AL)	Lucas Barreto* (PSD-AP)	Teresa Leitão** (PT-PE)
Eduardo Braga* (MDB-AM)	Luis Carlos Heinze* (PP-RS)	Tereza Cristina** (PP-MS)
Eduardo Girão* (NOVO-CE)	Magno Malta** (PL-ES)	Vanderlan Cardoso* (PSD-GO)
Eduardo Gomes* (PL-TO)	Mara Gabrilli* (PSD-SP)	Veneziano Vital do Rêgo* (MDB-PB)
Efraim Filho** (UNIÃO-PB)	Marcelo Castro* (MDB-PI)	Wellington Fagundes** (PL-MT)
Eliziane Gama* (PSD-MA)	Marcio Bittar* (UNIÃO-AC)	Weverton* (PDT-MA)
Esperidião Amin* (PP-SC)	Marcos Rogério* (PL-RO)	Wilder Moraes** (PL-GO)
Fabiano Contarato* (PT-ES)	Marcos do Val* (PODEMOS-ES)	Zenaide Maia* (PSD-RN)
Fernando Dueire* (MDB-PE)	Margareth Buzetti* (PSD-MT)	Zequinha Marinho* (PODEMOS-PA)

Mandatos

*: Período 2019/2027 **: Período 2023/2031



COMPOSIÇÃO

COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Davi Alcolumbre - (UNIÃO-AP)

1º VICE-PRESIDENTE

Eduardo Gomes - (PL-TO)

2º VICE-PRESIDENTE

Humberto Costa - (PT-PE)

1ª SECRETÁRIA

Daniella Ribeiro - (PP-PB)

2º SECRETÁRIO

Confúcio Moura - (MDB-RO)

3ª SECRETÁRIA

Ana Paula Lobato - (PDT-MA)

4º SECRETÁRIO

Laércio Oliveira - (PP-SE)

SUPLENTE DE SECRETÁRIO

1º Chico Rodrigues - (PSB-RR)

2º Mecias de Jesus - (REPUBLICANOS-RR)

3º Styvenson Valentim - (PSDB-RN)

4ª Soraya Thronicke - (PODEMOS-MS)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Democracia (MDB/UNIÃO/PODEMOS/PSDB) - 25</p> <p style="text-align: center;">Líder Efraim Filho - UNIÃO (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do MDB - 11 Eduardo Braga (60)</p> <p>Vice-Líderes do MDB Marcelo Castro (85) Confúcio Moura (15,86) Giordano (87)</p> <p style="text-align: center;">Líder do UNIÃO - 7 Efraim Filho (4,10,43,44,50,64,76)</p> <p>Vice-Líderes do UNIÃO Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Jayme Campos (94)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PODEMOS - 4 Carlos Viana (58)</p> <p>Vice-Líder do PODEMOS Marcos do Val (30)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSDB - 3 Plínio Valério (33,62)</p> <p>Vice-Líder do PSDB Styvenson Valentim (29,84)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD/PSB) - 18</p> <p style="text-align: center;">Líder Eliziane Gama - PSD (11,46,55)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSD - 14 Omar Aziz (13,54)</p> <p>Vice-Líder do PSD Angelo Coronel (68)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PSB - 4 Cid Gomes (74)</p> <p>Vice-Líder do PSB Jorge Kajuru (5,17,75)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Vanguarda (PL/NOVO) - 15</p> <p style="text-align: center;">Líder Wellington Fagundes - PL (24,38,70)</p> <p>Vice-Líder Astronauta Marcos Pontes (78)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PL - 14 Carlos Portinho (69)</p> <p>Izalci Lucas (82,89,92)</p> <p>Vice-Líderes do PL Jorge Seif (81,90) Jaime Bagattoli (83,91)</p> <p style="text-align: center;">Líder do NOVO - 1 Eduardo Girão (9,39)</p>
<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT/PDT) - 12</p> <p style="text-align: center;">Líder Weverton - PDT (20,63,73)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PT - 9 Rogério Carvalho (61)</p> <p>Vice-Líder do PT Teresa Leitão (36,65)</p> <p style="text-align: center;">Líder do PDT - 3 Weverton (20,63,73)</p>	<p style="text-align: center;">Bloco Parlamentar Aliança (PP/REPUBLICANOS) - 11</p> <p style="text-align: center;">Líder Dr. Hiran - PP (72)</p> <p style="text-align: center;">.....</p> <p style="text-align: center;">Líder do PP - 7 Tereza Cristina (7)</p> <p>Vice-Líder do PP Esperidião Amin (88)</p> <p style="text-align: center;">Líder do REPUBLICANOS - 4 Mecias de Jesus (6,59)</p>	<p style="text-align: center;">Maioria</p> <p style="text-align: center;">Líder Veneziano Vital do Rêgo - MDB (77)</p>
<p style="text-align: center;">Minoria</p> <p style="text-align: center;">Líder Ciro Nogueira - PP (1,8)</p>	<p style="text-align: center;">Bancada Feminina</p> <p style="text-align: center;">Líder Leila Barros - PDT (35,80)</p> <p>Vice-Líderes Teresa Leitão (36,65) Soraya Thronicke (37)</p>	<p style="text-align: center;">Governo</p> <p style="text-align: center;">Líder Jaques Wagner - PT (2)</p> <p>Vice-Líderes Otto Alencar (3,47,52,53) Confúcio Moura (15,86) Daniella Ribeiro (16) Jorge Kajuru (5,17,75) Professora Dorinha Seabra (18,42,93) Randolfe Rodrigues (19) Weverton (20,63,73) Zenaide Maia (21) Augusta Brito (25,32,48,49,66,67,79) Leila Barros (35,80)</p>
<p style="text-align: center;">Oposição</p> <p style="text-align: center;">Líder Rogério Marinho - PL (51,71)</p> <p>Vice-Líder Marcos Rogério (45,95)</p>		



Notas:

1. Em 02.01.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder do Partido Progressista (Of. 36/2022-GLDPP).
2. Em 06.01.2023, o Senador Jaques Wagner foi designado Líder do Governo (Mensagem nº 7, de 2023, da Presidência da República).
3. Em 01.02.2023, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2023-GLPSD).
4. Em 01.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. 02/23-GLUNIAO).
5. Em 01.02.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 6/2023-GLPSB).
6. Em 01.02.2023, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 4/2023-GSMJESUS).
7. Em 02.02.2023, a Senadora Tereza Cristina Corrêa foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 1/2023-GLDPP).
8. Em 03.02.2023, o Senador Ciro Nogueira foi designado Líder da Minoria (Of. 10/2023-GSCNOG).
9. Em 08.02.2023, o Senador Eduardo Girão foi designado Líder do NOVO (Of. nº 19/2023-GSGIRAO).
10. Em 08.02.2023, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 5/2023-GLUNIAO).
11. Em 28.02.2023, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 01/2023-BLPRD).
12. Em 02.03.2023, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado Vice-Líder do Bloco Vanguarda (Of. 51/2023-BLVANG).
13. Em 08.03.2023, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do Partido Social Democrático (Of. 007/2023-GLPSD).
14. Em 09.03.2023, o Senador Hamilton Mourão foi designado Vice-Líder do Republicanos (Of. 17/2023-GSMJESUS).
15. Em 23.03.2023, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
16. Em 23.03.2023, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada 3ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
17. Em 23.03.2023, o Senador Jorge Kajuru foi designado 4º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
18. Em 23.03.2023, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 5ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
19. Em 23.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado 6º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
20. Em 23.03.2023, o Senador Weverton Rocha foi designado 7º Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
21. Em 23.03.2023, a Senadora Zenaide Maia foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. 21/2023-GLDGOV).
22. Em 17.05.2023, a Senadora Jussara Lima foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. 41/2023).
23. Em 24.10.2023, a Senadora Augusta Brito foi designada 8ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 104/2023-GLDGOV).
24. Em 03.11.2023, o Senador Wellington Fagundes retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
25. Em 12/12/2023, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
26. Em 12/12/2023, a Senadora Jussara Lima deixa de exercer a função de vice-líder da Bancada Feminina no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
27. Em 21.02.2024, o Senador Rodrigo Cunha foi designado Líder do Podemos (Of. 004/2024-GLPODEMOS).
28. Em 27.02.2024, o Senador Beto Faro foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 005/2024-GLDPT).
29. Em 28.02.2024, o Senador Styvenson Valentim foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
30. Em 28.02.2024, o Senador Marcos do Val foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. nº 05/2024-GLPODEMOS).
31. Em 06.03.2024, o Senador Laércio Oliveira foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 10/2024-GABLI/BLALIAN).
32. Em 31.03.2024, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
33. Em 09.04.2024, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do PSDB (Of. nº 008/2024-GSPVALER).
34. Em 03.05.2024, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 79/2024-GSALOBAT).
35. Em 23.05.2024, a Senadora Leila Barros foi designada Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
36. Em 23.05.2024, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
37. Em 23.05.2024, a Senadora Soraya Thronicke foi designada 2ª Vice-Líder da Bancada Feminina do Senado Federal (Of. nº 8/2024).
38. Em 11/06/2024, o Senador Wellington Fagundes deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Vanguarda pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
39. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
40. Em 18.06.2024, o Senador Magno Malta foi designado 3º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
41. Em 18.06.2024, o Senador Eduardo Gomes foi designado 4º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 536/2024-GLDOP).
42. Em 18.06.2024, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 2ª Vice-Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 64/2024-BLDEM).
43. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do União Brasil pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
44. Em 19/06/2024, o Senador Efraim Filho deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar Democracia pelo motivo de "Licença com convocação de suplente (superior a 120 dias)".
45. Em 24.06.2024, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder da Oposição (Of. nº 034/2024-BLVANGUAR).
46. Em 16/07/2024, a Senadora Eliziane Gama deixa de exercer a função de líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática pelo motivo de "Ocupação de cargo de ministro/secretário".
47. Em 17.07.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 50/2024-GLDPSB).
48. Em 31.07.2024, a Senadora Augusta Brito retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 27/2024-GSABRITO).
49. Em 04.09.2024, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. nº 27/2024-GLDGOV).
50. Em 18.10.2024, o Senador Efraim Filho retorna ao exercício do mandato e dá continuidade ao cargo de Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 21/2024-GSEFILHO).
51. Em 18.10.2024, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. nº 50/2024-BLVANG).
52. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado 1º Vice-Líder do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
53. Em 22.10.2024, o Senador Otto Alencar foi designado Líder em exercício do Governo (Of. nº 7/2024-GLDGOV).
54. Em 30.10.2024, o Senador Omar Aziz foi designado Líder do Partido Social Democrático (Of. 016/2024-GLPSD).
55. Em 11.11.2024, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. 57/2024-GLDPSB).
56. Em 13.11.2024, o Senador Flávio Arns foi designado 1º Vice-líder do PSB (Of. 58/2024-GLDPSB).
57. Em 29/12/2024, o Senador Rodrigo Cunha foi destituído da função de líder do Podemos pelo motivo de "Renúncia".
58. Em 02.01.2025, o Senador Carlos Viana foi designado Líder do Podemos (Of. nº 115/2024-GLPODEMOS).
59. Em 14.01.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado Líder do Republicanos (Of. 052/2024-GABLI/GLREPUBL).
60. Em 28.01.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 039/2024-GLMDB).
61. Em 01.02.2025, o Senador Rogério Carvalho foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. nº 001/2025-GLDPT).
62. Em 01.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. nº 003/2025-GSPVALER).
63. Em 01.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. nº 18/2025).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



64. Em 01.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do União Brasil (Of. nº 4/2025-GLUNIAO).
65. Em 01.02.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada 1ª Vice-Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2025-GLDPT).
66. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Partido dos Trabalhadores pelo motivo de "Retorno do titular".
67. Em 01/02/2025, a Senadora Augusta Brito deixa de exercer a função de vice-líder do Governo no Senado Federal pelo motivo de "Retorno do titular".
68. Em 03.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. nº 5/2025-GLPSD).
69. Em 03.02.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado Líder do Partido Liberal (Of. nº 5/2025-GLPL).
70. Em 03.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 2/2025-BLVANG).
71. Em 04.02.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado Líder da Oposição (Of. 03/2025-BLVANG).
72. Em 17.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado Líder do Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 001/2025-GABLID/BLALIAN).
73. Em 18.02.2025, o Senador Weverton foi designado Líder do Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. 25/2025).
74. Em 18.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
75. Em 18.02.2025, o Senador Jorge Kajuru foi designado Vice-Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 008/2025-GLDPSB).
76. Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado Líder do Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 24/2025-GLMDB).
77. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder da Maioria (Of. 24/2025-GLMDB).
78. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 13/2025-BLVANG).
79. Em 13.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada 9ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
80. Em 13.03.2025, a Senadora Leila Barros foi designada 10ª Vice-Líder do Governo (Of. s/n/2025-GLDGOV).
81. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
82. Em 21.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
83. Em 21.03.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 012/2025-GLPL).
84. Em 25.03.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado Vice-Líder do PSDB (Of. nº 005/2025-GSPVALER).
85. Em 02.04.2025, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
86. Em 02.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado 2º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
87. Em 02.04.2025, o Senador Giordano foi designado 3º Vice-Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. nº 039/2025-GLMDB).
88. Em 07.04.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado Vice-Líder do Partido Progressistas (Of. nº 19/2025-GLPP).
89. Em 08.05.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado 1º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
90. Em 08.05.2025, o Senador Jorge Seif foi designado 2º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
91. Em 08.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado 3º Vice-Líder do Partido Liberal (Of. nº 18/2025-GLPL).
92. Em 27.05.2025, o Senador Carlos Portinho comunica o seu afastamento temporário da Liderança do Partido Liberal, pelo período de 03/06/2025 a 17/07/2025. Durante seu afastamento, o Senador Izalci Lucas exercerá a Liderança (Of. nº 019/2025-GLPL).
93. Em 11.06.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada 1ª Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
94. Em 11.06.2025, o Senador Jayme Campos foi designado 2º Vice-Líder do União Brasil (Of. nº 28/2025-GLUNIAO).
95. Em 12.06.2025, o Senador Marcos Rogério foi designado 1º Vice-Líder da Oposição (Of. nº 181/2025-GSRMARIN).



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO ESPECIAL PARA DEBATE DE
POLÍTICAS PÚBLICAS SOBRE HIDROGÊNIO VERDE

Finalidade: debater, no prazo de dois anos, políticas públicas sobre hidrogênio verde, de modo a fomentar o ganho em escala dessa tecnologia de geração de energia limpa e avaliar políticas públicas que fomentem a tecnologia do hidrogênio verde.

ATS nº 4, de 2023

Número de membros: 7 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹⁾

RELATOR: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2023

Prazo final: 01/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(2,3)
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽²⁾	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽²⁾	
Senador Rodrigo Cunha (PODEMOS-AL) ⁽²⁾	

Notas:

1. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes e Otto Alencar foram designados Presidente e Relator, respectivamente, da Comissão (ATS 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))

2. Em 14.03.2023, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Astronauta Marcos Pontes, Fernando Dueire, Luis Carlos Heinze, Randolfe Rodrigues e Rodrigo Cunha membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira, Eliziane Gama e Eduardo Girão, membros suplentes, para compor a Comissão (ATS nº 4/2023). ([DSF de 15/03/2023, p. 330](#))

3. Em 14.05.2024, a Presidência do Senado Federal designa o Senador Nelsinho Trad membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que deixa de compor a comissão (Of. nº 34/2024-BLRESDEM). ([DSF de 15/05/2024, p. 173](#))

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Secretário-Adjunto: Donaldo Portela Rodrigues

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cehv@senado.leg.br



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA EM COMEMORAÇÃO AOS 200 ANOS DA CONFEDERAÇÃO DO EQUADOR

Finalidade: planejar e coordenar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, as atividades de comemoração dos 200 (duzentos) anos da Confederação do Equador.

Requerimento nº 752, de 2023.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽²⁾

Instalação: 12/12/2023

Prazo final: 05/03/2025

Prazo final prorrogado: 17/07/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁾	1. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽¹⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(4,5,6)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾	3.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾	4.
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,3,7,8)	5.

Notas:

- Em 06.12.2023, a Presidência designa os Senadores Teresa Leitão, Humberto Costa, Fernando Dueire, Jussara Lima e Efraim Filho membros titulares e a Senadora Ana Paula Lobato, membro suplente, para compor a comissão.
- Em 12.12.2023, a comissão reunida elegeu as Senadoras Teresa Leitão e Jussara Lima, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2023-CTI200CONFEQ). ([DSF de 15/12/2023, p. 13](#))
- Em 21.06.2024, a Presidência designa o Senador André Amaral membro titular, em substituição ao Senador Efraim Filho, que deixa de compor a comissão.
- Em 19.06.2024, a Presidência designa a Senadora Janaína Farias membro suplente para compor a comissão.
- Em 31.07.2024, a Senadora Janaína Farias deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 27/2024-GSABRITO). ([DSF de 31/07/2024, p. 7](#))
- Em 20.08.2024, a Presidência designa a Senadora Augusta Brito membro suplente para compor a comissão.
- Em 18.10.2024, o Senador André Amaral deixou de compor a comissão, em razão do retorno do titular (Of. nº 21/2024-GSEFILHO). ([DSF de 19/10/2024, p. 24](#))
- Em 21.10.2024, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 97/2024-BLDEM). ([DSF de 22/10/2024, p. 27](#))

Secretário(a): Lenita Cunha e Silva | Secretário-Adjunto: Breno de Lima Andrade

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: cti200confeq@senado.leg.br



3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA VERIFICAR "IN LOCO" A SITUAÇÃO POLÍTICA E SOCIAL DO ESTADO PLURINACIONAL DA BOLÍVIA

Finalidade: verificar "in loco", no prazo de 180 dias, a situação política e social do Estado Plurinacional da Bolívia, no que diz respeito à cláusula democrática do Mercosul, prevista nos Protocolos de Ushuaia, cujo texto estabelece que a plena vigência das instituições democráticas é indispensável para o desenvolvimento dos processos de integração entre os signatários do referido Bloco.

Requerimento nº 1.067, de 2023

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾	1.
	2.

Notas:

1. Em 15.03.2024, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 18/2024-BLDEM).



4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA
INVESTIGAR A SITUAÇÃO DOS BRASILEIROS NA BOLÍVIA

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 dias, a situação dos brasileiros na Bolívia, principalmente os estudantes, e o caso Jenife Silva, estudante de medicina amapaense recentemente assassinada naquele país.

Requerimento nº 268, de 2025

MEMBROS

Secretário(a): Renata Felix Perez | Adjunto: Antonio Silva Neto
Telefone(s): 3303 3490



5) GRUPO DE TRABALHO SOBRE REGULAMENTAÇÃO DA MINERAÇÃO EM TERRAS INDÍGENAS.

Finalidade: elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, projeto de lei para regulamentar a atividade de mineração em terras indígenas.

ATO DO PRESIDENTE DO SENADO FEDERAL Nº 1, DE 2025

PRESIDENTE: Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁾

Leitura: 22/04/2025

MEMBROS

Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽²⁾

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽²⁾

Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽²⁾

Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽²⁾

Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽²⁾

Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾

Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽²⁾

Senador Weverton (PDT-MA) ⁽²⁾

Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽²⁾

Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 22.04.2025, a Presidência designa a Senadora Tereza Cristina Presidente do Grupo de Trabalho (ATS nº 1/2025).

2. Em 22.04.2025, a Presidência designa os Senadores Tereza Cristina, Plínio Valério, Mecias de Jesus, Eduardo Braga, Zequinha Marinho, Marcos Rogério, Rogério Carvalho, Efraim Filho, Weverton, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes membros para compor a comissão (ATS nº1/2025).

Secretário(a): Marcelo Assaife Lopes | Adjunto: Henrique Cândido Evangelista

Telefone(s): 3303 3490

E-mail: gmtti@senado.leg.br



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO**1)CPI DA VIOLÊNCIA DOMÉSTICA**

Finalidade: apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, com limite de despesas de R\$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher desde 2019 até os dias atuais, com base em diferentes levantamentos e estudos, com a finalidade de investigar a ação ou omissão do poder público com relação à aplicação dos instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres da violência, bem como suas responsabilidades decorrentes do descumprimento da legislação criada para esse fim.

Requerimento nº 157, de 2024

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 13/03/2024



2)CPI DO CRIME ORGANIZADO

Finalidade: apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, com limite de despesas de R\$ 30.000,00 (trinta mil reais), a atuação, a expansão e o funcionamento de organizações criminosas no território brasileiro, em especial de facções e milícias, investigando-se o "modus operandi" de cada qual, as condições de instalação e desenvolvimento em cada região, bem como as respectivas estruturas de tomada de decisão, de modo a permitir a identificação de soluções adequadas para o seu combate, especialmente por meio do aperfeiçoamento da legislação atualmente em vigor.

Requerimento 470, de 2025

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 17/06/2025



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,10)	1. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,10)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(1,10)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	6. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(7,10)	7. Senador Giordano (MDB-SP) ^(7,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,10)	8. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	2. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	6. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾	1. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	5. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ^(2,13)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁹⁾	1. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁹⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁹⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁹⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁹⁾	4. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(5,11)	3. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,12)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire e Alessandro Vieira foram indicados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Jader Barbalho, Veneziano Vital do Rêgo e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GLMDB).



2. Em 18.02.2025, os Senadores Izalci Lucas, Rogerio Marinho, Jorge Seif, Wilder Morais e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e os Senadores Magno Malta, Jaime Bagattoli, Dra. Eudócia, Eduardo Girão e Romário membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
3. Em 18.02.2025, os Senadores Alan Rick e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares, e os Senadores Efraim Filho e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
4. Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Irajá, Angelo Coronel, Lucas Barreto, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Omar Aziz, Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Eliziane Gama membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
5. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Luis Carlos Heinze, Laércio Oliveira e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
6. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado.
7. Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
8. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
9. Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Augusta Brito, Rogério Carvalho e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Teresa Leitão, Paulo Paim, Jaques Wagner e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
10. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Alessandro Vieira, Alan Rick, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Farias, Efraim Filho, Jader Barbalho, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Giordano e Oriovisto Guimarães membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
11. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, em substituição ao Senador Laércio Oliveira, que deixa de compor a comissão; e a Senadora Damares Alves designada terceira suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança (Of. nº 005/2025-GABLID/BLALIAN).
12. Em 10.03.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GABLID/BLALIAN).
13. Em 12.03.2025, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 019/2025-BLVANG).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE MUNICIPALISTA

Finalidade: opinar sobre questões municipalistas, tais como: (a) desenvolvimento econômico-social; (b) políticas de financiamento das ações de competência municipal, inclusive mediante transferências constitucionais; (c) endividamento público; (d) política tributária; (e) viabilidade econômica e fiscal para criação, incorporação, fusão e desmembramento de municípios; (f) cooperação técnica e financeira com a União; (g) políticas de geração de emprego e renda; e (h) políticas de ordenamento territorial.

(Requerimento 160, de 2023 - CAE)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa - Sala 19

Telefone(s): 6133033516

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,11)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,11)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,11)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,11)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11,14)	4. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(15,19)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(8,11,13,19)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	6. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	1. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	1. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ^(2,20,21)	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	3. Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾
Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁷⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁶⁾
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁸⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Eduardo Braga foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dra. Eudócia, Eduardo Girão, Romário e Wilder Moraes foram designados membros titulares e os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Rogerio Marinho e Magno Malta, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Efraim Filho e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares e os Senadores Alan Rick e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jussara Lima, Mara Gabrielli, Zenaide Maia, Sérgio Petecão e Flávio Arns foram designados membros titulares e os Senadores Otto Alencar, Angelo Coronel, Lucas Barreto e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e o Senador Cleitinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim, Humberto Costa e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares e os Senadores Fabiano Contarato, Teresa Leitão e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Marcelo Castro e Dra. Eudócia, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Eduardo Braga, Efraim Filho, Professora Dorinha Seabra e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Renan Calheiros, Alan Rick, Veneziano Vital do Rêgo, Soraya Thronicke e Marcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Dueire foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-BLDEM).
13. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
14. Em 20.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição à Senadora Professora Dorinha Seabra, que deixa de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 012/2025-BLDEM).
15. Em 20.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-BLDEM).
16. Em 21.02.2025, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GABLID/BLALIAN).
17. Em 24.02.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLVANG).
18. Em 25.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 013/2025-GABLID/BLALIAN). ([DSF de 26/03/2025, p. 121](#))
19. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 028/2025-BLDEM).
20. Em 09.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 045/2025-BLVANG).
21. Em 28.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 057/2025-BLVANG).

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DIREITOS DAS PESSOAS COM DOENÇAS RARAS
Finalidade: acompanhar e aprimorar as políticas públicas direcionadas às pessoas com doenças raras.

(Requerimento 53, de 2023 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 30/08/2023

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro
Telefone(s): 3303-4608
E-mail: cas@senado.leg.br



2.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COM O OBJETIVO DE DEBATER PROPOSTAS RELACIONADAS À PREVENÇÃO E AO TRATAMENTO DE CÂNCER.

Finalidade: Debater, apreciar e elaborar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, propostas relacionadas à regulamentação, ao financiamento, ao desenvolvimento e à incorporação no sistema de saúde de terapias, vacinas e medicamentos de alto custo, para prevenção ou tratamento dos diferentes tipos de câncer.

(Requerimento 54, de 2025 - CAS)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	1.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	1.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	1.

Secretário(a): Saulo Kléber Rodrigues Ribeiro

Telefone(s): 3303-4608

E-mail: cas@senado.leg.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,12)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,12)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,12)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,12)
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,12,19,20)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,12)	4. Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,12)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,12)	5. Senador Giordano (MDB-SP) ^(3,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,12)	6. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11,12,16)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,12)	7. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,12)
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(10,12)	8. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(10,12)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(11,12)	9. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(11,12)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ^(4,13,15)
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(4,15)	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	5. Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	5. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ^(2,17,18)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁵⁾	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾	4. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁶⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,11)	3. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(6,11)

Notas:

*. 1 (uma) vaga compartilhada entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, de acordo com o cálculo de proporcionalidade de 18/02/2025.

1. Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcelo Castro e Giordano membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 005/2025-GLMDB).

2. Em 18.02.2025, os Senadores Carlos Portinho, Eduardo Girão, Magno Malta, Marcos Rogério e Rogerio Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Jorge Seif, Izalci Lucas, Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jaime Bagattoli membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).

3. Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Alan Rick foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Marcio Bittar membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).

4. Em 18.02.2025, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Eliziane Gama, Zenaide Maia, Rodrigo Pacheco e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Angelo Coronel, Lucas Barreto, Irajá, Sérgio Petecão, Margareth Buzetti e Jorge Kajuru membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)

<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho, Fabiano Conarato, Augusta Brito e Weverton foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa, Jaques Wagner e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
6. Em 18.02.2025, os Senadores Ciro Nogueira, Esperidião Amin, Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira, Dr. Hiran e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
7. Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Otto Alencar Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
8. Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
9. Em 19.02.2025, o Senador Fernando Farias foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 23/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Plínio Valério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular e os Senadores Efraim Filho e Jayme Campos, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia. Os Senadores Marcio Bittar e Jayme Campos foram indicados nas vagas compartilhadas entre os Blocos Parlamentares Democracia, Pelo Brasil e Aliança, que antes estavam ocupadas pelo Bloco Parlamentar Aliança, assim a Senadora Tereza Cristina deixa de compor a comissão e os Senadores Mecias de Jesus e Hamilton Mourão passam a ocupar as vagas de 3ª titular e 3ª suplente, respectivamente (Ofs. nºs 003/2025-GABLID/BLALIAN e 004/2025-BLDEM).
12. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Jader Barbalho e Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Alan Rick, Soraya Thronicke, Oriovisto Guimarães e Marcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Marcelo Castro, Jayme Campos, Giordano, Marcos Do Val, Plínio Valério, Fernando Farias e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
13. Em 20.03.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 16/2025-GSEGAMA).
14. Em 02.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 013/2025-PRESIDÊNCIA/CCJ).
15. Em 02.04.2025, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição à Senadora Zenaide Maia, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 18/2025-GSEGAMA).
16. Em 24.04.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 018/2025-BLEMO).
17. Em 21.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jaime Bagattoli, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 49/2025-BLVANG).
18. Em 28.05.2025, o Senador Jaime Bagattoli foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Morais, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 056/2025-BLVANG).
19. Em 10.06.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jader Barbalho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 34/2025-BLEMO).
20. Em 10.06.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 35/2025-BLEMO).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO E CULTURA - CE

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,8,10)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,8,10)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,10)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,10)
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(3,10,11,14)	4. VAGO ^(3,10)
	5.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	5.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ^(2,13)	3. Senador Romário (PL-RJ) ^(2,13)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	4. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁶⁾	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	3. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾	1. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹²⁾	2. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	3. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Ivete da Silveira foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 008/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Magno Malta, Romário e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho, Dra. Eudócia, Izalci Lucas e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Alan Rick, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Jussara Lima, Vanderlan Cardoso, Zenaide Maia e Flávio Arns foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Daniella Ribeiro e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves foram designados membros titulares; e os Senadores Esperidião Amin, Dr. Hiran e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão, Leila Barros e Paulo Paim foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, Augusta Brito e Ana Paula Lobato, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Teresa Leitão Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-CE).
- Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 021/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo, Professora Dorinha Seabra, Márcio Bittar e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Alan Rick e Marcelo Castro, membros suplentes, para compor a comissão, e o Senador Jayme Campos deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



11. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
12. Em 21.02.2025, o Senador Hamilton Mourão foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-GABLI/BLALIAN).
13. Em 11.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, em permuta com o Senador Romário, que passa a ocupar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 17/2025-BLVANG).
14. Em 14.03.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 20/2025-BLDEM).
15. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ALFABETIZAÇÃO NA IDADE CERTA

Finalidade: acompanhar as políticas de Alfabetização na Idade Certa, no âmbito da Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

(Requerimento 56, de 2023 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 11/06/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA ACOMPANHAR AS POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Finalidade: acompanhar as políticas de Educação de Jovens e Adultos, no âmbito da Comissão de Educação e Cultura.

(Requerimento 50, de 2024 - CE)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Instalação: 03/07/2024

Secretário(a): Andréia Mano Da Silva Tavares

Telefone(s): 3303-3498

E-mail: ce@senado.leg.br



**5) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)	1. Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ⁽¹⁰⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(3,12)
Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(8,10)	4. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹⁵⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(9,10)	5. VAGO ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	1.
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2.
	3.
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹¹⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽¹³⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁵⁾	2. Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽¹⁶⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁵⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁶⁾	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁶⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁶⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Renan Calheiros foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e o Senador Marcos Rogério membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Sergio Moro foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Vanderlan Cardoso, Mara Gabrilli e Cid Gomes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Laércio Oliveira e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Dr. Hiran Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Renan Calheiros, Sergio Moro, Soraya Thronicke e Styvenson Valentim foram designados membros titulares, e os Senadores Oriovisto Guimarães e Efraim Filho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 28.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 015/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEM).
- Em 25.03.2025, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



14. Em 04.04.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 29/2025-BLVANG).
15. Em 13.05.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-BLDEMO).
16. Em 17.06.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-BLPBRA).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,10)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁰⁾
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,10)
VAGO ^(3,10,12)	4. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,10)	5. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(8,12)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(9,10)	6. VAGO ^(9,19,23)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽¹³⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾	2. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	3.
VAGO ^(20,22)	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	2. Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁵⁾
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁴⁾	4. Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽¹⁶⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(6,17,18,21)	1. Senador Weverton (PDT-MA) ^(6,17)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(6,17)	2. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ^(6,17)
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁷⁾	3. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(6,17)
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ^(5,11)	1. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁵⁾
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira e Giordano foram designados membros titulares e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Magno Malta e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Girão e Romário, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Marcio Bittar foram designados membros titulares e os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Jussara Lima e Mara Gabrilli foram designadas membros titulares e os Senadores Flávio Arns e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves foram designados membros titulares e os Senadores Laércio Oliveira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Paulo Paim e Fabiano Contarato foram designados membros titulares e os Senadores Augusta Brito, Rogério Carvalho e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeru as Senadoras Damares Alves e Mara Gabrilli, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDH).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Ivete da Silveira, Giordano, Sergio Moro, Marcio Bittar, Marcos do Val e Plínio Valério foram designados membros titulares e os Senadores Alessandro Vieira, Professora Dorinha Seabra, Zequinha Marinho (em substituição ao Senador Jayme Campos) e Styvenson Valentim, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 19.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular, em substituição ao Senador Dr. Hiran, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GABLI/BLALIAN).



12. Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-BLDEM).
13. Em 25.02.2025, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 007/2025-GSEGAMA).
14. Em 27.02.2025, o Senador Astronauta Marcos Pontes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-BLVANG).
15. Em 10.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-BLVANG). ([DSF de 11/03/2025, p. 23](#))
16. Em 12.03.2025, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 020/2025-BLVANG). ([DSF de 13/03/2025, p. 85](#))
17. Em 25.03.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Rogério Carvalho e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Weverton, Augusta Brito e Paulo Paim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
18. Em 29.04.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 55/2025-GLPDT).
19. Em 29.04.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLDEMO).
20. Em 30.04.2025, a Senadora Teresa Leitão foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 24/2025-GSEGAMA).
21. Em 06.05.2025, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jaques Wagner, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 01/2025-BLPBRA).
22. Em 20.05.2025, a Senadora Teresa Leitão deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 32/2025-GSEGAMA).
23. Em 25.06.2025, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 38/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh@senado.leg.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA DEBATER A CONVENÇÃO SOBRE OS ASPECTOS CIVIS DO SEQUESTRO INTERNACIONAL DE CRIANÇAS

Finalidade: debater, no prazo de 180 dias, a aplicação da Convenção sobre os Aspectos Cíveis do Sequestro Internacional de Crianças, nos casos em que mães brasileiras voltam para o país com seus filhos em razão de violência doméstica.

(Requerimento 2, de 2025 - CDH)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽²⁾

Instalação: 21/05/2025

Prazo final: 17/11/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽¹⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁾
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽¹⁾	2. Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ⁽¹⁾	3. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽¹⁾
Senadora Mara Gabriilli (PSD-SP) ⁽¹⁾	4. Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽¹⁾
Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾	5. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 05.05.2025, os Senadores Damares Alves, Flávio Arns, Ivete da Silveira, Mara Gabriilli e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito, Jaime Bagattoli, Jussara Lima, Laércio Oliveira e Professora Dorinha Seabra membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 116/2025-CDH).

2. Em 21.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabriilli e o Senador Flávio Arns, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 153/2025-CDH).

Secretário(a): Dimitri Martin Stepanenko

Telefone(s): 3303-2005

E-mail: cdh.haia@senado.leg.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(1,10)	1. Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,10)
Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,10)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,10)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,10)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(3,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,10)	4. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,10)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,9,10)	5. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,9,10)
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁰⁾	6. ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾	1. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽⁴⁾	3. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽¹¹⁾
Senador Magno Malta (PL-ES) ⁽²⁾	4.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁶⁾
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁶⁾	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	3. Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Renan Calheiros e Fernando Dueire foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 010/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Jorge Seif e Magno Malta foram designados membros titulares, e os Senadores Marcos Rogério e Carlos Portinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho foram designados membros titulares, e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jayme Campos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Rodrigo Pacheco e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Daniella Ribeiro, Sérgio Petecão, Irajá e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Randolfe Rodrigues, Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, e os Senadores Jaques Wagner, Rogério Carvalho e Beto Faro membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CRE).
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Dueire, Sergio Moro, Efraim Filho, Carlos Viana e Tereza Cristina foram designados membros titulares, e os Senadores Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Veneziano Vital do Rêgo, Alan Rick e Marcos Do Val membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).



11. Em 20.02.2025, o Senador Dr. Hiran foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, em vaga cedida ao Partido Progressistas (Of. nº 9/2025-BLVANG).
12. Em 13.03.2025, a Comissão reunida elegeu a Senadora Tereza Cristina Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 016/2025-CRE).
13. Em 07.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 040/2025-BLVANG).
14. Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 044/2025-BLVANG).

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira

Reuniões: Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7

Telefone(s): 3303-5919

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DEFESA CIBERNÉTICA**Finalidade:** acompanhar a política pública relacionada à defesa cibernética.**(Requerimento 20, de 2023 - CRE)****Número de membros:** 3 titulares e 3 suplentes**Instalação:** 14/05/2024

TITULARES	SUPLENTES
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	1. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 27.03.2025, os Senadores Esperidião Amin, Hamilton Mourão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Dueire, Sergio Moro e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, para compor a Subcomissão (Of. 018/2025-CRE)

Secretário(a): Marcos Aurélio Pereira**Reuniões:** Quintas-feiras 10:00 - Ala Alexandre Costa, Sala 7**Telefone(s):** 3303-5919**E-mail:** cre@senado.leg.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)	1. Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9,11,12)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,9,11,12)	2. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(1,11)
Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(1,11)	3. Senador Fernando Dueire (MDB-PE) ^(1,11)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	4. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(3,11)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(3,11)	5. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(3,11)
Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG) ^(8,11)	6. Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(8,11)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11)	7. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ^(4,16)
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	2. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾	3. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	4. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	5. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3. Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾
Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	2. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁶⁾
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3. VAGO ^(6,17)
VAGO	4. VAGO
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽¹⁴⁾
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ^(5,13)	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ^(5,13)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	3. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura e Fernando Farias foram designados membros titulares; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Fernando Dueire e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 006/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério, Wellington Fagundes e Wilder Morais foram designados membros titulares; e os Senadores Dra. Eudócia, Rogerio Marinho, Eduardo Gomes e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jayme Campos e Professora Dorinha Seabra foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Otto Alencar, Irajá, Daniella Ribeiro e Margareth Buzetti foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Angelo Coronel, Nelsinho Trad, Vanderlan Cardoso e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin, Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Rogério Carvalho e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato, Randolfe Rodrigues e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).



9. Em 19.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLMDB).
10. Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
11. Em 19.02.2025, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Fernando Farias, Jayme Campos, Professora Dorinha Seabra, Carlos Viana e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Efraim Filho, Fernando Dueire, Zequinha Marinho, Marcelo Castro e Sergio Moro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
12. Em 20.02.2025, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, em substituição ao Senador Confúcio Moura, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).
13. Em 21.02.2025, o Senador Laércio Oliveira foi designado membro titular e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-GABLI/BLALIAN).
14. Em 25.02.2025, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 009/2025-BLALIAN).
15. Em 27.02.2025, o Senador Jader Barbalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 017/2025-BLDEM).
16. Em 11.03.2025, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 7/2025-GSEGAMA).
17. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



8.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA EXAMINAR A BR-319

Finalidade: Examinar, no prazo de 360 (trezentos e sessenta) dias, a grave situação criada pela deterioração da BR-319.

(Requerimento 9, de 2025 - CI)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ^(1,9)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,9)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,9,11,12)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(1,9)
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(4,9)	3. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(4,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽⁹⁾	4. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹²⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(8,9)	5. VAGO ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁵⁾	1. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁵⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁵⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁵⁾	3.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁵⁾	4. Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ^(2,10,13)
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,14)
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	3. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁶⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	2. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ⁽⁶⁾
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Laércio Oliveira (PP-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁷⁾
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁷⁾	2. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁷⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Marcelo Castro e Ivete da Silveira foram indicados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 13/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eduardo Gomes, Flávio Bolsonaro e Jorge Seif foram designados membros titulares, e os Senadores Wilder Moraes, Rogerio Marinho e Astronauta Marcos Pontes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu os Senadores Professora Dorinha Seabra e Jorge Seif, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-CDR).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Angelo Coronel e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Jussara Lima e Cid Gomes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Augusta Brito e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Rogério Carvalho e Ana Paula Lobato membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Laércio Oliveira e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Alan Rick, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Marcelo Castro, Ivete da Silveira, Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho e Plínio Valério foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Alan Rick e Fernando Farias membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 20.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wilder Moraes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 021/2025-BLVANG).
- Em 24.03.2025, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição à Senadora Ivete da Silveira, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLDEM).
- Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLEMO).



13. Em 16.05.2025, o Senador Wilder Morais foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Vanguarda (Of. nº 048/2025-BLVANG).

14. Em 16.05.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 030/2025-BLREDEM).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ^(1,11,12)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11,12)
VAGO ^(1,11,12,18)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11,12)
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(3,11,12)	3. Senadora Soraya Thronicke (PODEMOS-MS) ^(3,9,11,12)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11,12)	4. Senador Fernando Farias (MDB-AL) ^(8,11,12)
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(9,11,12)	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,12,17)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽⁴⁾
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4. Senadora Jussara Lima (PSD-PI) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Morais (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	2. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ^(2,15,19)
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁶⁾	1. VAGO ^(6,16)
VAGO ^(6,14)	2.
Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁶⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾	1. Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁵⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁵⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Jader Barbalho e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Fernando Farias e Giordano, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Morais e Rogerio Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro titular e o Senador Jayme Campos, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Margareth Buzetti, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Eliziane Gama, Angelo Coronel e Jussara Lima, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Luis Carlos Heinze e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Tereza Cristina e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Beto Faro, Paulo Paim e Weverton foram designados membros titulares e a Senadora Leila Barros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida eleger o Senador Zequinha Marinho Presidente deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular e a Senadora Soraya Thronicke, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular em vaga destinada ao PSDB, deixando de ocupar a comissão como membro suplente em vaga destinada ao União Brasil, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente em vaga destinada ao PSDB, pelo Bloco Democracia, para compor a comissão (Of. nº 1/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Plínio Valério (em substituição ao Senador Jayme Campos) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, os Senadores Jader Barbalho, Ivete da Silveira, Alan Rick, Zequinha Marinho e Jayme Campos (em substituição ao Senador Plínio Valério) foram designados membros titulares e os Senadores Giordano, Professora Dorinha Seabra, Soraya Thronicke, Fernando Farias e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-BLDEM).



13. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG). ([DSF de 22/03/2025, p. 8](#))
14. Em 25.03.2025, o Senador Paulo Paim deixou de compor a comissão como membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 32/2025GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 27.03.2025, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rogerio Marinho, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 23/2025-BLVANG). ([DSF de 28/03/2025, p. 43](#))
16. Em 03.04.2025, a Senadora Leila Barros deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil (Of. nº 43/2025-GLPDT).
17. Em 07.04.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 027/2025-BLDEM).
18. Em 13.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 025/2025-BLEMO).
19. Em 22.05.2025, o Senador Rogerio Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Izalci Lucas, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 51/2025-BLVANG).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



10.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR OS EMBARGOS DE TERRAS POR PARTE DO IBAMA

Finalidade: Acompanhar, avaliar e fiscalizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, todas as ações referentes aos embargos de terras por parte do Ibama.

(Requerimento 24, de 2025 - CRA)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽²⁾

Instalação: 11/06/2025

Prazo final: 08/12/2025

TITULARES	SUPLENTES
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽¹⁾	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽¹⁾
Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ⁽¹⁾	2. Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 26.05.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Alan Rick e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e o Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho, membros suplentes, para compor a subcomissão (Of. nº 80/2025-PRESIDÊNCIA/CRA).

2. Em 11.06.2025, a comissão reunida elegeu os Senadores Jaime Bagattoli e Hamilton Mourão, Presidente e Relator, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-Presidência/CRATERRAS).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-feiras 14h -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA, INOVAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁴⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,10)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(7,10)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁰⁾	2. Senador Esperidião Amin (PP-SC) ^(10,12)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(2,10,11,15)	3. VAGO ^(2,10)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,10)	4. ⁽¹⁰⁾
Senador Oriovisto Guimarães (PSDB-PR) ^(8,10)	5. VAGO ^(8,10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽³⁾	1.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽³⁾	2. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽³⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽³⁾	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP) ⁽³⁾
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽¹⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽¹⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senador Izalci Lucas (PL-DF) ⁽¹⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁵⁾	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁵⁾	2. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽⁵⁾
	3. Senador Weverton (PDT-MA) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁴⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ^(4,13)	2. Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ^(4,13)

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Izalci Lucas foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Jayme Campos membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Arns, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Sérgio Petecão e Lucas Barreto membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Dr. Hiran e Cleitinho foram designados membros titulares, e os Senadores Ciro Nogueira e Hamilton Mourão membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Teresa Leitão e Beto Faro foram designados membros titulares, e os Senadores Randolfe Rodrigues, Paulo Paim e Weverton membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns Presidente deste colegiado (Of. 1/2025-SACCT).
- Em 19.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 015/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, Marcio Bittar, Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira e Plínio Valério membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Marcio Bittar deixou de compor a Comissão (Of. nº 009/2025-BLDEM).
- Em 19.03.2025, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Plínio Valério, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 024/2025-BLDEM).
- Em 11.04.2025, o Senador Hamilton Mourão passa a ocupar a vaga de titular, em substituição ao Senador Cleitinho, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 29.04.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Hamilton Mourão Vice-Presidente deste colegiado.



15. Em 05.05.2025, a Senadora Ivete da Silveira foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 023/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO PANTANAL

Finalidade: Propor, debater e acompanhar políticas públicas e iniciativas legislativas que promovam a conservação e o desenvolvimento sustentável do Pantanal, com ênfase na aplicação de soluções científicas e tecnológicas voltadas à preservação ambiental, ao fortalecimento do agronegócio sustentável e ao desenvolvimento da bioeconomia regional.

(Requerimento 10, de 2025 - CCT)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Secretário(a): Leomar Diniz
Reuniões: Quartas-feiras 11:00 -
Telefone(s): 3303-1120
E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO DE DEFESA DA DEMOCRACIA - CDD

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE:**VICE-PRESIDENTE:**

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	1.
	2.
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	3. VAGO ^(6,7)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) ⁽³⁾	1.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽³⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	1.
	2.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁵⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁴⁾	1. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁴⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 018/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rodrigo Pacheco e Eliziane Gama foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular; e o Senador Hamilton Mourão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Humberto Costa e Fabiano Contarato foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLPODEMOS).

Secretário(a): Felipe Costa Geraldês**Telefone(s):** 3303-3491**E-mail:** cdd@senado.leg.br

13) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA**Número de membros:** 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁷⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,11)	1. Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(9,11)
Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,11)	2. Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ⁽¹¹⁾
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT) ^(3,11)	3. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(3,11)
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ^(8,11)	4. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹⁹⁾
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(10,11,12)	5. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽⁴⁾	1. Senador Irajá (PSD-TO) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾
Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽⁴⁾	3. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ^(13,14,15)
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Jaime Bagattoli (PL-RO) ⁽²⁾	1. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾	2. Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽¹⁶⁾
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ^(5,17)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) ^(5,17)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ^(5,17)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽⁵⁾
Senador Beto Faro (PT-PA) ^(5,17)	3. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Tereza Cristina (PP-MS) ⁽⁶⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁶⁾
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁶⁾	2. Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁶⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Confúcio Moura e Giordano foram indicados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 16/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jaime Bagattoli, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, e o Senador Rogerio Marinho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, e o Senador Marcio Bittar membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Eliziane Gama, Margareth Buzetti, Otto Alencar e Cid Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Irajá, Mara Gabrielli e Vanderlan Cardoso membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato, Beto Faro e Leila Barros foram designados membros titulares, e os Senadores Augusta Brito e Jaques Wagner membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 26/2025-GLPDT).
- Em 18.02.2025, os Senadores Tereza Cristina e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Hamilton Mourão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 2/2025-BLALIAN).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeram os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. nº 001/2025-CMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-GLMDB).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Giordano, Jayme Campos e Zequinha Marinho foram designados membros titulares, e os Senadores Alessandro Vieira, Marcio Bittar e Styvenson Valentim membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 6/2025-BLDEM).
- Em 11.03.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 17/2025-BLDEM).



13. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2025-GSEGAMA).
14. Em 12.03.2025, a Senadora Zenaide Maia deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 009/2025-GSEGAMA).
15. Em 18.03.2025, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GSEGAMA).
16. Em 21.03.2025, o Senador Jorge Seif foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 22/2025-BLVANG).
17. Em 25.03.2025, os Senadores Leila Barros, Fabiano Contarato e Beto Faro foram designados membros titulares, e o Senador Paulo Paim membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 32/2025-GLPDT).
18. Em 26.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Pelo Brasil, para compor a comissão (of. nº 34/2025-GLPDT).
19. Em 24.04.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 19/2025-BLDEMO).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA CERRADO

Finalidade: acompanhar e estudar as questões referentes à proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável do bioma Cerrado.

(Requerimento 60, de 2024 - CMA)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO BIOMA PANTANAL.

Finalidade: estudar os temas pertinentes à proteção do bioma Pantanal, para propor o aprimoramento da legislação, políticas públicas e outras ações para proteção desse patrimônio nacional.

(Requerimento 13, de 2023 - CMA)

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



13.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAMENTO DOS PREPARATIVOS PARA REALIZAÇÃO DA COP 30

Finalidade: acompanhar, no prazo de 300 (trezentos) dias, os preparativos para realização da COP 30, na cidade de Belém do Pará.

(Requerimento 61, de 2024 - CMA)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽⁴⁾

RELATOR: Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽⁴⁾

Instalação: 07/05/2025

Prazo final: 13/04/2026

TITULARES	SUPLENTES
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽¹⁾	1.
Senador Beto Faro (PT-PA) ⁽¹⁾	2.
Senadora Eliziane Gama (PSD-MA) ⁽¹⁾	3.
Senador Zequinha Marinho (PODEMOS-PA) ⁽¹⁾	4.
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽¹⁾	5.
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽²⁾	6.
Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽³⁾	7.

Notas:

- Em 28.04.2025, os Senadores Leila Barros, Beto Faro, Eliziane Gama, Zequinha Marinho e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, para compor a subcomissão (Of. nº 16/2025-CMA).
- Em 05.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 19/2025-CMA).
- Em 06.05.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro titular, para compor a subcomissão (Of. nº 20/2025-CMA).
- Em 07.05.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros como Presidente e a Senadora Augusta Brito como Vice-Presidente. Designado o Senador Beto Faro como Relator (Of. 1/2025-CMACOP30).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Terças-feiras 09:00 -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽⁷⁾VICE-PRESIDENTE: Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ^(1,11)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ^(1,11)
Senadora Ivete da Silveira (MDB-SC) ^(1,11)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ^(1,11)
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC) ^(3,11)	3. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ^(3,11)
Senador Sergio Moro (UNIÃO-PR) ^(3,11)	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ^(3,11)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(8,11)	5. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽¹¹⁾
Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ^(10,11)	6. VAGO ⁽¹⁰⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾	1. Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾
Senadora Margareth Buzetti (PSD-MT) ⁽⁴⁾	2. VAGO ^(4,9)
Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ^(4,9)	3. Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽⁴⁾
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	4. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Flávio Bolsonaro (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Wilder Moraes (PL-GO) ⁽²⁾
Senador Jorge Seif (PL-SC) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ^(2,15,16)
Senador Magno Malta (PL-ES) ^(2,18,19)	3. Senador Marcos Rogério (PL-RO) ⁽²⁾
Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾	4. Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	1. Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁴⁾
Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA) ^(6,14,17)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁴⁾
VAGO ⁽¹²⁾	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira e Ivete da Silveira foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 011/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Flávio Bolsonaro, Jorge Seif, Magno Malta e Rogerio Marinho foram designados membros titulares e os Senadores Wilder Moraes, Carlos Portinho, Marcos Rogério e Astronauta Marcos Pontes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, os Senadores Marcio Bittar e Sergio Moro foram designados membros titulares e os Senadores Professora Dorinha Seabra e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Jorge Kajuru, Margareth Buzetti, Lucas Barreto e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares e os Senadores Chico Rodrigues, Angelo Coronel, Omar Aziz e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares e os Senadores Luis Carlos Heinze e Damares Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. nº 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Fabiano Contarato e Humberto Costa foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Bolsonaro Presidente deste colegiado (of. nº 1/2025-CSP).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Angelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lucas Barreto, que deixa de ocupar a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 006/2025-GSEGAMA).
- Em 19.02.2025, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).
- Em 19.02.2025, os Senadores Alessandro Vieira, Ivete da Silveira, Marcio Bittar, Sergio Moro, Marcos do Val e Styvenson Valentim foram designados membros titulares e os Senadores Eduardo Braga, Professora Dorinha Seabra, Renan Calheiros, Plínio Valério e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 006/2025-BLDEM).



12. Em 10.03.2025, o Senador Jaques Wagner foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2025). ([DSF de 11/03/2025, p. 24](#))
13. Em 18.03.2025, a Comissão reunida elegeu o Senador Sergio Moro Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 9/2025-CSP).
14. Em 25.03.2025, os Senadores Jaques Wagner e Rogério Carvalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão, deixando o Senador Humberto Costa de ocupar a vaga de titular (Of. nº 32/2025-GLPDT). ([DSF de 26/03/2025, p. 122](#))
15. Em 31.03.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 024/2025-BLVANG). ([DSF de 01/04/2025, p. 24](#))
16. Em 01.04.2025, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 025/2025-BLVANG).
17. Em 02.04.2025, a Senadora Ana Paula Lobato foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 041/2025-GLPDT).
18. Em 15.05.2025, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 047/2025-BLVANG).
19. Em 22.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 050/2025-BLVANG).

Secretário(a): Waldir Bezerra Miranda

Reuniões: Quintas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): (61) 3303-2315

E-mail: csp@senado.leg.br



15) COMISSÃO DE COMUNICAÇÃO E DIREITO DIGITAL - CCDD

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE:

VICE-PRESIDENTE:

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Alessandro Vieira (MDB-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
	2.
Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO) ⁽³⁾	3. Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ⁽³⁾
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽⁷⁾	4.
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁸⁾	5. Senador Styvenson Valentim (PSDB-RN) ⁽⁸⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Cid Gomes (PSB-CE) ⁽⁴⁾	1. Senador Flávio Arns (PSB-PR) ⁽⁴⁾
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁴⁾	2.
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ⁽⁴⁾	3.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Astronauta Marcos Pontes (PL-SP) ⁽²⁾	1. Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾
Senadora Dra. Eudócia (PL-AL) ⁽²⁾	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Gomes (PL-TO) ⁽²⁾	3. Senador Rogerio Marinho (PL-RN) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁶⁾	1.
Senador Fabiano Contarato (PT-ES) ⁽⁶⁾	2.
	3.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽⁵⁾	1. Senador Dr. Hiran (PP-RR) ⁽⁵⁾
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS) ⁽⁵⁾	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF) ⁽⁵⁾

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, e o Senador Jader Barbalho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 017/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Dra. Eudócia e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Carlos Portinho e Rogerio Marinho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, a Senadora Professora Dorinha Seabra foi designada membro titular, e o Senador Efraim Filho membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Cid Gomes, Daniella Ribeiro, Vanderlan Cardoso e Sérgio Petecão foram designados membros titulares, e o Senador Flávio Arns membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Dr. Hiran e Damares Alves membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a Comissão (Of. 002/2025-GABLI/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, os Senadores Rogério Carvalho e Fabiano Contarato foram designados membros titulares pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. nº 010/2025-GLPODEMOS).
- Em 19.02.2025, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 001/2025-GLPSDB).

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa**Telefone(s):** 6133032230**E-mail:** ccdd@senado.leg.br

**15.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA DEBATER A DESIGUALDADE E A EXCLUSÃO
DIGITAL NO BRASIL**

Finalidade: Debater a temática relacionada à desigualdade e à exclusão digital no Brasil.

(Requerimento 3, de 2024 - CCDD)

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



15.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA VIABILIZAR O SURGIMENTO DOS JUIZADOS
ESPECIAIS DE CRIMES CIBERNÉTICOS

Finalidade: viabilizar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a criação de proposta legislativa que instale, em todo o Brasil, Juizados Especiais de Crimes Cibernéticos.

(Requerimento 9, de 2023 - CCDD)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Secretário(a): Matheus Soares Torres Costa

Telefone(s): 6133032230

E-mail: ccdd@senado.leg.br



16) COMISSÃO DE ESPORTE - CEsp
Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁷⁾
VICE-PRESIDENTE: Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽¹¹⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Democracia (MDB, UNIÃO, PODEMOS, PSDB)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,9)	1. Senador Giordano (MDB-SP) ^(1,9)
Senador Efraim Filho (UNIÃO-PB) ^(3,9)	2. Senador Alan Rick (UNIÃO-AC) ^(8,9,10)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽⁹⁾	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senadora Mara Gabrielli (PSD-SP) ⁽⁴⁾	1.
Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁴⁾	2.
Senador Chico Rodrigues (PSB-RR) ⁽⁴⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PSB-GO) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Vanguarda (PL, NOVO)	
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	1. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) ⁽²⁾
Senador Eduardo Girão (NOVO-CE) ⁽²⁾	2. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ^(2,13,14)
Bloco Parlamentar Pelo Brasil (PT, PDT)	
Senadora Teresa Leitão (PT-PE) ⁽⁶⁾	1. Senadora Augusta Brito (PT-CE) ⁽¹²⁾
Senadora Leila Barros (PDT-DF) ⁽⁶⁾	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Cleitinho (REPUBLICANOS-MG) ⁽⁵⁾	1.

Notas:

- Em 18.02.2025, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular; e o Senador Giordano, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 019/2025-GLMDB).
- Em 18.02.2025, os Senadores Romário e Eduardo Girão foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 008/2025-BLVANG).
- Em 18.02.2025, o Senador Efraim Filho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. 012/2025-GLUNIAO).
- Em 18.02.2025, os Senadores Mara Gabrielli, Sérgio Petecão e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e o Senador Jorge Kajuru, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 004/2025-GSEGAMA).
- Em 18.02.2025, o Senador Cleitinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Aliança, para compor a comissão (Of. 002/2025-GABLID/BLALIAN).
- Em 18.02.2025, as Senadoras Teresa Leitão e Leila Barros foram designadas membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 026/2025-GLPDT).
- Em 19.02.2025, a comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros Presidente deste colegiado.
- Em 19.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 014/2025-GLUNIAO).
- Em 19.02.2025, os Senadores Confúcio Moura, Efraim Filho, e Plínio Valério foram designados membros titulares, e o Senador Giordano, membro suplente, para compor a comissão, e o Senador Alan Rick deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 006/2025-BLDEM).
- Em 20.02.2025, o Senador Alan Rick foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a comissão (Of. nº 008/2025-BLDEM).
- Em 12.03.2025, a comissão reunida elegeu o Senador Chico Rodrigues Vice-Presidente deste colegiado.
- Em 25.03.2025, a Senadora Augusta Brito foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 33/2025-GLPDT).
- Em 07.05.2025, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 41/2025-BLVANG).
- Em 08.05.2025, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Magno Malta, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 43/2025-BLVANG).

Secretário(a): Flávio Eduardo De Oliveira Santos

Reuniões: Quartas-feiras 10:30 -

Telefone(s): 3303-2540

E-mail: cesp@senado.leg.br



CONSELHOS e ÓRGÃOS**1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR**
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADOR	CARGO
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	CORREGEDOR

Atualização: 27/06/2017**SECRETARIA-GERAL DA MESA**

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo**Telefone(s):** 33035258**E-mail:** naot@senado.leg.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (MDB-AM)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995

8ª Eleição Geral: 26/04/2011

2ª Eleição Geral: 30/06/1999

9ª Eleição Geral: 06/03/2013

3ª Eleição Geral: 27/06/2001

10ª Eleição Geral: 02/06/2015

4ª Eleição Geral: 13/03/2003

11ª Eleição Geral: 30/05/2017

5ª Eleição Geral: 23/11/2005

12ª Eleição Geral: 18/09/2019

6ª Eleição Geral: 06/03/2007

13ª Eleição Geral: 21/03/2023

7ª Eleição Geral: 14/07/2009

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia	
Senador Jayme Campos (UNIÃO-MT)	1. Senador Randolfe Rodrigues (PT-AP)
Senador Davi Alcolumbre (UNIÃO-AP)	2. Senadora Professora Dorinha Seabra (UNIÃO-TO)
Senador Eduardo Braga (MDB-AM)	3. Senador Jader Barbalho (MDB-PA)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL)	4. Senador Marcelo Castro (MDB-PI)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES)	5. Senador Carlos Viana (PODEMOS-MG)
Senador Weverton (PDT-MA)	6. VAGO
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PSD, PSB)	
Senador Otto Alencar (PSD-BA)	1. Senador Sérgio Petecão (PSD-AC)
Senador Omar Aziz (PSD-AM)	2. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS)
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	3. Senador Lucas Barreto (PSD-AP)
Senador Fabiano Contarato (PT-ES)	4. Senador Rogério Carvalho (PT-SE)
Senador Jorge Kajuru (PSB-GO)	5. Senadora Ana Paula Lobato (PDT-MA)
Bloco Parlamentar Vanguarda	
Senador Magno Malta (PL-ES)	1.
Senador Jorge Seif (PL-SC)	2.
Bloco Parlamentar Aliança (PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dr. Hiran (PP-RR)	1. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Senador Hamilton Mourão (REPUBLICANOS-RS)	2. Senadora Damares Alves (REPUBLICANOS-DF)
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Marcio Bittar (UNIÃO-AC)	

Atualização: 21/03/2023

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Núcleo de Apoio a Órgãos Técnicos

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035258

E-mail: naot@senado.leg.br



3) CONSELHO DO DIPLOMA BERTHA LUTZ
(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001)

1ª Designação: 03/12/2001

2ª Designação: 26/02/2003

3ª Designação: 03/04/2007

4ª Designação: 12/02/2009

5ª Designação: 11/02/2011

6ª Designação: 11/03/2013

7ª Designação: 26/11/2015

Atualização: 08/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NPG
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



4) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

3ª Designação: 21/03/2012

4ª Designação: 11/03/2013

5ª Designação: 20/05/2014

6ª Designação: 04/03/2015

Atualização: 11/11/2015

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-713

E-mail: saop@senado.leg.br



5) CONSELHO DO PRÊMIO MÉRITO AMBIENTAL
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2012)

1ª Designação: 12/09/2012

2ª Designação: 11/03/2013

Atualização: 31/01/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



6) CONSELHO DA COMENDA DORINA DE GOUVÊA NOWILL
(Resolução do Senado Federal nº 34, de 2013)

1ª Designação: 22/08/2013

2ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 18/10/2016

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Senado Federal - Ed. Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



7) CONSELHO DA COMENDA SENADOR ABDIAS NASCIMENTO
(Resolução do Senado Federal nº 47, de 2013)

1ª Designação: 20/12/2013

2ª Designação: 16/09/2015

Atualização: 11/11/2015

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



8) PROCURADORIA PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

PROCURADOR: Senador Alessandro Vieira (MDB-SE)
COORDENADOR:

1ª Designação: 16/11/1995
2ª Designação: 30/06/1999
3ª Designação: 27/06/2001
4ª Designação: 25/09/2003
5ª Designação: 26/04/2011
6ª Designação: 21/02/2013
7ª Designação: 06/05/2015

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Senador Alessandro Vieira (MDB/SE)	Procurador do Senado

Atualização: 03/02/2017

Secretaria-Geral da Mesa
NAOT
Telefone(s): 33035714



9) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Zenaide Maia (PSD-RN)	PROCURADORA

Atualização: 30/03/2023



10) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 11/02/2023**Notas:**

1. Portaria do Presidente nº 1, de 2023, designa o Senador PLÍNIO VALÉRIO, como Ouvidor-Geral do Senado Federal.



11) CONSELHO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011)

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS)

1ª Designação: 14/03/2011
2ª Designação: 21/03/2012
3ª Designação: 11/03/2013
4ª Designação: 26/03/2014
5ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 29/11/2016

Notas:

1. Ato do Presidente - nº 9, de 2023.

Secretaria-Geral da Mesa

NPFG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



12) COMENDA REI PELÉ
(Resolução do Senado Federal nº 4, de 2023.)



13) CONSELHO DO SELO ZUMBI DOS PALMARES
(Resolução do Senado Federal nº 35,2021)

PRESIDENTE:



14) COMENDA NISE MAGALHÃES DA SILVEIRA
(Resolução do Senado Federal nº 43, de 2016)

SECRETARIA-GERAL DA MESA

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



15) CONSELHO DO PRÊMIO ADOÇÃO TARDIA - GESTO REDOBRADO DE CIDADANIA
(Resolução do Senado Federal nº 17, de 2021)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



16) COMENDA SANTA DULCE DOS POBRES
(Resolução do Senado Federal nº 25, de 2020)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



17) CONSELHO DO PRÊMIO JOVEM EMPREENDEDOR
(Resolução do Senado Federal nº 31, de 2016)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



18) CONSELHO DO PRÊMIO TRÂNSITO SEGURO - GESTO REDOBRADO PARA O FUTURO
(Resolução do Senado Federal nº 29, de 2023.)

PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (PT-ES)



19) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCU DO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



20) COMENDA MISSIONÁRIOS DANIEL BERG E GUNNAR VINGREN
(Resolução do Senado Federal nº 3, de 2023.)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



21) COMENDA DO MÉRITO FUTEBOLÍSTICO ASSOCIAÇÃO CHAPECOENSE DE FUTEBOL
(Resolução do Senado Federal nº 27, de 2017)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



22) CONSELHO DO PRÊMIO CHICO MENDES
(Resolução do Senado Federal nº 15, de 2020.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



23) CONSELHO DA COMENDA DO MÉRITO ESPORTIVO
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2015)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



24) CONSELHO DO DIPLOMA PAUL SINGER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



25) COMENDA DE INCENTIVO À CARIDADE CHICO XAVIER
(Resolução do Senado Federal nº19, de 2020.)

PRESIDENTE: Senador Eduardo Girão (NOVO-CE)

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



26) MEDALHA MARIA QUITÉRIA
(Resolução do Senado Federal nº 40, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



27) PRÊMIO DE EFICIÊNCIA EDUCACIONAL FLORESTAN FERNANDES
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



28) COMENDA GOVERNADORES PELA ALFABETIZAÇÃO DAS CRIANÇAS NA IDADE CERTA
(Resolução do Senado Federal nº 8, de 2025.)

PRESIDENTE:



29) CONSELHO DO PRÊMIO SENADO FEDERAL DE HISTÓRIA DO BRASIL
(Resolução do Senado Federal nº 36, de 2008)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



30) MEDALHA DE MÉRITO EDUCACIONAL DARCY RIBEIRO
(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2022.)

Secretaria-Geral da Mesa

NPG

Endereço: Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 33035713

E-mail: npfg@senado.leg.br



31) CONSELHO DO PRÊMIO JORNALISTA
ROBERTO MARINHO DE MÉRITO JORNALÍSTICO
(Resolução do Senado Federal nº 08, de 2009)

1ª Designação: 01/07/2015

Atualização: 01/06/2016

Secretaria-Geral da Mesa
NPGF
Endereço: Edifício Principal - Térreo
Telefone(s): 33035713
E-mail: npfg@senado.leg.br



32) COMENDA CECI CUNHA
(Resolução do Senado Federal nº 49, de 2024.)



33) COMENDA ZILDA ARNS
(Resolução do Senado Federal nº 21, de 2017)

Número de membros: 0 titulares

Secretaria Geral da Mesa

NPFG

Telefone(s): 5713

E-mail: npfg@senado.leg.br



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

